



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 287/16 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0111/17	DATA: 22/03/2017	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h43min	TÉRMINO: 21h44min	PÁGINAS: 131

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALBERTO ERCÍLIO BROCH - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG.
FRANCISCO DAL CHIAVON - Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.
LUÍS HENRIQUE PAIVA - Técnico do instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.
ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - Diretor do Departamento de Assuntos Fiscais e Sociais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

SUMÁRIO

Debate sobre o trabalhador rural e o Regime Geral de Previdência Social.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções ininteligíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da 15ª Reunião Ordinária da Comissão que trata das questões inerentes à reforma da Previdência.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias das atas das 12ª, 13ª e 14ª Reuniões Ordinárias.

Pergunto se há necessidade de leitura. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Reinhold Stephanes.

Indago se algum membro deseja fazer retificação das atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira retificá-las, coloco-as em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovadas as atas.

Comunico que está à disposição na mesa de apoio lista de expediente recebido, dispensando a sua leitura.

Darei início à audiência pública, agradecendo desde já a presença de todos.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG; o Sr. Luís Henrique Paiva, técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA; o Sr. Francisco Dal Chiavon, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; o Sr. Paulo Tafner, economista, doutor em Ciência Política e professor da Universidade Cândido Mendes *(pausa)* — ainda não chegou —; o Sr. Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, Diretor do Departamento de Assuntos Fiscais e Sociais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Convido para exercer a função de Relator o Deputado Reinhold Stephanes, que repassará ao Relator Arthur Oliveira Maia as suas considerações e observações a respeito da presente audiência pública.

Volto a destacar a necessidade de que sejam reservadas as quatro primeiras fileiras aos Srs. e Sras. Parlamentares. Solicito que esse pedido seja atendido.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Deputado Estadual pode ficar aqui com os Deputados Federais? O Deputado Tortelli é Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O senhor torce para o Grêmio ou para o Internacional? *(Risos.)*

O SR. ALTEMIR TORTELLI - Eu gosto da primeira divisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ainda vem me gozar! Eu vou pedir para ele sair de sala! *(Risos.)*

Está consentida a presença do ilustre Parlamentar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, Deputado Marun, um cara do PT só podia ser casca-grossa! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está certo.

Vamos dar início, então, às nossas atividades. Vou passar a palavra aos expositores.

Lembro que cada um dos palestrantes disporá de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo haver aparte.

Esclareço a brincadeira que fizemos: ele é gremista e eu sou torcedor do Internacional. Mas o importante é ter saúde. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Não podemos comer carne de segunda, Deputado! *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sr. Presidente, antes de iniciar-se a nossa audiência pública, eu só queria uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - A proposição relativa à mensagem do Sr. Presidente da República chegou à Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não. Ontem o Presidente fez uma manifestação ainda política, falando da sua intenção. Está sendo analisado de que forma jurídica isso vai ser encaminhado.

Nós ainda não temos nada oficialmente, mas é claro que a palavra do Presidente, da forma como foi ontem expressada, possui credibilidade. Porém, oficialmente nós ainda não recebemos nada a respeito dessa questão.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente Deputado Marun, eu não consegui entender o escopo — não sei se alguém conseguiu entender. V.Exa. podia nos explicar. Pela maneira como foi anunciado, parece que estarão excluídos os servidores estaduais e municipais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Vai-se chegar às últimas consequências dessa frase? Exemplifico: cerca de três mil Prefeituras têm servidores públicos celetistas; esses trabalhadores estarão ou não excluídos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obviamente, eu não sei. Ontem, o Presidente manifestou uma...

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, ninguém sabe ainda com certeza como vai ser a definição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Mas tudo faz crer que aqueles que pertencem ao Regime Geral de Previdência Social serão atingidos e não estarão no rol dos servidores municipais. Embora sendo municipais, eles pertencem ao Regime Geral de Previdência. Não se pode imaginar que haja um regime geral de Previdência para todo mundo, menos para o celetista dos Municípios, evidentemente. Eu vejo isso assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu, a princípio, também entendo pertinente a posição expressa pelo Deputado Marcelo Castro, mas obviamente aguardaremos maior detalhamento. Talvez isso venha no relatório a ser apresentado no início do próximo mês pelo Relator.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, acho que tínhamos que pedir ao Governo, então, para refazer todas as apresentações que membros do Governo aqui fizeram, porque eles colocaram os regimes próprios dos servidores dos Estados dentro daquilo que o Governo disse que é o déficit da Previdência. Então, teriam que refazer esse cálculo e mandar aqui para a Comissão.

Inclusive, o Ministro do Planejamento fez ontem aqui todo um esforço, toda uma ginástica, para mostrar como isso era importante, enquanto, nesse mesmo momento, o Presidente anunciava que ia retirar isso da reforma.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu também ouvi o ilustre Ministro Dyogo de Oliveira manifestando a sua opinião a respeito dessa importância, mas, a bem da verdade, no momento de discutir o déficit, ele não incluiu o déficit das contas públicas da União na questão inerente aos déficits das previdências dos Estados e dos Municípios.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Ele apresentou um eslaide dizendo que o número já chegava a 13% do PIB.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Chegava a 11% do PIB.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Chegava a 11% ou 13%.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Não foram mencionados os dados.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E depois ele puxou o número para 9%.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Nós inclusive questionamos isso.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sr. Presidente, eu só queria levantar uma questão bem rápida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - No momento que o Ministro fez um arrazoado sobre o peso das aposentadorias no PIB brasileiro, ele realmente incluiu isso. Mas lembro aos colegas que, logo em sequência, quando um dos Parlamentares lhe chamou a atenção— não me recordo quem foi —, ele se corrigiu, dizendo que isso não estava incluído nos números e que, portanto, o número do déficit apresentado era somente de 9% do PIB. Ele trouxe essa informação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas depois ele disse que, conforme comparação internacional, o cálculo seria feito da forma anterior. Ele deu a explicação em dois momentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim. Mas, naqueles números de déficits apresentados, o Ministro destacou a importância... Acredito que o seu pensamento seja até de que isso já deveria ser avaliado no âmbito dessa PEC, mas, nos números apresentados, ele não incluiu os déficits das previdências municipais e estaduais.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Quero fazer uma observação bem breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - O fato é que estão ficando nesta reforma peão de fábrica, que ganha três salários mínimos ou menos, que tem mão caalejada, e colono, que produz alimentos, cujos representantes estão aqui — o Alberto e o Chicão — para o debate desta audiência pública.

O que nós podemos concluir da decisão de ontem é isto: como já se esperava desde o começo, o peso da reforma da Previdência está caindo sobre aqueles que estão mais longe do poder político de decisão, que estão nos rincões do País, que estão nas fábricas, que estão amargando o desemprego, que não têm nem força para se mobilizar.

O fato é que o Governo fez uma leitura de que o servidor público pode se mobilizar, assim como o Exército e as polícias, e tirou da reforma essas categorias, deixando as mais fracas. Como a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, estamos aqui para discutir hoje a questão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais deste País.

Sejam bem-vindos aqui os nossos dirigentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não vou entrar no mérito dessa questão, até porque essa não é minha função como Presidente, mas quero fazer uma observação.

Eu sempre insisti em que esta Comissão realizaria um debate que poderia ter consequências no projeto apresentado. Isso é natural! Senão, nós estaríamos aqui simplesmente fazendo de conta que escutamos para depois carimbar o projeto do Governo. Essa nunca foi a intenção desta Comissão nem deste Presidente. Eu acredito que já aconteceram mudanças e que podem inclusive acontecer outras. Esse é o papel do Parlamento.

Mas, quando o Presidente ouve a sua base, num ato de reconhecimento — repito — da importância do Parlamento, eu não tenho esse ímpeto de discordar do fato de ele ter feito o que fez. Eu penso que isso deveria sempre ser feito. Questões polêmicas como essa estão sobre a mesa para serem discutidas e deliberadas.

O Presidente ouviu Parlamentares da sua base e tomou essa decisão. Alguns desses Parlamentares eram inclusive aqui desta Comissão. Eles foram apresentar o resultado das discussões em meu nome e no nome do Relator e tomaram essa decisão. Isso faz parte da democracia. Senão, nós estaríamos aqui fazendo o quê?



Ouvindo as pessoas que chamamos para se manifestarem só para fingir que estamos aqui discutindo? Não! Considerar o que for debatido é o papel desta Comissão. Nós estamos de parabéns por isso.

Vamos dar seguimento à nossa audiência pública.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Será que o Presidente poderia considerar as nossas sugestões também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Claro! Estamos sempre abertos a discutir as sugestões que forem boas, Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Marque uma audiência nossa com ele, Sr. Presidente. Nós vamos lá reivindicar os direitos dos agricultores e dos trabalhadores braçais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exas. não tenham dúvida de que boas sugestões e boas propostas são sempre recebidas de bom grado por todos nós.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, antes de começar, gostaria de fazer só uma pequena comunicação. V.Exa. permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Permito, desde que seja pequena, Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Será pequena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Só vou comunicar que hoje pela manhã o Deputado André Figueiredo — esta iniciativa surgiu até de um estudo feito por ele —, a Deputada Jandira Feghali, o Deputado Alessandro Molon, o Deputado Ivan Valente, o Deputado Chico Alencar e eu protocolamos uma solicitação à Procuradoria-Geral da República referente àquela propaganda que estava sendo feita pelo Governo e que uma juíza da Justiça Federal determinou que fosse retirada do ar. Ela foi subsidiada com recursos do Ministério do Esporte, recursos de uma ação programática que se destinava exclusivamente à divulgação do legado das Olimpíadas e Paraolimpíadas.

Então, trata-se inclusive de uma improbidade administrativa, porque utilizaram um recurso que não poderia ser utilizado para fazer a propaganda do Governo. Nós



solicitamos à Procuradoria-Geral da República que abra o devido processo para analisar essa denúncia que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. A comunicação está feita. Vamos dar início aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, dê-me 20 segundos para usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou lhe dar 30 segundos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu apresentei um requerimento para ouvirmos outras instituições — sei que isso não depende só de V.Exa.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho — ANAMATRA tem uma importância grande no debate da Previdência, assim como a Associação dos Juízes Federais do Brasil — AJUFE. Mas os defensores públicos de carreira federal, aqueles que trabalham no campo jurídico, no sistema de justiça brasileiro, também têm interesse de fazer o debate.

Eu sei que o tempo corre, que várias sessões já foram realizadas. Sei que o Relator tem um poder de decisão grande em relação a esse aspecto, mas seria importante ouvirmos esses segmentos, se ainda fosse possível. Hoje de manhã não se atingiu o quórum regimental.

Só queria fazer esse alerta, a pedido dessas instituições.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Respeitando o ambiente e o espírito democrático com o qual nós conduzimos o trabalho desta Comissão, eu informo a V.Exa. que a ANAMATRA e a AJUFE já estão convidadas para participar de audiências públicas subsequentes — eu não lembro qual. Em relação aos defensores, eu vou verificar o que é possível fazer, positivo?

Vamos em frente. O Sr. Alberto Broch está ansioso para fazer suas considerações.

A palavra é sua, Sr. Alberto, pelo tempo de 20 minutos. O senhor nasceu onde?

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH - No Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Em que cidade?



O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH - Na cidade de Alto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Alto Alegre. Está bem.

O senhor também padece do problema daquele rapaz?

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH - Em relação a essa questão, tenho algo em comum com o Presidente da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ambos estamos na segunda divisão. *(Risos.)*

Sr. Alberto Broch, o senhor tem 20 minutos para suas considerações.

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH - Muito boa tarde.

Quero saudar o Presidente da Mesa, o Deputado Federal Carlos Marun, o Relator aqui presente, os meus colegas convidados para esta sessão pública, especialmente o pessoal do IPEA, o Chicão e o representante do Ministério do Planejamento. Quero saudar ainda os Deputados e Deputadas que fazem parte desta Comissão, bem como os demais Deputados e pessoas que participam desta audiência pública.

Sr. Presidente, permita-me fazer uma saudação ao José Wilson, meu colega de Diretoria, e a alguns assessores da CONTAG. Permita-me também saudar a Diretora da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do meu Estado, a companheira Elisete, que está acompanhada por um grupo de dirigentes sindicais de várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul, os quais também cumprimento. Quero saudar ainda o Deputado Tortelli, do Rio Grande do Sul, e todos que estão nesta Mesa.

Em primeiro lugar, queria dizer da honra que o senhor proporcionou à Confederação com esta oportunidade de trazer aqui o sentimento sobre este tema tão complexo que o País e este Parlamento discutem.

De uma forma muito breve, eu queria falar da organização que neste momento eu tenho a honra de representar: a CONTAG. A CONTAG, conhecida de todos vocês, completou neste último dezembro 53 anos de história. Hoje somos um sistema confederativo, no qual estão incluídas 27 federações estaduais, como a FETAGRI do nosso Estado, Mato Grosso do Sul, e de todos os Estados brasileiros. Fazem parte do nosso sistema hoje em torno de 4.200 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nossa história tem sido muito importante na vida nacional.



Tenho dito em várias ocasiões que é muito difícil falar do campo brasileiro, de suas lutas, de sua jornada, de suas conquistas, de sua história. E não dá para contar essa história sem falar dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, das nossas federações e da nossa CONTAG, que, na semana passada, realizou seu 12º Congresso Nacional, com a presença de aproximadamente 2.500 delegados e delegadas de todo o nosso querido País.

Portanto, é com muita honra que, em nome dessa entidade, expresso neste momento, perante os Deputados e Deputadas que participam desta Comissão, o sentimento de milhares de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, que, enquanto nós estamos aqui, estão em milhares de propriedades, de assentamentos, produzindo alimentos para o nosso País.

O tema do debate de hoje é a previdência rural. Nesta minha fala, talvez eu não consiga transmitir o sentimento desses trabalhadores exatamente da forma como eles gostariam, mas tentarei expressar o sentimento de milhares deles.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, apenas 29 anos atrás, antes da Constituição de 1988, esses homens e essas mulheres do campo não tinham os direitos previdenciários. Antes da Constituição de 1988, o FUNRURAL, instituído a partir de 1971, só concedia ao trabalhador rural, ao chefe de família, que poderia ser a própria mulher, aposentadoria no valor de meio salário mínimo. A mulher camponesa, a mulher da roça, a mulher trabalhadora rural, só tinha o direito de se aposentar com meio salário mínimo se o homem morresse. Portanto, vivíamos muito à margem da lei. Nós éramos considerados como meio homem.

Recorrendo aos anais da CONTAG, vemos que nesse período havia uma grande luta para igualar direitos entre trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos. Essa foi uma grande luta. Todos somos filhos e filhas deste País e queremos ter direitos iguais.

Portanto, quanto a esse aspecto, a Constituição Cidadã de 1988 tem feito muita justiça. Foram muito sábios os Constituintes, na nossa avaliação, que aprovaram, dentro do Regime Geral de Previdência Social, um capítulo especial para tratar dos trabalhadores rurais.



É preciso compreender, queridos Deputados e Deputadas, a especificidade do trabalhador rural. Nós temos características diferentes. Não somos melhores nem piores: a diferença é a nossa atividade. Deputado Marcelo Castro, V.Exa., que foi Ministro da Saúde e tão bem conhece o Estado do Piauí, sabe dessa especificidade.

Portanto, o Regime Geral, dentro do qual a Constituição brasileira previu a existência de segurados especiais, foi sem dúvida nenhuma uma das principais conquistas deste País, desta Casa, que levou cidadania a esse homem e a essa mulher trabalhadora rural. Dar esse direito a uma mulher camponesa, que produz alimento para o homem, com um salário mínimo, é acima de tudo uma questão de justiça.

Neste momento, em que se debate a reforma da Previdência, nós temos a visão de que o projeto que aqui está atinge de alguma forma todas as categorias. Nós temos uma compreensão geral da reforma. Mas eu quero me deter neste momento, até porque este é o objeto desta audiência pública, na especificidade dos trabalhadores rurais.

Dentro dessa proposta, há basicamente duas questões fundamentais que nos preocupam e que criaram certo pânico em todo o meio rural brasileiro: a forma de contribuição e a idade mínima.

A forma de contribuição, muito bem pensada na Constituição de 1988, está hoje vinculada à produção, ao percentual de 2,1% da nossa produção. A proposta que aqui está sendo debatida substitui essa contribuição por um pagamento cujo valor não está bem explícito, retirando a questão da vinculação à produção e estabelecendo um pagamento “x”, que pode ser mensal ou semestral.

Para nós, esse é um ponto crucial, talvez o mais sério de todos, porque os agricultores não têm salário, não têm férias, não têm nenhuma forma de benefício. Eles são remunerados pela produção, e a sua produção pode, num ano, ser suficiente e, no outro, não. A produção deles é afetada, algumas vezes, pelas intempéries e, em outras, pelos preços. Às vezes, há até uma grande produção, mas eles enfrentam dificuldades nas vendas. Por uma questão de mercado, normalmente os pequenos agricultores, os agricultores familiares, são os mais sensíveis às condições desse mercado. Eles, muitas vezes, mesmo produzindo, têm uma renda inexistente.



Por esse critério, estimamos que poderão ser deixados de fora do Regime Geral da Previdência Social mais de 80% dos segurados especiais, principalmente os trabalhadores rurais do Brasil. Sendo deixados de fora, pode ser que eles vão para a assistência social aos 70 anos, recebendo, quem sabe, até menos de um salário mínimo. Portanto, esse é um ponto que muito nos preocupa. Há certo pânico no campo brasileiro em relação a isso.

A segunda questão central é a idade. Hoje, pela Constituição, a mulher se aposenta aos 55 anos; o homem, aos 60 anos de idade. No que se refere à longevidade, há estudos que dizem que os trabalhadores rurais, em média, vivem menos, exatamente por essas suas especificidades.

A outra questão é que nós começamos a trabalhar muito cedo. Há trabalhadores rurais que já estão na labuta com 6, 7 ou 8 anos de idade. Muitos dos senhores têm conhecimento da vida no campo, ou vêm de uma família com origem no campo, ou têm parentes com uma vida no campo e sabem que isso é verdadeiro.

Nós já trabalhamos mais de 50 anos. Mexer na idade de uma trabalhadora rural ou de um trabalhador rural é muito forte, é muito duro. Este é outro tema muito sensível e que, neste momento, em qualquer região do nosso País, deixa milhões de pessoas com muita preocupação.

Outra questão muito sensível e muito clara ligada a este tema é o desenvolvimento rural. Eu queria falar um pouco sobre isso, porque me parece um tema central. Nós não podemos desassociar esta política da política de produção de alimentos, da política de segurança e de soberania alimentar do nosso País.

Segundo dados, mais de 70% do alimento que vai à mesa do povo brasileiro vêm dessa agricultura familiar. Uma parte que não produz para o grande mercado produz para o mercado local, produz para o mercado da feira, produz para a autossustentação, o que já é muito importante para o nosso País.

Não é possível nós desassociarmos a Previdência rural do incentivo à juventude para permanecer no campo. Já há até alguns estudos do IPEA no sentido de que, por causa das políticas públicas do final dos anos 90 até meados de 2000, nós tivemos um incentivo para que mais de 10% da juventude permanecesse no campo, mas o ponto central é a Previdência rural.



Nós tememos um impacto muito forte, um desincentivo para as pessoas permanecerem no campo, se milhares de homens e de mulheres ficarem fora do Regime Geral de Previdência Social.

Outra questão fundamental é o desenvolvimento gerado por aquele que vai ao mercado da esquina, à farmácia local, onde, em muitas regiões do País, a conta ainda é anotada no caderno e paga ao final do mês, Sr. Presidente. Quando recebem a aposentadoria, eles pagam as contas. Isso gera desenvolvimento, porque esses recursos ficam exatamente ali onde as pessoas vivem.

Há outro dado até muito comumente: segundo estudos, 71% dos Municípios brasileiros têm, na fonte da aposentadoria rural, um retorno maior do que o Fundo de Participação dos Municípios. É um impacto muito grande para os nossos Municípios. Nós temos acompanhado centenas de audiências públicas nas Câmaras de Vereadores, envolvendo prefeitos, vereadores de todos os partidos, padres, pastores, presidentes da Associação Comercial dos Municípios. Há uma reflexão sobre o que significaria para o Município, nos próximos 10 anos, 15 anos, o impacto, por exemplo, de os rurais estarem fora da Previdência Social.

Há uma grande corrente nacional pedindo encarecidamente a esta Casa, aos nossos Deputados e aos nossos Senadores que não tirem o direito de os trabalhadores rurais se aposentarem. Eu acho que será muito difícil um Parlamentar, por mais brilhante que seja a sua atuação, chegar a qualquer comunidade deste País e olhar nos olhos de um agricultor familiar para pedir um voto, se esta reforma da Previdência passar da forma como está.

Disse-me alguém outro dia: *“Tudo bem. Eu não serei mais candidato”*. Mas passará para a história como aquele que desmantelou a Constituição de 88 e tirou direitos do trabalhador e da trabalhadora rural. Se, neste momento, os senhores ouvissem diretamente os agricultores, iriam ouvir coisas muito mais sentimentais, porque isso é tudo para eles.

Companheiros e companheiras, chamo V.Exas. para esta luta. O nosso povo faz milagre com o salário mínimo. Parece tão pouco, mas, com um salário mínimo, o trabalhador rural sustenta família, sustenta neto, sustenta filho, compra ração para os animais, compra semente. Eu não sei qual é a magia que os nossos agricultores fazem, mas sei o quanto isso é importante. Eles ainda estão lá no campo produzindo



porque têm um principal incentivo: *“Eu ainda estou aqui porque vai chegar o dia da minha aposentadoria”*. Deputado Assis, quantos são os que se aposentam e continuam agricultores, continuam lá produzindo! Refiro-me ao homem e à mulher.

Portanto, é de fundamental importância para o País a aposentadoria rural. É importante para os agricultores, é importante para nós, mas, sobretudo, é importante para o País.

Isso nos remete ao seguinte debate: se, por causa de um impacto tão forte, nós novamente tivermos uma debandada do campo para a cidade, como tivemos em alguns momentos da história, o Estado brasileiro não irá gastar muito mais para segurar esse povo?

Há um outro debate que trata do seguinte: afinal de contas, que campo nós queremos? Nós queremos um campo com gente ou um campo sem gente? Nós queremos ter comunidades no interior, ter linhas, ter uma comunidade forte e integrada, ou nós queremos um campo que até produz, mas sem gente? Essa é a grande pergunta.

Nós defendemos um campo com gente, porque essa gente produz comida e produz cultura. A nossa cultura nordestina, a nossa cultura pantaneira, a nossa cultura gaúcha, a nossa cultura pampeana, a nossa cultura do Cerrado: todas são valores do nosso País. Ai do país que não cuida da sua gente do campo! Ai do país que não valoriza a sua gente que produz alimento, que produz cultura, que produz sabedoria! Senhoras e senhores, tudo isso está ligado a esse processo da aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, porque o impacto será violentíssimo.

Eu faço esse apelo em nome de milhares de agricultores e agricultoras familiares, que não têm férias, que não têm salário, que não têm fim de semana — é sábado, é domingo, é dia de Natal, mas é dia de tirar leite da vaca, porque ainda não inventaram um botão que desligue o leite e faça com que volte só na segunda-feira. Eles fazem isso por vocação, porque gostam, querem, sentem-se bem e, acima de tudo, têm na aposentadoria dos trabalhadores rurais um dos seus principais incentivos.

Portanto, em nome deles, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa proposta é que não se mexa na aposentadoria dos trabalhadores rurais, que



ganham só um salário mínimo — não dá para a reforma reduzir a menos do que um salário mínimo. Se a ideia é trabalhar 50 anos, eles já trabalham 50 anos.

Então, nós podemos discutir tudo e fazer uma série de melhorias, como, por exemplo, na fiscalização, mas humildemente a nossa proposta é que os senhores não mexam na idade nem na forma de contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que esta Casa concedeu na Constituição de 88.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Sr. Luís Henrique Paiva, técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. LUÍS HENRIQUE PAIVA - Muito obrigado, Presidente Carlos Marun.

Eu queria cumprimentar o ex-Ministro da Previdência Reinhold Stephanes e, na pessoa do Dr. Alberto Broch, todos os demais membros da Mesa.

Confesso que estou um pouco preocupado. Acho que estamos discutindo algo absolutamente essencial para o futuro do Brasil, algo que pode impactar fortemente o destino deste País e das futuras gerações. Nós estamos no meio de uma guerra que, para mim, faz muito pouco sentido.

Há um conjunto de informações que estão sendo utilizadas e que deveriam ser corrigidas. É essencial que, sejamos contra ou sejamos a favor da reforma da Previdência, trabalhemos com os dados mais corretos possíveis. Um dado que me deixa particularmente preocupado diz respeito às expectativas de vida.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Aqui, nós temos um dado que, na verdade, é de 2010. A expectativa de vida já progrediu bastante depois disso, mas, de qualquer maneira, o dado mostra o que é essencial. Considerando-se a expectativa de vida ao nascer, existem regiões do Brasil em que a expectativa está muito pouco acima dos 65 anos de idade. Mas, na hora em que trazemos para o debate o que realmente importa para a Previdência, que é a expectativa de sobrevivência a partir de determinadas idades — aos 65 anos, digamos, que é a proposta da reforma —, vemos que a tendência é que as pessoas vivam até os 80 anos.



Estamos trazendo para a discussão da reforma da Previdência temas importantes, dos quais vou falar depois, mas que não dizem respeito à Previdência: mortalidade infantil, violência para os jovens, entre outros.

Aos 65 anos, as diferenças entre homens e mulheres, de acordo com as regiões, são mínimas. Na comparação da região que tem a maior expectativa de vida com a região que tem a menor expectativa de vida, a diferença é de 1 ano, no caso das mulheres, e de menos de 1 ano, no caso dos homens.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - E a expectativa geral do País todo?

O SR. LUÍS HENRIQUE PAIVA - A média hoje? O senhor se refere aos 65 anos?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Falo da expectativa de vida do brasileiro.

O SR. LUÍS HENRIQUE PAIVA - Está em torno de 75 anos, ao nascer. Como eu disse, esses dados são de 2010. Não são os mais atualizados, mas servem bem para a comparação que estamos fazendo.

Há outro ponto a ser discutido: esses dados aqui disseram respeito às regiões, mas não abriram para a área urbana e a rural. Para as áreas urbana e rural, calcula-se com base em dados administrativos. O que pegamos aqui, fundamentalmente? Pegamos a idade média de cessação dos benefícios urbanos e rurais. Quando comparamos a mulher com o homem, na área urbana e rural, as idades são muito parecidas. As médias de idade de cessação de benefícios estão próximas dos 80 anos de idade. Essa é a idade média de cessação dos benefícios da Previdência Social, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais.

Cada um tem a sua reforma da Previdência na cabeça. Cada um tem os princípios que guiam sua reforma da Previdência. Eu tenho o meu. Para mim, o princípio é simples: vou pegar um trabalhador que seja realmente — desculpem-me a palavra — ferrado no Brasil. Ninguém pode falar que é muito mais ferrado do que um trabalhador da construção civil. Ninguém carrega mais peso, ninguém tem o dia a dia mais pesado. Absolutamente ninguém — nem o magistrado, nem o trabalhador rural! O trabalhador da construção civil é o mais ferrado que existe, pois tem



trajetória contributiva muito difícil, raramente acumula 35 anos de contribuição, aposenta-se por idade — na melhor das hipóteses, vai se aposentar aos 65 anos.

Para mim, é simples: se queremos que alguém se aposente aos 52 anos, então, tem que ser 52 anos para todo mundo, inclusive para o trabalhador da construção civil. No entanto, se o trabalhador da construção civil tem que se aposentar aos 65 anos, eu não vejo como um juiz federal ou um servidor público que trabalha no ar-condicionado, como eu, pode reclamar disso. Francamente, eu acho que todos deveriam ser assim, inclusive os trabalhadores rurais. Sessenta e cinco anos é a idade de aposentadoria dos nossos colegas na construção civil.

É claro que eu respeito o comentário do Dr. Alberto. As pessoas do campo estão produzindo alimento para nós, assim como os trabalhadores da construção civil estão produzindo nos locais em que moramos. Eles vivem e se aposentam aos 65 anos de idade.

Para mim, tem que ser o seguinte: vamos escolher uma idade? Então, vamos escolher uma idade, mas vamos pegar um trabalhador realmente ferrado — desculpe-me a palavra, de novo, Sr. Presidente —, como o trabalhador da construção civil. Pronto! Ninguém pode se aposentar antes dele, porque ele é o ferrado.

Dali para cima, pode passar. Talvez para servidores públicos federais que trabalham no ar-condicionado, como eu, também possa passar para 70 anos, não é, Ministro? (*Risos.*) Chegaremos lá trabalhando e rendendo bem.

Existem 8,5 milhões de trabalhadores na construção civil, e a maior parte deles está na informalidade. O setor é afetado por informalidade e dificuldade de acúmulo de tempo de contribuição. Por isso, a aposentadoria aos 65 anos de idade é a melhor alternativa para eles — e temos aceitado isso por muito tempo. Se 65 anos vale para o trabalhador da construção civil, então, aceitemos que essa idade vale para todo mundo ou mudemos isso.

Eu queria voltar a um ponto que acho muito importante: existe uma diferença brutal entre a expectativa de vida ao nascer e a expectativa de sobrevivência aos 65 anos. Por isso, é errado considerar a expectativa de vida ao nascer quando se discute Previdência. O problema previdenciário, obviamente, relaciona-se com as



peessoas que sobreviveram à primeira infância, sobreviveram à mortalidade infantil, sobreviveram ao crime na juventude. Vamos ter que discutir isso.

Homens negros que moram nas periferias das regiões metropolitanas brasileiras estão morrendo. Olhamos a pirâmide demográfica e vemos que eles estão morrendo. Agora, não se pode falar que eu não posso me aposentar aos 65 anos porque jovens negros estão morrendo na periferia das grandes cidades. Então, essa é uma coisa que precisa ser tratada. Nós não podemos deixar isso acontecer, porque é uma coisa gravíssima, mas o problema previdenciário é outro assunto.

Eu queria fazer referência a outro problema. Nós trabalhamos muito e melhoramos muito o País, mas ainda continua brutal a taxa de extrema pobreza por idade. Em 1992, ela era brutalmente alta para crianças, porque as crianças são pobres no Brasil. Se quiserem acabar com a pobreza no Brasil, invistam nas crianças, porque o impacto vai ser brutal ao se distribuir dinheiro para as crianças. Só com isso nós já conseguiríamos fazer um impacto brutal. Em 1992, a taxa média de pobreza no Brasil estava em 10%, enquanto a das crianças era de 20%. Nós fizemos um trabalho enorme, o País fez um trabalho enorme, e eu tenho a honra de ter feito parte disso, pois fui Secretário do Programa Bolsa Família entre 2012 e 2015. Foi um trabalho enorme. Nós diminuimos brutalmente esse índice com outras coisas, como o crescimento econômico e a geração de renda. O Bolsa Família também foi uma coisa muito importante, porque a pobreza caiu desta faixa azul para esta faixa vermelha. *(Mostra gráfico.)* O que não mudou? Não mudou uma única coisa: a pobreza das crianças continua sendo o dobro da pobreza da média brasileira, e dez vezes mais alta do que as taxas de extrema pobreza encontradas entre os idosos.

Eu não consigo deixar de pensar que nós gastamos muito com Previdência. Nós gastamos 12% do PIB com Previdência, talvez um pouco mais agora que, infelizmente, o PIB está caindo.

Comparando com dados do mundo todo, o Brasil se destaca em relação às pessoas com 65 anos ou mais. Nessa faixa, o Brasil é, disparado, o que mais gasta. Eu não consigo deixar de pensar na Previdência, infelizmente, área em que os gastos são tão altos, com um custo de oportunidade para aplicar em outras políticas. Como aumentamos o Programa Bolsa Família? O Bolsa Família consome 0,5% do



PIB e custa 25 vezes menos do que a Previdência Social no Brasil. Bolsa Família é dinheiro que reduz a desigualdade, reduz a pobreza como nenhum outro. Porém, é muito difícil pensarmos que nós vamos aumentar sua abrangência.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUÍS HENRIQUE PAIVA - Desculpe-me, posso continuar, Sr. Deputado? Nós debatemos ao fim.

O problema aqui é que os gastos são realmente muito altos e há custos de oportunidade. É impossível deixar de pensar nos custos da Previdência como custos de oportunidade.

Nós temos que pensar numa coisa: o Brasil está envelhecendo, e os gastos com saúde vão aumentar muito. Vão aumentar muito por quê? Porque o perfil demográfico da população faz com que o perfil epidemiológico dela mude também. Saúde vai custar caro. Nós vamos precisar aumentar muito as despesas com o SUS. Agora, se nós já partimos de um nível tão alto de despesa, o que vai acontecer quando nós envelhecermos? Esse é o problema. Alguém pode dizer: *“A despesa com a Previdência é alta porque o Brasil é um país muito desigual. Precisamos reduzir a desigualdade. Os gastos com a Previdência reduzem a desigualdade”*.

Este gráfico retrata a desigualdade brasileira ao mostrar, em relação ao 1% mais pobre e ao 1% mais rico da população, quanto cada 1% acumula de renda. *(Mostra gráfico.)* De forma simples, se existisse um país que tivesse uma igualdade perfeita, ele estaria nesta linha tracejada aqui. Quanto mais abaulada esta curva, quanto maior a barriga desta curva, mais desigual é o país. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo.

Ora, se pensarmos em como se distribui a renda da Previdência ou do Programa Bolsa Família, esperamos ver uma curva diferente desta. *(Mostra gráfico.)* A curva do Bolsa Família — eu não trouxe, mas eu digo qual é — vem aqui em cima. Por quê? Porque a população mais pobre é a que acumula mais renda do Bolsa Família. A população rica não tem variação nenhuma. Então, praticamente tudo do Programa Bolsa Família está aqui, nesta região dos mais pobres. Quanto à renda total, não. Quanto a ela, os pobres acumulam muito pouquinho, e os ricos acumulam muito.



Tudo bem, ninguém espera que a Previdência tenha uma distribuição como a do Bolsa Família, aqui acima, mas ela tem que estar por dentro desta curva, para mostrar que está ajudando a distribuir renda. (*Mostra gráfico.*) A renda previdenciária total — esta alaranjada — está acima da distribuição de renda brasileira.

Nós estamos gastando 12% do PIB com Previdência, para não distribuir renda. Então, é falso dizermos: “*A Previdência distribui renda*”. Não, infelizmente, a Previdência não distribui renda. Infelizmente, não. Na verdade, a Previdência tem o coeficiente de concentração — uma espécie de Coeficiente de Gini dos gastos previdenciários — um pouquinho pior do que o Gini brasileiro. O Gini mede a desigualdade, e o coeficiente brasileiro é um dos piores do mundo, porque é muito, muito alto.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Esses 12% do PIB incluem a Previdência pública?

O SR. LUÍS HENRIQUE PAIVA - Tudo, toda a Previdência.

A Previdência não distribui renda. As pessoas podem não confiar em mim, mas é o Prof. Rodolfo Hoffmann, da UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas, quem diz que o Brasil é um País muito desigual: “*Frequentemente, dizemos que a desigualdade precisa ser reduzida no Brasil, mas precisamos reconhecer que um componente da renda que é sujeito à lei e à regulação — ou seja, uma coisa que nós podemos mudar, que é a Previdência — está contribuindo para piorar a desigualdade*”. É o Prof. Rodolfo Hoffmann, da UNICAMP, que fala isso. Todos os estudos que fazem uma avaliação de como a Previdência contribui para a desigualdade social mostram resultados muito parecidos.

Eu queria caminhar para o final da minha apresentação mostrando isto: nós partimos de um regime que custa muito caro e que, infelizmente, não distribui renda. A situação não está ruim, mas ela vai ficar muito pior.

Vamos considerar uma medida de como os países envelheceram. A Suécia levou 67 anos para passar de 10% da população sendo idosa para 20% da população sendo idosa. A Suécia teve um tempo longo para fazer a reforma da Previdência, para ajustar a sua Previdência, porque ela teve 67 anos para que a sua população idosa — com 65 anos ou mais — passasse de cerca de 10% para cerca de 20%. Eles estão concluindo esse processo. A França levou quanto tempo? A



França levou 63 anos. Os países ricos, os países da OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico levaram quantos anos? Eles levaram 52 anos para fazer essa transição.

A pergunta é a seguinte: o Brasil está mais para Suécia ou para a média da OCDE? Essa, na verdade, é uma corrida de envelhecimento. Neste gráfico há uma corrida de envelhecimento, ele apresenta quem envelhece mais rápido. (*Mostra gráfico.*) O Brasil vai levar 23 anos para que a população com 65 anos ou mais passe de 10% para 20%. É uma evolução brutal e muito rápida.

Nós não conseguimos olhar para a demografia, porque isso é igual a tentar ver o ponteiro das horas se movimentar. Quem marca a hora para nós é o ponteiro das horas; os ponteiros dos minutos e dos segundos ajudam, mas quem marca a hora para nós é o ponteiro das horas. Agora, tentem vê-lo mudar. Nós não o vemos! A mudança demográfica pela qual o Brasil está passando é brutal, nenhum país rico passou por algo parecido com isso. Esse é um mal por que todos os países da América Latina vão passar.

Então, eu vou dizer o seguinte: para mim, a reforma da Previdência é absolutamente necessária, por razões fiscais de longo prazo. Essa demografia impõe um aumento de 10% do PIB nas despesas, em 45 anos. Seria algo como ter 21 Bolsas Famílias a mais hoje de despesas do Governo.

A reforma previdenciária também é necessária por razões redistributivas. A distribuição da renda da Previdência é tão injusta quanto a distribuição de renda total no Brasil, e o Brasil é um país muito injusto.

Além disso, a reforma da Previdência é necessária por razões produtivas, porque o fato de as pessoas se aposentarem aos 52 anos ou aos 55 anos de idade, no Regime Geral, retira da produção uma enorme quantidade de pessoas em plena capacidade de trabalho. O PIB estaria entre 0,5% e 0,6% maior se essas pessoas estivessem trabalhando e produzindo. E nós as retiramos de forma precoce.

E a reforma previdenciária, finalmente, é urgente pela rapidez da transição demográfica que o Brasil está enfrentando. Eu falei que o Brasil vai fazer essa transição demográfica num prazo de 23 anos. Quando pensei nisso, eu falei: *“Gente, este ano faz 22 anos que o Brasil apresentou a primeira reforma previdenciária, em*



1995. Neste ano, completam-se 22 anos, e no ano que vem faremos 23 anos". Acho que temos que pensar nisso.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra por 20 minutos ao próximo expositor, o Sr. Francisco Dal Chiavon, que representa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O SR. FRANCISCO DAL CHIAVON - Boa tarde, Deputado Carlos Marun.

Quero saudar a Mesa e todos os Deputados presentes, o Deputado Estadual Altemir Tortelli, que está aqui representando os Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul, e todos os presentes.

Creio que este é um momento muito importante, sem dúvida, para debater a Previdência Social em relação ao meio rural.

O Alberto Broch analisa uma série de informações que são muito importantes e que têm que ser levadas em consideração quando se trata da reforma da Previdência.

Eu começo por uma questão muito óbvia em que nós precisamos nos deter. O primeiro ponto é a contribuição. Como seria a contribuição de uma família, de acordo com a proposta da reforma, se todos os membros acima de 16 anos tivessem que contribuir? O que faria uma família do Nordeste com 5 anos de seca? Como ela vai contribuir?

Refiro-me primeiro ao Nordeste, porque mais de 45% da população rural está no Nordeste. Esta situação espalha-se pelo Brasil inteiro. Nós, que trabalhamos na lavoura, não recebemos um salário que nos possibilite contribuir mensalmente. Nós vivemos da nossa produção. Portanto, essa questão da contribuição é uma prática que não se aplica ao meio rural. O Alberto, que me antecedeu, falou muito bem: se houver produção agrícola, o Estado arrecada 2,1% da produção, mas ela pode dar prejuízo ao produtor.

Vamos considerar alguns dados. Quem produz matéria-prima hoje no campo, independentemente de ser pequeno ou grande produtor, tem renda média entre 10% e 12%. Em cima desses 10%, nós estamos pagando 2,1% de contribuição à Previdência. Então, o pagamento que nós estamos fazendo é alto, pela renda que nós temos.



O senhor que me antecedeu mostrou dados muito interessantes e importantes, que eu não conhecia: a atual distribuição de renda pela Previdência é altamente injusta, assim como é a distribuição de renda do País. A reforma da Previdência, do jeito que está sendo proposta, aprofunda essa desigualdade, e isso fará com que a maioria das pessoas tenha uma renda ainda menor. A reforma aprofunda a desigualdade social.

Quanto à contribuição, o Estado tem que fazer a diferença, neste momento, considerando a relação do trabalho e a relação da renda. O Estado tem que intervir. Isso está previsto na Constituição, no art. 185. O Estado tem que dar essa garantia à Previdência Social.

Creio que uma importante questão, que não está sendo discutida na reforma, é a fiscalização da Previdência. Todos nós sabemos que há números enormes de sonegação à Previdência. Significa que essa reforma não vem para fazer justiça, ela vem para aprofundar a injustiça que já existe. Dados que levantei mostram que bancos e grandes empresas recolheram dos trabalhadores mais de 400 bilhões de reais, mas não os repassaram para a Previdência.

A reforma tem que diminuir o valor que os pequenos produtores rurais pagam à Previdência, conforme estamos discutindo, em vez de aumentar a contribuição dos pequenos.

Lembro que essa proposta que estamos discutindo foi aplicada no Chile no período do ditador Pinochet. Hoje, esse mecanismo tem que ser revisto naquele país, porque os fundos privados que ficaram com o dinheiro da Previdência aplicaram-no, e a crise de 2008 o levou embora. Hoje os trabalhadores estão sem a Previdência Social. Então, essa proposta sugerida agora no Brasil já não deu certo em outros lugares.

Outra questão é a unificação das contribuições rural e urbana. Nós entendemos que essa questão é impossível de ser aplicada no meio rural, pelas nossas adversidades. Além das diferenças regionais, existe a questão dos trabalhadores nas atividades agrícolas que são sazonais, ou seja, os que trabalham no cultivo da cana, na colheita de frutas e assim por diante. Esse pessoal também não terá condição de fazer essa contribuição que está na proposta encaminhada na reforma da Previdência.



A quarta questão é relativa ao aumento da idade. Segundo os dados que foram apresentados no gráfico em relação às atividades e aos Estados, a grande maioria dos trabalhadores rurais não chega a essa idade. Levantei, por exemplo, dados do meio urbano. Na cidade mais rica do País, os que estão no centro da cidade chegam à idade de 79 anos. Agora, o máximo que chegam é a 57 anos de idade no meio urbano nas periferias, que inclui a grande massa de trabalhadores que vai ser atingida por esta reforma. Está sendo proposto o aumento da idade de aposentadoria para 65 anos, e nós somos contra isso.

Somos contra, principalmente, igualar as mulheres aos homens. Não é possível, principalmente no meio rural, a mulher ser aposentada aos 65 anos, porque ela tem dupla jornada de trabalho.

A última questão que eu quero citar é a desvinculação do salário mínimo da economia. Se desvincularem o salário mínimo da economia, daqui a 10 anos o nosso salário mínimo vai ser a metade daquilo que está valendo hoje. Essa é outra coisa que nós não podemos admitir que aconteça, porque hoje o salário mínimo tem um valor significativo para o meio rural. Se ele for desvinculado da economia, além de o trabalhador que se aposenta ganhar um salário mínimo, esse salário mínimo será inferior ao salário de hoje. Portanto, nós teremos à frente uma precarização do salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou interrompê-lo para informar aos Deputados que é necessário um novo registro de presença, mas que não será necessário se apressarem.

Srs. Deputados, eu vou fazer o seguinte: ao final das palavras deste expositor, antes do início das palavras do próximo, vou dar um intervalo de 5 minutos, para que nós vamos lá, registremos a presença e voltemos para continuar o debate. Faço questão da presença de V.Exas.

V.Sa. pode continuar.

O SR. FRANCISCO DAL CHIAVON - Obrigado.

Então, creio que a reforma da Previdência não é uma questão de números, não entra profundamente nessa questão da contribuição, do quanto vamos contribuir ou quanto vamos deixar de contribuir. É uma questão de justiça. Os dados que foram apresentados há pouco demonstram isso. Se essa reforma continuar pelo



caminho em que está transitando, aumentará as injustiças sociais que existem hoje. Então, não se trata de colocar números ou de deixar de colocar números, mas de uma questão de justiça social. Vai além de colocar números em tabelas.

Creio que ela já é uma contribuição injusta, e ela se aprofundará com essa reforma que está sendo proposta. É injusto tratar dessa forma os brasileiros que produzem alimentos. Eu creio que a sociedade brasileira, pelos vieses que está havendo no mundo inteiro — a grande maioria da população se concentra no meio urbano —, tem de ter uma política especial para quem produz alimentos. Nós temos que tratar dessa parte da população que produz os nossos alimentos no dia a dia. Não está sendo dado o devido valor e a devida atenção a essa população quando ela é tratada dessa reforma. Esta questão que tem de ser considerada: a população, no mundo inteiro, está migrando para o meio urbano, e o meio rural está se esvaziando.

A reforma trabalhista em curso também começa a precarizar tanto o meio rural quanto o urbano. Ela se soma a essa questão da Previdência e deve ser tratada com muito mais dedicação para ser aperfeiçoada. Hoje, nós podemos estar debatendo esse assunto e aprofundando-o na perspectiva de que possamos fazer nessa reforma uma discussão para produzir igualdade social neste País, ao diminuir as diferença entre os que recebem muito pela Previdência e os que recebem menos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Fica, então, suspensa a reunião pelo prazo de 10 minutos, para que os colegas que... Cinco minutos.

(*Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu tenho me manifestado e quero ouvir as palavras do (*ininteligível*) e o Relator.

Fica suspensa a reunião. Retornaremos em 5 minutos.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Convido os senhores expositores para voltarem à mesa, juntamente com o Sr. Relator, para que possamos reiniciar os trabalhos. (*Pausa.*)



Passo a palavra ao próximo expositor, Sr. Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, Diretor do Departamento de Assuntos Fiscais Sociais no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O SR. ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - Boa tarde a todos. É um prazer estar nesta Casa. Saúdo os expositores anteriores — o Alberto, o Luís e o Francisco —, assim como o Relator, o Presidente Marun e o Ministro Stephanes, a partir do qual saúdo os demais Congressistas.

Primeiramente, queria deixar claro que o anúncio de ontem se refere a policiais civis e professores. O detalhamento será enviado. Faremos os ajustes por meio do Relator. Isso será mais claro nos próximos dias.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Juízes, Promotores...

O SR. ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - Deixo bem claro que eu participei da equipe técnica que elaborou a proposta da reforma da Previdência, junto com o Ministério da Fazenda e com a Casa Civil.

Essa já era uma preocupação que os Congressistas da base trouxeram para o Ministro Padilha, na segunda-feira, junto com a equipe econômica.

Respondendo diretamente ao Deputado Pepe Vargas, em nada mudam as projeções e os dados de déficit que o Ministro Dyogo apresentou ontem. Então, todas as projeções, inclusive as da reforma, que objetivam estabilizar a despesa e o percentual do PIB não mudam.

O objetivo aqui é falar de reforma da Previdência e de seu impacto na Previdência Rural.

Uma questão importante é que o preceito constitucional determina que a aposentadoria dos rurais tenha uma redução de 5 anos na idade de acesso. Em termos de déficit, em 2016, foi ele de 103,4 bilhões, bem superior ao urbano, que foi de 46,3 bilhões, no ano passado.

Noventa e oito por cento da arrecadação previdenciária é urbana e apenas 2% é rural, sendo que a Previdência Rural concentra 28% do total dos beneficiários.

Em 2015, 94% das aposentadorias rurais foram concedidas para segurados especiais, cujo conceito tem uma subjetividade na sua definição. Uma das razões de se propor a contribuição não é para fins arrecadatórios, e sim fiscalizatórios, para



fins de identificação, tendo como consequência reduzir a judicialização, que hoje está na faixa de 30% nas concessões.

Uma coisa importante é que esta reforma não acaba com o déficit e muito menos com o subsídio que damos aos trabalhadores rurais, que contribuirão com 16 salários mínimos durante toda a sua vida e receberão 239 salários mínimos.

A Previdência é obrigatória, contudo é um dos melhores investimentos que se pode fazer, especialmente aqueles que ganham salário mínimo, que contribuem por 1 ano e meio ambiente e recebem por 18. Não existe nenhum rendimento no mercado financeiro que dê esse retorno.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - Eu acho que é importante eu poder responder às perguntas ao final, mas estou apto para deixar claro qualquer um dos debates.

Bem, o que a PEC faz em relação ao rural? Primeiramente, temos uma convergência em 20 anos para que a idade média de aposentadoria suba para 65 anos de idade, sendo que já existe idade mínima para o rural. Mais de 95% do rural aposentam por idade. É por isso que achamos que fortalecemos o pilar distributivo da Previdência, e não o contrário, como foi colocado pelo nosso colega Francisco.

Os segurados especiais passarão a ter uma contribuição mínima. Hoje, simplesmente, não há uma cobrança obrigatória, e muitos acabam não contribuindo, o que é ruim para eles, porque não têm como comprovar renda. O objetivo da proposta é que eles inclusive possam comprovar sua renda e ter acesso ao mercado creditício, por exemplo, ter acesso a crédito. Essa é uma das principais questões.

Outra questão é que ele não consegue comprovar que sua esposa e sua filha são também trabalhadoras rurais. Então, para terem acesso a um salário-maternidade, por exemplo, aquela pessoa tem que sair do campo e ir para cidade, para requerer o benefício. Essa contribuição terá valor equivalente ao cobrado do Microempreendedor Individual — MEI, que é 47 reais, valor que ele não precisa recolher todo mês, como será detalhado na lei após a PEC. Isso fará com que ele consiga, inclusive, ter acesso ao sistema previdenciário. O que desejamos é que ele não se torne, de fato, um beneficiário do Benefício de Prestação Continuada — BPC.



No mundo, grande parte das aposentadorias rurais são mais assistenciais. Queremos é que ele tenha, sim, acesso ao salário-maternidade, acesso ao auxílio-doença, acesso à aposentadoria por invalidez. É por isso que queremos que ele tenha uma contribuição mínima. Repito, o objetivo não é arrecadatório, mas sim fiscalizatório.

Outra questão importante é o fim da imunidade das contribuições previdenciárias sobre os exportadores. Como a nossa base de exportação é mais em *commodities*, a base primária, grande parte dos críticos fala que essa é uma isenção para o agronegócio. Na verdade, isso é para todos os exportadores. Então, a PEC também prevê um aumento da arrecadação, o que ajudará no reequilíbrio das contas previdenciárias.

Quanto ao preceito constitucional, hoje, como eu disse, os trabalhadores rurais contribuem sobre a comercialização e têm uma redução de cinco anos na idade, sendo que a nossa Constituição define o trabalhador rural em três categorias: contribuinte individual, segurado especial e empregado rural. Eu acredito que haja muitos boias-frias, trabalhadores também empregados, só que, na prática, o que vemos é que, segundo dados de 2015, 94% dos trabalhadores rurais são segurados especiais, que ganham um salário mínimo e não serão afetados pela regra de cálculo que propomos. Portanto, eles terão uma reposição de 100%.

Em 2005, esse número era 91%. Então, percebe-se que houve uma migração dos trabalhadores empregados para a categoria do segurado especial, o que acaba gerando desafios arrecadatórios também.

Essa foi a evolução das leis, especialmente em relação ao segurado especial. Eu me refiro aqui à criação do Fundo Rural, inclusive, antes da Constituição, mencionado pelo nosso colega da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares — CONTAG, e toda a evolução protetiva em relação a esse trabalhador tão importante para nós.

Eu reafirmo a importância dos trabalhadores rurais, especialmente na produção dos nossos alimentos. Acho que isso é extremamente louvável. O que queremos é inclui-los cada vez mais, e não excluí-los.

Desde 1963, essa subjetividade foi aumentando. E, a partir 2008, possibilitou-se, inclusive, a contratação de trabalhador pelo segurado especial; possibilitou-se,



também, ao Vereador que mora numa área rural ter uma aposentadoria rural, ou mesmo ter uma empresa, no regime do Simples. Pode-se ter um empregador recebendo aposentadoria rural. Essa questão foi aprovada aqui pelo Congresso, e nós a respeitamos.

Se você reforma sua casa, ela fica mais bonita, fica melhor, mais sustentável. Quando botamos a Previdência no meio, parece que a reforma é algo negativo. E reforma não é nem de esquerda nem de direita; não é Estado Mínimo e nem “máximo”; reforma tem a ver com Estado bem gerenciado.

Em relação à evolução do déficit, mostramos claramente os déficits rural e urbano.

Em 2016, como eu disse, houve 103,4 bilhões de déficit, inclusive com o déficit na Previdência urbana, o que ainda dificulta ainda mais o equilíbrio das contas públicas.

Em relação às despesas, evoluímos de 71 bilhões para 397 bilhões, em 2016, sendo que essa representação é de 22% do total da despesa rural, contra 2% de arrecadação como eu havia falado.

Então, essa arrecadação do setor rural hoje é de 8 bilhões, representado pela cor azul — a legenda está trocada —; e houve enorme evolução da quantidade de benefícios, saindo de 6,9 milhões de beneficiários para 9,5 milhões de beneficiários nesse período de 2002 a 2016.

E uma das questões importantes dessa contribuição mínima que estamos propondo é a redução da judicialização. Trinta por cento de todos os benefícios concedidos para o rural se dão por vias judiciais, justamente pela subjetividade do conceito de segurado especial. Houve, de fato, alguns aperfeiçoamentos, inclusive com a instituição de um cadastro, mas ainda assim é autodeclaratório. Fazemos cruzamentos com a Receita Federal, com o INCRA, com o PRONAF, mas não é suficiente para simplesmente definirmos esse conceito de rural.

E aqui está um dado importante. A legislação do Município é que determina se é rural ou não. Então, o plano diretor de cada Município diz se aquela pessoa, naquele Município, está na zona urbana ou rural.

Então, eu peguei aqui simplesmente a população rural – e o IBGE diz se é ou não rural. Nós temos, atualmente, 6,2 milhões de trabalhadores rurais acima de 55



anos, sendo que a quantidade de benefícios é muito maior do que isso, simplesmente 50% maior.

Então, este é o objetivo principal: reduzir a judicialização e poder incluir o trabalhador e seus dependentes no mercado formal e no mercado creditício também. E há discrepâncias, como as que ocorrem no Estado que tem maior participação da sua população rural, por exemplo, o Estado do Piauí, onde 33% se declaram trabalhadores rurais, sendo que a concessão de benefício é da ordem de 61%.

Então, temos discrepâncias significativas. Não quero dizer que, em nenhum momento, isso aqui é fraude. Essas são dificuldades e subjetividades no conceito, e é por isso que a proposta nos ajuda, sim, a fazer uma melhor governança da Previdência Social, tanto quanto na identificação desse trabalhador que é tão importante para todos nós.

E aí eu também não concordo que a reforma é regressiva, ou seja, que ela prejudica os mais pobres. Como eu disse, no Brasil, já existe idade mínima, especialmente para o trabalhador rural.

Então, no total de aposentadorias no Brasil, em 2016, 63,8% são feitas por idade, sendo que no Norte e no Nordeste, onde temos uma participação da população rural maior, no percentual da sua população, o percentual é muito maior do que isso. Então, 89,5%, no Norte; 85,2%, no Nordeste.

Quando nos referimos ao salário mínimo, para o qual a regra de cálculo não aplica o salário mínimo, então esse trabalhador rural, com 25 anos de contribuição, acessará o benefício integral. Assim, 63,7% — quase 64% — ganham salário mínimo; no Norte e no Nordeste, 87,5% e 87% respectivamente. Se, simplesmente, separarmos isso entre rural e urbano, o rural vai para mais de 98%.

E aí vem a questão muito importante que o Luís mencionou: podemos discordar da reforma, podemos discordar da gradação, mas nunca podemos discordar da matemática e da dignidade do nosso IBGE. Todos os números em relação à expectativa de vida são divulgados pelo IBGE. Não há divulgação de expectativa de vida e sobrevida para o trabalhador rural. Existe essa classificação por unidade federativa e por idade, mas sabemos que há uma grande concentração de trabalhadores rurais no Norte e Nordeste.



Esses dados o Ministro Dyogo mostrou ontem, mas eu os reforço agora, no sentido de mostrar que a expectativa de vida ao nascer, dada a taxa de mortalidade infantil que temos no País, não é a mais adequada, razão pela qual sempre queremos olhar a expectativa de vida aos 65 anos de idade.

A expectativa de vida ao nascer no Brasil era de 75,7 anos, em 2016; e a idade média de sobrevivência após 65 anos — ou seja, a idade média a que aquela pessoa com 65 anos atingirá — é de 83,5 anos, sendo que a taxa de mortalidade infantil é de 13,3 por mil nascidos vivos.

Percebe-se que o Norte e Nordeste têm uma taxa de mortalidade infantil muito maior — e é por isso que a média brasileira de expectativa de vida ao nascer é maior do que a do Norte e Nordeste. No entanto, quando olhamos os dados de expectativa de sobrevivência aos 65 anos separados por regiões, essa diferença cai bem mais. E essa é uma questão de alocação.

Por isso, eu insisto que a reforma da Previdência é uma questão de Estado bem gerenciado. Por quê? Porque, como disse o Luís, a nossa miserabilidade está muito mais nos mais novos. Então, a Previdência retrata toda a desigualdade que temos no País. Então, tudo que está errado no mercado trabalho é jogado para a Previdência para compensar aquela pessoa. Se a mulher ganha menos que o homem, dizem: *“Olhe, espere 30 anos, que daqui esse tempo eu lhe compenso”*. Eu não acho isso justo.

Acho que temos que cada vez mais proteger a população idosa, mas também poder alocar recursos na população mais nova, na primeira infância, o que fará com que tenhamos um retorno econômico e social muito maior do que temos hoje. Existem vários ganhadores do Prêmio Nobel de Economia que retratam isso. Então, é inegável.

O que entendemos de reforma da Previdência é que podemos alocar mais recursos, inclusive em saúde, assim como já se aloca mais do que o mínimo, especialmente no Norte e Nordeste, para reduzirmos a nossa mortalidade infantil. É esse um dos principais objetivos, inclusive em termos de planejamento.

Como eu disse, 98% dos trabalhadores rurais ganham salário mínimo e não serão afetados pela regra de cálculo. Já fizemos alguns exercícios internos, inclusive com a participação do pessoal do IPEA, e a reforma da Previdência não aumenta a



desigualdade; pelo contrário, ela exige um esforço adicional daquele trabalhador com carteira assinada, urbano, que hoje se aposenta aos 54 anos de idade. Ele terá que trabalhar mais tempo para compensar o subsídio que é dado ao trabalho rural, que vamos manter na proposta.

E aí vem a questão principal: não podemos discordar da matemática. Ontem trouxemos aqui uma questão sobre o resultado da Seguridade Social, e eu reforço, porque várias contribuições sociais foram feitas para compensar justamente a baixa contributividade do trabalhador rural. Só que elas não são suficientes hoje também para compensar esse subsídio extremamente importante. Então, o resultado oficial é que a Seguridade Social, em 2016, teve um déficit de 258,7 bilhões de reais.

Muito foi argumentado aqui que o servidor público, por não estar no capítulo da Constituição Federal, não deveria ser enquadrado.

Em questões jurídicas, não importa se é um parágrafo, um inciso ou um artigo. Em qualquer lugar que ele esteja, numa lei ou numa Constituição, ele tem tanta força quanto. E há uma questão principal: um crime contra a Lei Orçamentária Anual é um crime de responsabilidade. Tivemos inclusive um problema aqui no passado. E toda Lei Orçamentária anual prevê o orçamento da Seguridade Social.

Então, acreditar que servidor público não faz parte da Seguridade Social é acreditar que este Congresso simplesmente foi coadjuvante de um crime de responsabilidade cometido por todos os Presidentes. Eu não consigo acreditar nisso. Então, a Lei Orçamentária Anual prevê o orçamento da Seguridade Social.

Uma questão importante do Capítulo II da Constituição Federal, “Dos Direitos Sociais”, art. 7º. Mas abono salarial é um direito do trabalhador e não está no art. 7º. Eu não consigo acreditar que o abono não seja um direito do trabalhador.

Então, a posição na Constituição em nada implica o dado da Seguridade Social, em especial porque o próprio Tribunal de Contas da União fiscaliza as contas do Presidente, e nunca foi citado nada diferente, simplesmente porque a Lei Orçamentária Anual prevê o orçamento da Seguridade Social, e toda definição de Seguridade Social que foi citada aqui remete à lei, inclusive à Lei Orçamentária.

Então, eu não consigo acreditar que este Congresso realmente tenha aprovado todas as leis orçamentárias desde a Constituição e que todos os



Presidentes tenham cometido crimes de responsabilidade. Com isso eu não consigo concordar.

Por que, então, reformar? Para manter a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, que realmente tinham muitas dificuldades, especialmente quando da criação do FUNRURAL, quando houve uma evolução protetiva muito positiva.

Entendemos que deve haver uma mudança da base contributiva da comercialização para a folha de pagamento, simplesmente porque teremos condições mais fáceis de comprovação de que aquele trabalhador, de fato, é um trabalhador rural.

Como eu mostrei com os dados do IBGE, esses trabalhadores até migram do urbano para o rural. Então, essa contribuição poderá beneficiar inclusive os mais pobres.

Em relação à idade mínima, há convergência em relação ao urbano. O Luís bem notou uma questão muito importante: temos trabalhadores tão importantes quanto o trabalhador rural, como no caso dos trabalhadores da construção civil, que já se aposentam por idade. Então, já existe idade mínima. Não existe idade mínima para aquele trabalhador que ganha o dobro ou o triplo daquele que se aposenta por idade. Por isso, esta reforma reduz a desigualdade. Estamos exigindo que um trabalhador urbano trabalhe com carteira assinada mais tempo do que aquele que é autônomo, aquele que ganha salário mínimo.

Existe aí uma questão importante: por que queremos a reforma da Previdência? Simplesmente porque acabamos nos esquecendo do nosso pilar distributivo. Por que existe INSS? Se déssemos a opção para, por exemplo, o empregado rural — cujo empregador contribui com 20% e ele, o trabalhador, com 8% — colocar os 50 reais na poupança durante 15 anos, quanto ele teria? Duzentos reais. O que faz a reforma previdenciária? Faz com que ele tenha um salário mínimo atualizado todo ano. Então, esse é o maior retorno de investimento possível, em termos de contribuição e de retorno financeiro.

E por que fazemos isso? Simplesmente porque temos um objetivo distributivo; e essa parte, em relação à distributividade, não muda nada aqui.



Antes de encerrar mais uma questão importante, quero dizer que não faremos a reforma da Previdência com o cunho fiscal, mas para que tenhamos um retorno econômico muito maior, o que vai nos possibilitar continuar reduzindo pobreza e desigualdade, que são tão grandes neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agradeço a participação do Sr. Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, representando o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Passo a palavra ao Relator. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, o Relator justificou a ausência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim. O Relator está em uma atividade neste momento e não pode estar presente. Ele solicitou que o Deputado Reinhold Stephanes o substituísse e lhe transmitisse as informações e os resultados desta audiência pública.

Passo a palavra ao Relator substituto.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, o Relator está aqui na porta, concedendo entrevista.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, sugiro que V.Exa. responda que o Relator não tem o dom da ubiquidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu acho que está entendido. Vamos em frente.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Fui designado como substituto do Relator, com a incumbência de transmitir ao Relator as anotações. Eu confesso que fiz as anotações e vou expor a V.Exas. o resumo delas, que é o que vou transmitir, para ver se todos estão de acordo.

O Presidente da CONTAG fez uma série de colocações muito interessantes, em defesa de seus argumentos, e levantou duas questões básicas, que eu assim resumiria: ele deseja manter a atual forma de contribuição e fundamenta isso; da mesma maneira que ele fundamenta a necessidade de se manter a idade atual.



Surgiu entre as suas colocações e as do Sr. Arnaldo apenas uma pequena contradição, que eu acho que merece ser analisada com certa profundidade. Um mostra a incapacidade que os agricultores têm, por várias razões — com muitas delas eu até concordo, pois sou homem do campo também —, de contribuir com aqueles valores colocados. Mas, por outro lado, um deles argumenta e enfatiza que a agricultura familiar representa 70% da produção da alimentação do País, ou seja, há uma riqueza extraordinária de um lado e uma dificuldade extraordinária do outro.

Por sua vez, o representante do Ministério do Planejamento, o Sr. Arnaldo, colocou que as contribuições que ele teria que fazer ao longo da sua vida seriam de apenas — e aí eu até peço para conferir isso — 16 salários mínimos, para receber em troca, ou consumir ao longo da sua vida de aposentado, 239 salários mínimos. Então, é um valor relativamente pequeno.

Portanto, essa é uma contradição que acho que merece ser analisada — chamo a atenção dos técnicos e vou sugerir isso ao Relator.

O representante do IPEA, Sr. Luís Henrique, chama-nos a atenção para o fato de que a idade média da cessação dos benefícios, tanto urbanos quanto rurais, é idêntica. Foi um dado novo apresentado aqui por todos os que participaram anteriormente. Esse dado mostrou que essa idade média de cessação é de 82 anos, tanto para área rural quanto para a área urbana. Então, esse foi um dado e uma contribuição interessante que foram colocados. Ele reafirmou a ideia de igualdade, ou seja, praticamente todo o seu pronunciamento tentou mostrar que deve haver igualdade entre os vários trabalhadores — e ele citou inclusive alguns exemplos disso.

O representante do IPEA também nos chamou a atenção para o fato de que a transição demográfica no Brasil para os mais idosos se dará de forma muito rápida. Enquanto muitos países saíram da pirâmide jovem para a pirâmide mais idosa ao longo de 60 anos ou mais, o Brasil vai fazer essa transição demográfica em apenas 23 anos, o que evidentemente trará um custo muito elevado. Assim, tem que se pensar no planejamento em relação a isso.

O representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Sr. Francisco Dal Chiavon, levanta uma questão de forma mais enfática do que o representante do Ministério do Planejamento. O Sr. Francisco diz que concorda com



o fato de que é possível haver fraude nas aposentadorias rurais, já que existem 9 milhões de aposentados, mas afirma que, se existe fraude, ela deve ser coibida — é assim que ele coloca. Por sua vez, o representante do Ministério do Planejamento cita uma palavra um pouco mais leve, pois diz que há apenas uma discrepância entre os 6,2 milhões que declararam ser da agricultura familiar e os 9,3 milhões que estão efetivamente aposentados. De qualquer forma, é um número que deve evidentemente preocupar e deve ser corrigido.

O Sr. Francisco ainda chamou a atenção para algo que eu acho que os outros não tinham colocado: há o trabalhador sazonal, que não foi considerado e colocado no debate. Então, acho que a questão do trabalhador sazonal é importante. O Sr. Francisco também defendeu a manutenção da atual idade e do atual sistema de contribuição. Eu acho que esse é o resumo em relação a ele.

Em relação ao Sr. Arnaldo, agora concluindo, ele chama a atenção também para a seguinte questão: a convergência para a idade dos 65 anos se dará ao longo de 20 anos. Ela não será imediata, ela não será amanhã. Ele acha que isso deve ser considerado na análise e na discussão.

Além disso, ele levantou aquilo de que já falei: a contribuição deverá ser estabelecida em legislação ordinária e deverá ser em torno de 16 salários mínimos para um recebimento de 230 salários mínimos ao longo da vida de aposentado. E também mostrou que há discrepância entre aqueles que se declaram rurais e aqueles que efetivamente estão aposentados. Ele apresentou outros dados, mas não vou fazer o resumo deles nem citá-los porque eles já foram apresentados anteriormente a esta Comissão.

Então, eu pergunto aos expositores se este é um resumo fiel, porque este é o resumo que eu já estou passando para o Relator, que está aqui presente ouvindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos então dar sequência ao trabalho.

Relator, V.Exa. vai se pronunciar?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu tinha um compromisso com os técnicos do Governo e não tive oportunidade de participar da importante oitava dos debatedores de hoje.



O Deputado Reinhold já está enfronhado nessa situação. Portando, pediria que ele levasse a relatoria até o final desta reunião e ficasse responsável para nos passar, depois, o resumo de tudo o que aconteceu.

Se V.Exa. me permitir, eu gostaria de fazer um breve comentário, já pedindo desculpas por não ter ouvido as palestras dos nossos convidados de hoje. Mas eu já estive com Alberto Broch em uma longa audiência, assim como também com o Arnaldo.

Eu queria dizer que nós temos, nessa situação dos trabalhadores rurais, talvez um dos pontos mais delicados da nossa PEC. Eu não tenho dúvida nenhuma disso. Falo isso com a sensibilidade de quem viveu a vida toda no interior, de quem foi Prefeito de uma cidade no sertão da Bahia e de quem conhece a dificuldade do trabalhador rural.

Penso que nós temos no Brasil dois tipos distintos de trabalhador rural: um está com a carteira assinada, vinculada a uma empresa do agronegócio. No meu modo de pensar, esse trabalhador não tem uma condição de vida muito diferente da do trabalhador urbano hoje em dia.

Quando a Constituição de 1988 foi promulgada, nós tínhamos uma realidade em que a vida no interior, a vida no campo era muito mais difícil do que hoje. Ao longo desses 20, quase 30 anos de Constituição, nós tivemos uma qualificação significativa da vida no campo, seja pela chegada da Justiça do Trabalho, seja por programas como o Minha Casa, Minha Vida, no interior, seja por programas como o Luz para Todos, seja na construção de um sistema básico de educação, que hoje é muito mais qualificado do que há 30 anos, seja no sistema básico de saúde, dos PSFs, etc. Então, houve certa melhoria de vida no interior.

Eu entendo, portanto, que o trabalhador rural com carteira assinada tem uma vida equivalente até de um trabalhador urbano, que mora, por exemplo, em Brasília, na periferia, que, para chegar ao seu local de trabalho, enfrenta dificuldades da mobilidade urbana e que, na sua comunidade, tem problemas com a violência. Enfim, eu não acho que existe uma diferença muito abrupta entre o trabalhador rural e o trabalhador urbano que têm carteira assinada.

Entretanto, nós não podemos deixar de destacar que existe uma vulnerabilidade muito maior ao trabalhador da chamada agricultura familiar, ao



segurado especial. Esse, sim, passa até hoje por grande dificuldade, porque ele vive em micropropriedades, que, como sabemos, tem uma dificuldade enorme para produzir. Particularmente, no Nordeste, eles têm uma grande dificuldade para produzir.

Como é feita hoje a cobrança do INSS dessas pessoas? Elas têm que recolher 2,1% de tudo aquilo que arrecadam para o INSS. Entretanto, a aferição de quanto uma micropropriedade familiar produz é uma tarefa praticamente impossível, porque as pessoas vendem a sua produção na feira, porque não tiram notas — refiro-me à grande maioria. Obviamente, em alguns casos, não; mas na grande maioria realmente é assim. A pessoa, às vezes, vende um dia de serviço; no outro dia ela vende uma pequena produção doméstica, etc. E é muito difícil fazer a aferição do quanto essas propriedades, de fato, produzem. E o fato é que essas pessoas, ao final do ano, não têm como ter a sua produção aferida. As pessoas normalmente — acontece isso no interior — vão aos sindicatos, fazem uma declaração de que não tiveram produção, o sindicato atesta esta condição, e a pessoa junta essa certidão ao INSS, dando, portanto, quitação, para não haver a necessidade de essa pessoa pagar os 2,1%. Essa quitação vale não apenas para uma pessoa, mas para um núcleo familiar.

Pois bem, essa realidade tem trazido um problema para o Brasil, porque, obviamente, se é verdade que o trabalhador da agricultura familiar merece uma atenção especial, dada sua vulnerabilidade, também é verdade que existem muitos que saem do campo, vão para a cidade, trabalham como urbanos, não recolhem, mas depois retornam lá para aquela região e conseguem a aposentadoria como rural, porque têm algum vínculo de terra, algum título familiar, ou coisa dessa natureza.

O fato concreto e objetivo com que nos deparamos hoje — e que é muito grave — é que o IBGE aponta algo aterrador: existem no Brasil, hoje, mais pessoas aposentadas na condição de segurados especiais rurais do que o número de habitantes que o IBGE reconhece como sendo pessoas que moram no interior nessas condições. Então, é evidente que há uma fraude nessa situação. Claro, absolutamente, não quero aqui dizer que isso é de todo trabalhador da agricultura



familiar. Não é isso. Aliás, muito ao contrário, existe trabalhador que trabalha, que vive nessas condições e que merece um assistente especial.

Mas este é o fato concreto, pelo que eu estudei até aqui, pelo que eu debati com vários segmentos, inclusive com a própria CONTAG, com a Frente Parlamentar da Agricultura, com Deputados que representam e que conhecem essa realidade.

O sentimento que eu tenho, Sr. Presidente, é o de que nós precisamos individualizar a cobrança da contribuição do trabalhador rural. Temos que individualizar, para que haja um mínimo controle do quanto é devido pelo trabalhador rural.

E aí eu vou trazer aqui uma conta para os senhores, Deputado Givaldo Carimbão, que acredito deva ficar na memória desta Comissão. Obviamente, isso não que dizer que esses trabalhadores não mereçam uma diferenciação, mas a conta é a seguinte: imaginem um trabalhador rural que recolha como um MEI, um microempreendedor individual hoje na zona urbana, à razão de 5% do salário mínimo. E falo em 5% do salário mínimo porque dará aproximadamente 40 reais, para a conta ficar redonda, ela faz 13 contribuições ao longo do ano, com o 13º salário. Isso daria 520 reais por ano. Se essa pessoa contribuir durante 25 anos, ao longo de toda a sua vida, terá contribuído com algo em torno de 13 mil reais. Esta é a contribuição da vida toda dela, e é este o pagamento que ela receberá em 1 ano como aposentada. Se não for de 13 mil reais, falta um pouquinho, mas com certeza em 15 meses ela já recebeu tudo aquilo que pagou.

Observem V.Exas. que, quando se busca que o agricultor familiar faça alguma contribuição, o sentimento, o sentido, a vontade, o desejo, o propósito é que haja, sobretudo, um cadastramento. A contribuição que será paga pelo agricultor familiar não tem um propósito arrecadatório, ela tem um propósito de cadastramento. O cadastramento tem que ser feito. Não dá para argumentarmos que esse tipo de prática tenha que continuar a existir, onde o trabalhador da agricultura familiar não faz absolutamente nenhum tipo de recolhimento.

Eu tenho dificuldades, como Relator, em assumir uma posição como essa, porque as pessoas viram para mim e dizem: “*Se eles não contribuem, não são aposentados, vão para o BPC*”. E não acho justo, eu não quero, eu não desejo que o trabalhador da agricultura familiar vá para o BPC porque não contribui.



Então, estamos diante de um dilema. Nós sabemos da dificuldade do trabalhador na sua micropropriedade, na propriedade familiar. Tudo isso é verdade. Mas também é verdade que, no País, pela regra, quem não contribui vai para o BPC, e no BPC a idade é mais avançada. Precisamos chegar a um denominador comum neste assunto. Temos que avançar de alguma forma.

Se hoje há o pagamento de 2,1% ao Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural — FUNRURAL, se o trabalhador familiar paga ao seu sindicato, de alguma forma o trabalhador da agricultura familiar tem que ser incluído. Eu repito aqui: não importa o quanto, porque esse pagamento não tem um objetivo arrecadatório. O objetivo é muito mais de cadastramento. Esse é o propósito que eu tenho...

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, o Relator está falando, ele não pode ser interrompido. Ele é Relator, está falando como Relator.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Pela ordem, Sr. Presidente. Isso pode virar regra aqui. Tenho uma observação, não é nada pessoal. Há um Relator e dois substitutos ou três Relatores? Se isso virar regra, daqui a pouco vamos ouvir só os Relatores aqui. O Deputado Reinhold já falou...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Assis, seja mais gentil.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu estou achando, Sr. Presidente, que o propósito aqui é discutir, mas há gente com o propósito de impedir que os outros falem em vez de discutir.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Não, Relator. Não é isso.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Seja mais gentil, seja mais democrata.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu estou trazendo aqui, de maneira equilibrada, meu sentimento, que é o de alguém que vem estudando e debatendo esse assunto. Não estou aqui, Deputado, querendo fazer proselitismo. Eu estou buscando, inclusive, uma solução para um problema com o qual nos deparamos, e é obrigação de todos nós fazer isso. Não adianta querer impedir o companheiro que está relatando uma matéria de falar um minuto a mais ou um minuto a menos. Isso não vai acrescentar em nada à nossa Comissão.



Sr. Presidente, eu quero concluir dizendo que nós temos que encontrar uma solução. A contribuição individual — e não familiar — não tem um propósito arrecadatário, mas nós não podemos mais permitir que contra o trabalhador rural ergam-se vozes permanentes dizendo que há fraudes. O IBGE diz que há mais trabalhador rural aposentado do que o número de habitantes na área rural. Nós temos que enfrentar a situação, em nome dos verdadeiros trabalhadores da agricultura familiar.

Por isso, nós estamos diante de um dilema. Eu sou um defensor dessa categoria, mas eu quero defender aqueles que, de fato, vivem da agricultura familiar, não aqueles que vão morar na cidade e voltam para aproveitar um atalho da lei. E é o que está acontecendo hoje. Não sou eu quem está dizendo isso. Esse não é um argumento etéreo, que surgiu do nada, é um dado do IBGE. É dentro desse conceito que se tem que fazer a discussão.

Presidente Carlos Marun, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu tomei a decisão de passar a palavra ao Relator, porque eu entendo pertinente...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, a decisão de dar a palavra ao Relator foi minha. Eu entendo que ela contribui com processo. Nós sabemos, inclusive, o que o Relator está pensando neste momento.

Quero informar ainda que eu vou seguir, sem exceções, rigidamente, a forma que nós estamos trabalhando, com dois inscritos, possibilitando aos Líderes a soma do tempo.

Neste momento, estão encerradas as inscrições. Existem 30 inscritos. O período se encerra com o Deputado Marcelo Castro. Estão encerradas as inscrições, e nós vamos dar seguimento à reunião.

Não haverá exceções. Eu acredito que estamos conseguindo tocar o trabalho com relativa serenidade, porque não estamos fazendo nem concedendo exceções. Então, vamos seguir a lista, vamos em frente. Trata-se de um tema extremamente importante.

Convido o primeiro inscrito, o Deputado Heitor Schuch. S.Exa. dispõe do tempo de 5 minutos.



O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Sr. Presidente, eu posso acrescentar o tempo de Liderança do PSB?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim, V.Exa. tem a delegação do PSB para falar em nome da Liderança. V.Exa. dispõe, portanto, de 11 minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Muito obrigado.

Quero saudar o Sr. Presidente, os colegas Deputados, os Srs. Relatores e os palestrantes que estão aqui, representados pelo nosso conterrâneo Alberto Broch.

Eu quero agradecer primeiramente, Sr. Presidente, pela oportunidade de participar desta audiência pública para debater a questão dos rurais. Eu insisti muito para que pudéssemos separar os rurais do contexto geral da PEC 287, e agradeço o voto favorável de todos os Srs. Parlamentares a esse requerimento, para que nós pudéssemos fazer uma discussão mais detalhada e aprofundada, porque os rurais efetivamente são diferentes nesse contexto.

Começo lembrando uma frase que foi dita da década de 1950, Presidente Carlos Marun, por um gaúcho muito conhecido chamado Dom Vicente Scherer. Está escrito nos livros: *“Os agricultores vivem abandonados à própria sorte, incapazes de superar as dificuldades que a muitos esmagam”*. Acreditamos que esse tenha sido um embrião para que os governos da época e os sucessivos começassem a estabelecer as políticas sociais. Assim começou o FUNRURAL, a política do meio salário mínimo, depois, veio a Constituição de 1988. Aliás, o Constituinte de 1988 foi sábio em fazer essa diferenciação de idade entre o homem e a mulher. A mulher tem a dupla jornada na agricultura; é diferente do trabalho do homem. O Constituinte também foi sábio em criar as receitas necessárias a esse incremento e ao aumento de população que estaria sendo abrangida pela legislação a partir de então.

Tivemos a Lei nº 8.212, de 1991, a Lei nº 8.213, 1991, e agora estamos diante de mais uma reforma, que não é a primeira depois da Constituição de 1988, com a alegação de que a Previdência está quebrada. Parece aquele sujeito, Sr. Presidente, que vai ao médico, é diagnosticado com um problema no coração, mas resolve enfaixar o pé. Não adianta. Não adianta! Eu acho que nós estamos caminhando aqui para um momento de exceção: tira-se o militar, tira-se o policial militar, tira-se o bombeiro, tira-se o servidor do Estado, tira-se o servidor do Município, amanhã ou depois se tira mais alguém, e incluem-se justamente aqueles



que recebem salários mínimos, os mais pobres, os mais miseráveis, os que mais precisam da política pública. E o Brasil continuará pagando 48% do seu orçamento em juros e amortização da dívida. Portanto, eu estou convicto de que nós estamos montados no cavalo errado e de que o foco não está certo.

Parece aquela família que descobre que gasta demais e diz: *“Então, vamos fazer o seguinte: cortamos o leite do nenê, o remédio da vovó, mas o pai continua tomando uísque importado”*. Ora, não é assim que funciona a Previdência Social, a Seguridade Social. E, por falar em cortar despesas, primeiro temos que ver como é que vamos aumentar as receitas, Sr. Relator. Eu gostei da sua fala aqui. Já é muito melhor ouvir o que o senhor disse hoje do que o que temos escutado aqui no cotidiano: que o trabalhador rural não contribui e que ele quebra a Previdência.

Diante disse, nós temos que ter presente o seguinte: temos que rever a questão da DRU e da sonegação, melhorar a gestão, revisar as desonerações, cobrar os devedores e parar de gastar 400 milhões, como estão dizendo aí, em propaganda na televisão — e agora foi inclusive suspensa pela Justiça —, para dizer o que não é verdade.

Eu trouxe a revista *Caros Amigos*, do ano passado, que mostra que, no meio rural, também há os que têm dívida com a Previdência Social, com o Fisco e com a Receita Federal. Entre os grandes devedores de impostos, estão 4 mil pessoas físicas e jurídicas que devem, cada uma, 50 milhões, que, somados, dão 200 bilhões, podendo chegar a 906 bilhões de reais. Inclusive um vizinho seu, pelo que eu sei, colega, Deputado Edmilson Rodrigues. Então, como disse o Relator, nós estamos diante de um dilema: achar a solução, para não continuarmos cometendo injustiça maior do que a que já existe.

Em seguida, eu queria dizer que não gosto nada quando o Ministro Henrique Meirelles diz: *“Tem que acabar com as emendas dos Parlamentares, senão vai faltar dinheiro para a Previdência Social”*. Não gosto quando divulgam na imprensa que a bancada mineira tem que votar a favor da PEC 287 e não gosto nada quando dizem que o PIB, em 2060, será de 2,3%. Mas nós nem sabemos o PIB deste ano, como é que vamos saber o PIB de 2060, senhores?! Ainda se discute se o PIB do ano passado é aquilo que está no papel ou se tem alguma revisão.



Sr. Relator, eu queria fazer um apelo: vamos deixar as entidades filantrópicas de fora, porque o pouquinho que está aí posto não vai resolver o problema da Seguridade nem o da Previdência. Portanto, senhores, nós temos que olhar para o nosso Brasil. “Ah, mas e a OCDE?” Está bem, mas nós vivemos no Brasil, onde, às vezes, um agricultor, para conseguir um remédio, tem que entrar na Justiça. Nós moramos lá no fundão de campo, onde nem posto de saúde tem.

E essa questão da idade dos trabalhadores rurais é muito cruel. Uma menina que hoje tem 15 anos de idade vai se aposentar com 65 anos, pois são 50 anos de contribuição! São 50 anos expostos à chuva, ao frio, à geada, sem carteira assinada, sem décimo terceiro, sem salário. É diferente. Aliás, é esse o povo que alimenta o Brasil. É esse o povo que se levanta às 5 da manhã. É esse o povo que coloca a semente na terra. Talvez, lá para o Sul do Brasil, 25 anos de contribuição individual seja até possível. Mas e no Nordeste, Relator? Concordo com V.Exa. que lá não chove, não tem renda. Como é que ficará naqueles 5 anos? Então, isso será o fim da aposentadoria. Todo mundo irá para o LOAS; irá todo mundo para o amparo previdenciário. E nós, agricultores, não estamos livres de amanhã ou depois virarmos deficiente físico. Podemos cair da escada, do trator, do cavalo. E daí, como é que vamos viver com meio salário mínimo? Isso é impossível!

Diante disso, estou aqui como membro titular desta Comissão, indicado pelo Partido Socialista Brasileiro, e o que mais me dói são duas coisas. Primeira: reiteradas vezes, ouvi aqui e pela mídia que os rurais quebram a Previdência. Mas, gente do céu, se de cada 100 reais os rurais consomem apenas 7,59 reais, o problema não são os rurais nem o Regime Geral. O problema deve ser outro; deve ser o Regime Próprio. Trinta e dois aposentados do INSS ganham o mesmo que um do Regime Próprio.

A segunda coisa que muito me incomoda é ouvir dizerem que os rurais não contribuem. Eu trouxe um pacotão de notas fiscais de agricultores que descontam 2,5%. Por exemplo, um colega meu de profissão lá vendeu 10 mil quilos de soja, pagou R\$251,00; este outro vendeu 136 mil quilos de soja e recolheu R\$3.900,00; este aqui que produziu tabaco recolheu R\$2.213,00 para a previdência; este outro recolheu R\$467,00 vendendo novilho para abate; um outro vendeu frango para a Seara, recolheu R\$556,00. Isso, de cada lote, senhores! Tem o do milho, do leite e



de tantas outras culturas. É só pegar e ver como os rurais contribuem. A não ser que o gato coma esse dinheiro no meio do caminho, que ele desapareça não sei onde, mas ele é descontado do agricultor, sim.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer aqui o que já me disseram umas 500 vezes lá no Rio Grande do Sul: *“Deputado Schuch, convide os seus colegas Deputados para passarem três dias aqui na nossa propriedade, no Rio Grande do Sul, levantando às 5 da manhã para tirar leite das vacas, limpar estrebaria, alimentar a terneirada, carregar uma chiqueirada de porco”*, a -2°C, no mês de julho, como dizia a música do Teixeira. Também podem fazer o serviço do plantio, da colheita, da aplicação do defensivo, da roçada, quebrar tabaco, arrancar mandioca, o que for. Esse é o cotidiano dessa gente lá na roça! Não tem como não ser. Como disse o Presidente Alberto, essas vacas não conhecem calendário. No domingo, elas querem dar leite; e tem de dar a boia para os bichos. O agricultor não tem folga no Natal, nem no Ano Novo.

Para encerrar, Sr. Presidente, é bom podermos fazer essa discussão separada dos rurais, porque este, é sem dúvida, um tema diferente do contexto geral. E eu queria, portanto, pedir, apelar com urgência: vamos tirar os rurais desta reforma, vamos tirar os rurais desta PEC, assim como outros foram tirados. Se há alguma coisa para ser mudada, que possamos mudar por legislação infraconstitucional, para que não voltemos à década de 50, como disse Dom Vicente Scherer.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - E, se tirar, V.Exa. vota a favor da reforma?

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Depende do que tirar. Acho que podemos avaliar isso, com muito gosto, Deputado Marcelo. E, em aprovando esta PEC aqui, não esqueçam uma coisa, Srs. Deputados: em 2027, vai aposentar-se a última mulher trabalhadora rural. Depois, fica um vazio de 10 anos, até 2037, quando a primeira alcançar 65 anos de idade para se aposentar.

Para encerrar, Sr. Presidente Marun, Relatores, colegas Deputados, eu tenho duas perguntas. A primeira dirige-se ao Dr. Luís Henrique Paiva. O senhor disse uma coisa aqui que eu nunca escutei na minha vida: que a Previdência contribui para a desigualdade social. *(Risos.)* E, se ela contribui para a desigualdade social, o



pagamento dos 48% do Orçamento da União é o quê? É justiça social, distribuição de renda? (*Palmas.*) Como? Eu não estou entendendo. Eu não estou entendendo! (*Pausa.*) Da dívida, claro!

A outra pergunta também é para o Dr. Luís. O senhor é do IPEA, e há a Nota Técnica nº 25, de 2016, cujo capítulo 4 fala do papel da Previdência nas condições socioeconômicas da vida do campo. Queria que o senhor desse uma olhada, porque, sem dúvida, isso é muito importante.

A última pergunta é para o Dr. Arnaldo: de onde o senhor tirou essa conta de que os rurais vão contribuir sobre 16 salários mínimos? Se um jovem (*falha na gravação*) um modelo 15 aos 18, que é o meu caso — eu comecei a contribuir para a Previdência aos 18; um dia espero chegar aos 60 para me aposentar; contribuo há mais de 40 anos —, eu quero saber a fórmula dessa sua conta, porque acho que estou pagando demais para a Previdência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós temos votação nominal, Mas, em função do interesse que o tema está despertando, indago a V.Exas. se passo a palavra ao orador seguinte ou suspendo a reunião por 5 minutos.

O que os senhores entendem? Vou ouvir o Plenário, já que houve crítica, em momento anterior, quando suspendi a reunião.

Suspendo por 5 minutos? (*Pausa.*)

Está suspensa a sessão por 5 minutos, para que nós votemos.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Solicito aos assessores parlamentares que aqui se encontram que fotografem neste intervalo as listas de inscrição. Vou deixá-las ali na mesa.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Solicito aos palestrantes que retomem seus lugares, para que possamos dar andamento aos trabalhos.

(*Pausa prolongada.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O próximo inscrito é o Deputado Arlindo Chinaglia, que soma ao seu tempo de inscrição metade do tempo de Líder.



V.Exa. tem, portanto, 9 minutos e meio a seu dispor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu queria dizer que, na visão geral, concordei com a intervenção do Deputado Heitor Schuch.

Agora, creio que também é nosso desafio aqui conferir não as opiniões que já temos, mas aquilo que é apresentado, até para aproveitar os palestrantes, a quem cumprimento todos.

Quero começar por algo que me chamou muito a atenção, que foi uma afirmação do Sr. Luís Henrique, quando ele apresentou aquela curva de distribuição de renda e disse que a Previdência não distribui renda como se é apregoado.

Vejo dois problemas iniciais na sua afirmação e queria que o senhor os comentasse.

Em primeiro lugar, todo mundo sabe que a Previdência Social é o espelho do mercado de trabalho. Então imaginar que, num país desigual, que paga salários tão desiguais, a Previdência fosse automaticamente diferente seria um contrassenso.

Mas onde é que está o pulo do gato na sua afirmação? Nós não temos que comparar apenas e de forma misturada aqueles que são do Regime Geral e do Regime Próprio, porque, quando nós incluímos os mais pobres na Previdência, é um portentoso distribuidor de renda.

Tanto é que, em minha opinião, houve uma contradição entre a sua observação e a do Dr. Arnaldo, quando este, o Dr. Arnaldo, mencionou que o objetivo, inclusive da reforma — eu não concordo com a sua observação quanto a esse poder da reforma —, é exatamente distribuir renda.

Qual é a outra observação? Se eu conseguir abrir a mídia aqui no mesmo lugar, há estudos que demonstram, ainda que antigos — não peguei nada mais recente —, que a relação entre a renda dos inativos rurais e a renda domiciliar rural, ou seja, de todo mundo, em Estados do Nordeste, chegava a atingir, em 1993, 63,2% na Paraíba; 55,8% em Pernambuco e 39,6% no Rio Grande do Norte, enquanto que, em São Paulo, era de 8,5%.

O autor do estudo é Delgado, 1997.

Pois bem, aqui há outros estudos, mas todos no sentido de que a Previdência distribui renda. Ela só não distribui renda quando não inclui os mais pobres. É por isso que, na minha opinião, esta proposta de reforma tem que ser retirada — é a



melhor coisa que o Governo pode fazer — no momento em que dificulta o acesso, exigindo a contribuição de 25 anos, porque assim ela vai excluir.

Portanto, chamo esta proposta de contrarreforma. É verdade que, quando fazemos uma reforma na casa, para quem tem casa e consegue fazer reforma, ela tende a melhorar. Agora, esta proposta vai piorar. É um apartamento minúsculo que vai reduzir, na minha opinião, pela dificuldade de acesso!

Em segundo lugar, quando se diz, Dr. Arnaldo, que 30,2% das concessões de aposentadorias para os trabalhadores rurais são consequência de decisão judicial, não entendi bem o sentido que o senhor quis dar, mas vou antecipá-lo. Significa o seguinte — é uma dedução: nem sempre as aposentadorias concedidas tramitaram normalmente; portanto, na análise cotidiana da Previdência Social, esses deveriam ter conseguido; e, por consequência, todo este debate agrava a situação da Previdência.

Só que há um detalhe: por que a decisão dos juízes quase sempre atende o pleito rural? Porque a responsabilidade é do INSS! Não é do trabalhador rural. Digo isso porque o advogado, espertamente e com razão, coloca que as custas do trabalho do perito não podem ser da parte, porque ela não pode pagar. É verdade. Se o perito sabe que vai receber dinheiro da contraparte, sabe que vai receber do INSS, portanto, invariavelmente — não estou fazendo uma análise do mérito, mas do método —, o perito vai dar razão ao rural. E eu diria: ainda bem!

Mas onde é que o INSS falha, se é que ele quer contestar? O INSS deveria ter, por exemplo, um médico-perito para acompanhar, para saber se aquele pedido é justo ou não.

Então, não pode, porque o próprio INSS falha, responsabilizar quem concede, porque o juiz vai atender o perito. Ele vai atender o perito. Até porque — eu quero fazer referência ao Alberto, que foi textual, e concordo com ele — se há qualquer tipo de concessão indevida para quem quer que seja, se há fraude, que se combata! Nós queremos preservar o essencial.

Quando se diz que aumentou o número de aposentadorias especiais no meio rural — e o senhor mostrou uma tabela deixando isso claro —, com esta proposta, isso vai piorar ainda mais. Por que vai piorar ainda mais? Porque, se ele não



consegue se aposentar como rural, na minha opinião, a tendência de ele vir para cidade aumenta.

Afirmou-se — fui alertado e agradeço — que o número de aposentadorias do meio rural é maior do que aqueles que moram no campo. A propósito dessa afirmação, quero dizer que eu venho de uma cidade que hoje já passou de 10 mil habitantes. Lá, passei a minha infância e cheguei até a andar em caminhão de boia-fria. Na época, não havia 5 mil habitantes. O que quero dizer? Eu não sei qual era o percentual daquelas pessoas que trabalhavam na roça, mas elas moravam na cidade. Então, é absolutamente compatível que se tenha um número de aposentadorias no meio rural maior do que o de pessoas que moram no meio rural.

Citei apenas o fenômeno boia-fria. Aliás, eu me orgulho muito de que foi uma geógrafa da minha terra, em homenagem à sua terra, que grafou o termo “boia-fria”.

Quero abordar outro tema: a sobrevida.

A sobrevida foi apresentada aqui, se não me engano, pelo Dr. Luís Henrique. Ela é semelhante ou praticamente igual tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Não sei qual dos dois expositores fez essa colocação. Já lembrei. Foi o Luís Henrique. Por quê? Porque ele foi à esquerda aparentemente, quando ele disse o seguinte — não foram estas as palavras: *“Olhem, vamos pegar o trabalhador da construção civil”*. Aí você disse: *“É o mais ferrado”*. Só que você pegou, de fato, um exemplo de trabalho penoso e você tentou aparentemente aliviar para dizer o seguinte: *“Já que este vai ter que pagar, aos 65 anos, pelo menos 25 anos, por que o rural não pode?”* Aí penso que houve uma derrapada sua.

Qual foi a derrapada? Qual foi a aliviada que o Sr. Arnaldo deu também em relação ao pagamento por parte dos trabalhadores rurais? Foi a seguinte: *“Não, a lei vai regulamentar”*.

Quem é que confia nisso, gente?! Não dá para confiar, porque a tendência é que todo mundo vai ser prejudicado nessa história.

Quero registrar que sou radicalmente a favor da aproximação dos sistemas próprios e geral de aposentadoria, só que não quero justificar uma situação que já é grave dos rurais, pegando outra situação grave, que é a dos trabalhadores da construção civil.

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra ao primeiro Líder inscrito. O Deputado Arnaldo Faria de Sá é o primeiro inscrito. S.Exa. me informou que teria que se ausentar um pouco em função de uma discussão sobre o que está sendo votado.

Então, transfiro ao segundo Líder inscrito na lista, que é, no caso, o Deputado Pepe Vargas, pelo PT.

V.Exa. tem 4 minutos e meio, aos quais se somam 5 minutos, totalizando 9 minutos e meio.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, vou falar sobre fraudes.

Ninguém aqui é favorável que haja fraude. Ela tem que ser combatida. Cabe ao Estado ter efetividade no combate à fraude. Quem tem que combater a fraude é efetivamente a fiscalização do Estado.

Agora, também não é verdade que a maioria dos benefícios são obtidos através de fraude. Temos que deixar claro que a infinita maioria das pessoas adquirem a sua aposentadoria na lei. Fraudes podem ocorrer, mas não são majoritárias, senão vamos colocar um problema que é real parecendo que ele é o centro do problema. Acho importante dizermos isso.

Em segundo lugar, é verdade que pode haver situações em que haja contradição entre o número de pessoas que vive no rural e o número de aposentadorias rurais.

Por que acontece isso? Por várias razões. Quando o IBGE faz os seus censos e as suas pesquisas por domicílios, enfim, existem situações de vilas rurais. Alguns são pequenos Municípios, muito pequenos, com 5 mil habitantes, 6 mil habitantes. E há situações, sim, em que o sujeito mora na vila, mas ele tem a sua propriedadezinha e trabalha como agricultor.

E há outra coisa. O agricultor familiar está tipificado na Lei nº 11.326, de 2006, que diz que ele tem quatro módulos rurais. O menor módulo rural no Brasil é de 5 hectares e o maior módulo rural é de 110 hectares, que fica na Amazônia. Os senhores sabem onde é que fica esse módulo rural de 5 hectares? Na região metropolitana de São Paulo. Sim, há agricultores familiares na região metropolitana de São Paulo! Quem não fica só na planilha e vai ver como é a vida real sabe que



existe. Aliás, produzem hortifrutigranjeiros e abastecem aos montes a CEAGESP — Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. Isso também há.

Portanto, temos que ter cuidado com algumas afirmações que ficam só na planilha.

Em terceiro lugar, o Censo Agropecuário — já está na hora inclusive de fazer o novo, mas são os dados oficiais que temos — informa que temos 5 milhões e 100 mil estabelecimentos rurais no Brasil, e 4 milhões e 300 mil deles se caracterizam como de agricultores familiares, segundo a legislação.

Todavia, qual é o problema, quando vamos comparar os dados? Existe um trabalho feito pelo IBGE, em pesquisa realizada pelo Censo Agropecuário, junto com outros setores da administração federal, que mostra que agricultores familiares consolidados com uma renda um pouco melhor ou com boa renda mesmo — está certo que esses dados estão um pouco desatualizados — estão em torno de 100 mil, 120 mil no Brasil. Há mais uns 500 mil que estão em transição, que já começam a ter uma renda um pouco melhor. O resto tem muito pouca renda. Esse é o problema. São 4 milhões e 300 mil agricultores familiares, temos uns 120 mil com boa renda e em torno de 500 mil com renda um pouco melhor. Estou arredondando os números.

É verdade que Marcelo Neri tem um estudo que mostra que, entre 2003 e 2011, a renda nos domicílios da agricultura familiar cresceu 52% em termos reais. Então, pode ter tido uma melhora para alguns, mas a realidade é a seguinte: a ampla maioria é pobre. Essa que é a realidade.

Houve um conjunto de políticas públicas que permitiram um crescimento da renda. E não é transferência de renda, é política agrícola para a agricultura familiar, que foi feita a partir de 2003, 2004 e 2005, com a implementação do PRONAF— Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e um conjunto de outras políticas.

Então, houve um crescimento, mas mesmo assim a realidade ainda é de uma imensa maioria de agricultores familiares pobres, que têm uma pequena produçãozinha. O problema deles é que eles não têm renda mensal!

Essas pessoas não vão conseguir comprovar 25 anos de contribuição, porque muda o critério. Não é mais efetiva atividade rural. Terá que ter 25 anos de



contribuição pela proposta do Governo. Só que o que vai acontecer é que a maioria deles não vai conseguir. Ele não vai conseguir. E, como ele sabe que não vai conseguir, ele vai parar de contribuir e vai requerer o Benefício de Prestação Continuada sem ter contribuído, quando ele poderia dar uma contribuiçõzinha mínima que fosse.

Então é burra essa política! Com todo o respeito, é uma política burra! É uma política burra porque ela vai trazer menos dinheiro para a Previdência e vai gerar uma despesa para o Estado brasileiro por conta do Benefício de Prestação Continuada.

Agora o Governo está resolvendo isso também, porque a idade mínima para se obter o Benefício de Prestação Continuada passa a ser de 70 anos de idade, quando a maioria das pessoas vai morrer e não vai conseguir obter esse benefício, e o desvincula do salário mínimo. Vai haver Benefício de Prestação Continuada menor do que o salário mínimo.

É cruel! Com todo o respeito, é muito cruel essa proposta!

Quando o Constituinte originário definiu que seria de 2,1% sobre a comercialização dos produtos, sabia que a arrecadação seria insuficiente. Todo mundo sabia. Por isso que se definiu que a Seguridade Social, na qual a Previdência se encontra, tem contribuições diretas, indiretas e do conjunto da sociedade. É por isso que se instituiu a COFINS — Contribuição para Financiamento da Seguridade Social; é por isso que se constituiu a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL. Sabia-se que tinha que custear a Seguridade, inclusive a Previdência, que não é exatamente uma assistência. É uma parcela que contribui e contribui pouco, é verdade, como os números mostram. Mas se pensou nisso.

Apresentam-se números atuais que mostram que caíram muito essas contribuições. É claro que, com 12 milhões de desempregados, recessão, é evidente que a COFINS, as contribuições sociais despencaram, assim como despencou a arrecadação previdenciária como um todo! Ela despencou!

Agora, alguém está defendendo aqui que nós vamos viver numa situação de recessão estrutural? Não! Obviamente que não. Não se podem pegar esses dados de hoje e projetá-los muito lá para frente, porque isso seria uma confissão de que



quer se manter uma situação de baixo crescimento ou de recessão estrutural no País. Então, essas questões eu acho que têm que ser devidamente dimensionadas.

Contudo, é importante também dizer outra coisa. Nós não estamos tratando aqui só do agricultor familiar! Nós estamos tratando de segurados especiais. Aqui está incluído o pescador artesanal, o extrativista da Amazônia. Não é só na Amazônia que há extrativista, mas o encontramos majoritariamente na Amazônia. O Deputado Edmilson, que é da Região Amazônica, pode falar melhor do que eu sobre isso.

Então, há um conjunto de outros segurados especiais.

Como é que o pescador artesanal, no período em que se ganha o seguro defeso, vai pagar? Ele já tem uma proteção especial no período de defeso!

Portanto, há outros setores. Não é só o agricultor familiar que precisa de um olhar diferenciado.

Quando se mostra o gráfico que diz que a Previdência não ficou no nível de distribuição de renda, isso ocorre fundamentalmente, a meu ver, pelo estoque que tem do Regime Próprio de servidores ainda. Se nós formos pegar o Regime Geral de Previdência Social, veremos que ele é muito distribuidor de renda. Tanto que 70% dos benefícios são inclusive de 1 salário mínimo.

Agora, como há um estoque de regimes próprios que estão incluídos lá, se pegarmos aquele estoque do Regime Próprio antes das mudanças que ocorreram no Regime Próprio de servidores, é importante dizer que no futuro isso estará, de certa forma, resolvido. Desde a edição da FUNPRESP — Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, todo mundo que ingressar no serviço público vai se aposentar ganhando o teto do regime geral, o que é justo. E, se quiser, o servidor vai fazer a sua complementação para a FUNPRESP.

Como nós estamos aqui discutindo o longo prazo da Previdência e não o curto prazo, a curva das despesas com o Regime Próprio de servidores da União é declinante. Ela vai crescer por uns 20 anos e depois ela cai justamente por isso. A que continua subindo é a dos militares, mas o Governo, covardemente, não quis discutir a dos militares. E agora também está retirando os servidores públicos dos Estados. O que o Presidente disse ontem lá — eu ouvi a locução dele — é que os



Estados e os Municípios estão fora. Então, vai ter magistrado, vai ter promotor, vai ter coronel, vai ter delegado, vai ter a professora e o professor também, óbvio.

Aliás, o Ministro Dyogo ficou numa situação constrangedora ontem aqui. Ao mesmo tempo em que ele defendia com muita evidência a proposta do Governo, lá no Palácio do Planalto o Temer furava a sua defesa aqui. Por isso, ainda há, e esse estoque leva a isso.

Porém, como, a nosso ver, isso estará resolvido para o futuro, isso também tem que ser incorporado ao debate.

E nós temos um período de bônus demográfico que precisa ser bem avaliado. Segundo os dados do próprio Governo, a população economicamente ativa continua crescendo até 2040. Sim, senhor, são os dados do Governo, dados do IBGE. Faço questão aqui de abrir os dados do IBGE, que mostram como cresce a população economicamente ativa. Nós temos hoje, de 15 a 64 anos, 140 milhões de pessoas. Teremos, em 2040, 152 milhões de pessoas e ainda, em 2050, serão 143 milhões. Então, existe um período em que a população economicamente ativa continua a crescer e cresce também a população idosa, mas o Governo não discute isso.

O grande problema da proposta do Governo é que ela parte de uma visão tradicional de reforma da Previdência, que é a seguinte: para reformar, é preciso cortar benefícios e diminuir o valor dos benefícios; tem que dificultar o acesso ao benefício e reduzir o número de benefícios.

Há outros modelos possíveis. O Governo não fala em razão de dependência efetiva. Se eu aumento a produtividade da economia, eu reduzo a dependência efetiva. Um trabalhador contribui mais por aumento da produtividade. O modelo de projeção de longo prazo do Governo não considera nenhum aumento de produtividade até 2060. Consideram o valor do salário. Nós já demolimos isso. Está aqui. Recomendo que os senhores leiam esse estudo aqui. O modelo de projeção inclusive superestima a política de reajuste de salário mínimo. Tomara que cumpra aquilo lá! Mas eu acho que não vai cumprir.

Então, há outras possibilidades de reforma da Previdência que não só cortar benefícios, dificultar o acesso a benefícios, mas também dialogar dentro de outros modelos possíveis, o que, de certa forma, está sendo debatido aqui. Mas o Governo tem pressa, quer resolver a longo prazo, mas quer que se vote amanhã.



É por isso que nós nos opomos globalmente a essa proposta. Nós a rejeitamos, porque ela é regressiva e vai penalizar os mais pobres.

Vamos ver como é que fica a pensão de uma viúva que recebe em cima de um salário mínimo ou de alguém que teria direito a 1.500 reais e que vai receber uma pensão no valor de menos de um salário mínimo. Isso é regredir! Temos que abrir o debate sobre uma reforma da Previdência não nesse modelo que o Governo quer, apenas de corte, mas dialogando sobre as outras alternativas que existem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Assis do Couto, que soma o tempo de Liderança do PDT. O senhor dispõe de 10 minutos, e já vai com 30 segundos a mais, pela bondade do...

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Presidente.

Primeiramente, quero agradecer ao PDT e ao seu Líder Weverton por me terem colocado nesta Comissão e também por poder usar o tempo da Liderança.

Segundo, quero cumprimentar todos da Mesa, indistintamente, e quero fazer uma observação. Nós estamos, Sr. Presidente, na 12ª audiência pública, se não me falha a memória, e em todas elas se repetem as mesmas coisas. Ou seja, não adianta esforçarmo-nos em relação ao aspecto técnico, levantarmos informações, a nossa assessoria, tanto da bancada do partido como do gabinete, ir atrás das informações das entidades sindicais e dos movimentos, porque as perguntas feitas aos técnicos do Governo e aos representantes que aqui estiveram não tiveram resposta ainda. Parece-me que, inicialmente, veio o Ministro Padilha, que não respondeu a nenhuma pergunta, apenas apresentou um conjunto de *slides* e saiu, e ontem veio o Ministro Dyogo, do Planejamento. No mais, o Secretário da Previdência, que era o antigo Ministério da Previdência e agora é Secretaria da Fazenda, e o Dr. Marcelo, que não são Ministros.

Quanto aos técnicos, vou-me dirigir ao Luiz Henrique e também ao Arnaldo, que ontem esteve aqui com o Ministro, ouviu as mesmas coisas que nós vamos perguntar agora e talvez se tenha preparado um pouco mais para a sua fala. Mas peço desculpas, mas não dá para eu ficar fazendo perguntas a vocês, porque sei que, no final, não haverá uma resposta. Vocês farão uma fala genérica, e a resposta não vai vir, porque, em grande parte das questões, o Governo não tem como



responder, não tem como responder a tamanha crueldade com os mais pobres do Brasil e a tamanho equívoco com a economia brasileira. Não tem como responder. Por isso, não sei qual será o resultado desta pretensa reforma que o Governo quer fazer, porque ontem ele já deu sinais de que está retrocedendo, voltando atrás em algumas coisas.

Espero que essa questão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais seja também observada pelo Governo e que não se cometa esse erro na história do País, diria, do partido ou dos partidos que o sustentam no Governo.

Por isso, não vou fazer muitas perguntas. Eu me obrigo, nesse meu tempo, apenas a contestar alguns pontos colocados. Não precisamos fazer perguntas, pois sei que não haverá resposta. Mas a minha contestação fica registrada, como a dos demais pares.

O primeiro aspecto refere-se à origem da previdência rural, bem colocado pelo Arnaldo em uma das suas apresentações, com o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. E, por falar de contribuição, nele foi incluída uma contribuição da produção rural. Na época do Governo do Presidente João Goulart, a lei estabelecia que nenhuma produção rural seria transportada sem a guia de recolhimento do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — FUNRURAL. A lei era muito rígida, na época, e tentava fazer a arrecadação daqueles que tinham ou não tinham nota, mas toda a produção a ser transportada tinha que ter uma guia, senão ela não poderia ser transportada via transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário ou o que fosse.

Então, é uma lembrança interessante. Inclusive, nós fizemos um levantamento desde o Estatuto do Trabalhador Rural, de Jango, até a PEC do Temer. Aqui está essa história do Estatuto que, depois, na sequência, foi destruído por muitos desta Casa que sustentaram o regime militar. Ele foi destruído pelo Governo militar, através de vários decretos, e ficamos apenas com alguma assistência médica. E transformaram muitos sindicatos em pequenos hospitais, para calar a boca e parar com a manifestação da população rural no Brasil.

Passado isso, com a Constituição de 1988, reconquistamos parte dos direitos que tínhamos lá no Estatuto do Trabalhador Rural e que agora a PEC 287 quer destruir e sepultar. Lá, o Constituinte foi muito sábio e inteligente — e isso já foi dito aqui por vários e várias vezes — ao criar o benefício e a fonte para pagá-lo, que é a



Seguridade. E muitos o querem negar. Agora, negar isso é negar a Constituição Federal, atitude que incorre em crime. Portanto, a Constituição de 1988 estabeleceu esses direitos que agora estão a ser retirados aqui.

Segundo aspecto: quem é essa gente? Qual é a realidade do campo brasileiro, Dr. Luís e Dr. Arnaldo? Eu acho que, talvez por serem jovens, ou nem tanto, pela exposição feita, vocês conhecem pouco isso. Em primeiro lugar, hoje o rural brasileiro não é homogêneo, ele é heterogêneo, tem grandes produtores, mas tem também grandes investidores que nem produtores são, pois é melhor investir na área rural porque não há imposto de renda e um monte de coisas. Então, há grandes produtores e grande produção.

Em segundo lugar, existe a agricultura familiar, que não é homogênea também e que está na Lei nº 11.326, de 2006, mencionada pelo Deputado Pepe, a Lei da Agricultura Familiar, que inclusive é de nossa autoria. Parte desses agricultores familiares está muito inserida no mercado, está bem formalizada em Estados que estabeleceram a nota de produtor rural. Mas há Estados que não têm nenhuma formalização, embora haja agricultores familiares que produzem. E eles precisam declarar que produzem, porque eles não têm nota. Mas eles produzem, produzem riqueza! Não dá para dizer que não produzem. Então, é preciso conhecer essa realidade. E não é preciso criar uma contribuição para identificar essa gente, como foi dito pelos dois expositores do Governo.

O cadastro foi pensado em 2008, consta da Lei nº 11.718, de 2008, da qual fui Relator. O INSS não aplicou e não quis aplicar o cadastro, com o qual sabemos quem eles são e quando irão se aposentar, para evitar a corrupção. O Governo, que era também PT, PMDB e PDT, todos juntos, não quis aplicar o cadastro. E hoje estamos nessa situação em que se tem que criar uma contribuição para identificar essa gente, porque não sabem quem eles são e onde moram.

E onde eles vivem? Eu quero contestar aqui, Arnaldo, seu desconhecimento e falta de honestidade intelectual ao afirmar em relação a essa gente que há corrupção. Veja bem, o art. 11 da Lei nº 8.213, de 1991, diz que esses trabalhadores podem morar em sua propriedade ou em conglomerado urbano próximo. Como já foi dito aqui — e o Deputado Arlindo usou o exemplo da cidade dele —, grande parte dessa gente, quando faz uma declaração ao IBGE, diz: *“Minha residência é urbana;*



eu sou urbano". Ele mora na vila. Infelizmente, em muitos Distritos do Brasil há a plaquinha "Área Urbana" na beira da estrada, e ali moram 200, 300 famílias. Na hora de declarar ao IBGE, ele diz que é urbano. Mas ele não é urbano, é um trabalhador rural!

Graças a Deus e às políticas públicas, desde a Constituição de 1988, mais de um terço dos brasileiros mora em Municípios com menos de 50 mil habitantes. Isso é bom para o Brasil. Então, não façam essa confusão com os números dizendo que há corrupção, que há desvio nas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Vou concluir, Presidente.

Por fim, eu me obrigo a perguntar ao Sr. Luís sobre a questão da idade: V.Sa. conhece, ou assinou em conjunto, a Nota Técnica nº 25, de 2016, do IPEA, em que está bem claro, a partir de um estudo do IPEA, com base nos dados da cessação dos benefícios, que as mulheres rurais morrem 6 anos e meio antes que as mulheres urbanas aposentadas. Além disso, há a questão dos 65 anos para o homem, sobre o que poderíamos nos estender.

Então, quero deixar essas observações, pedindo, mais uma vez, a sensibilidade do Governo, se é que ele ainda tem alguma, para que retire os trabalhadores e as trabalhadoras rurais desta PEC, porque isso não é justo, não é correto e, do ponto de vista da economia brasileira, é um equívoco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra, pelo critério de inscrição de Liderança, àquele que falará pela Liderança do Governo, o Deputado Alceu Moreira, que dispõe de 10 minutos, acrescidos do seu tempo de inscrição, totalizando 15 minutos.

Mas, antes, o representante do MST solicita licença para se retirar, haja vista ter outro compromisso neste momento. Alguma objeção? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Houve alguma pergunta dirigida especificamente ao senhor? (*Pausa.*) Então, muito obrigado pela sua contribuição. Até a próxima oportunidade.



O SR. FRANCISCO DAL CHIAVON - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com a palavra o Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu começo com algumas considerações absolutamente gerais, mas que, na minha visão, contextualizam esse processo e dão base ao debate que pretendo fazer.

Primeiro, eu quero partir de uma máxima: é ou não é verdade...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Está tudo bem. Ele quer dividir o tempo da Liderança com o Deputado Julio Lopes, com o que eu concordo, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, V.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Está bem.

Há uma máxima que é a seguinte: é ou não verdade que vivemos mais e nascemos menos? É verdade. Eu vivia lá em minha Sanga Funda, no interior, no litoral norte do Rio Grande do Sul. Éramos uma família de 7 irmãos e vivíamos em uma propriedade de 12 hectares. A nossa família era considerada pequena, porque as famílias vizinhas tinham 12, 13 ou 14 filhos. Esse era o tamanho das famílias. Eu estava em Sanga Funda e vi um cidadão de 50 anos com um balaio de milho nas costas; era uma pessoa franzina, arcada, velha. Hoje, eu caminho por Brasília e vejo quando alguém passa correndo por mim aos 75 anos.

É verdade que vivemos mais, ou não? É claro que sim! Claro que sim. Nascemos em menor número e vivemos mais. Da minha família, eu sou o mais novo, tenho 63 anos de idade. Isso significa dizer que todos os outros têm mais do que isso, e todos estão chegando à aposentadoria. Famílias compostas por 12, 14 ou 20 pessoas estão chegando à aposentadoria, mas, em compensação, eles têm dois ou três filhos. Esses são os filhos que estão chegando ao mercado de trabalho. Desconhecer essa realidade para fazer um discurso absolutamente demagógico, para ser agradável com a população, não resolve nada, absolutamente nada.



Aliás, o que mais se tem visto é que alguns, em tom até melódico, buscam a possibilidade de trabalhar com teorias absolutamente sem nenhum fundamento, para mostrar que são generosos com o dinheiro dos outros. Quem dera tivessem sido tão generosos com os quase 13 milhões de desempregados, que hoje, pela manhã, quando levantaram não tinham um pedaço de pão para dar para o filho comer. Não são pessoas com 70 anos, não, nem com 60 anos; são pessoas com 24, 25, 30 anos, que têm filhos pequenos, e sem dignidade, porque lhe roubaram o direito ao futuro. Eles não têm mais o trabalho. Levantaram de manhã hoje e não tinham um pedaço de pão e um café com leite para dar ao filho. Olharam para a rua, e o futuro não parece tão fácil.

Quem está tão preocupado com tudo isso devia estar preocupado com a outra parte. Aliás, esses que arrecadam milhões para fazer a patrulha sindical e pregar mentiras, como se verdades fossem, deviam estar preocupados com esses, que são os atuais sócios que pararam de contribuir, pelo desemprego. No entanto, não é assim que acontece.

Mas, vamos lá. É verdade que o agricultor tem que ter um tratamento diferenciado? Na minha visão, sim. E não é porque ele é melhor e se tem que ser bonzinho, tem que se usar adjetivos de piedade: *“coitado dele, ele isso, ele aquilo”*. Não! É porque ele é diferente. A função dele é diferente. Com certeza é. Ele realmente trabalha, às vezes, todos os dias, porque, se ele tira leite, por exemplo, não tem dia santo nem feriado. Ele trabalha o tempo inteiro. Ele se aposenta e, no dia seguinte, continua trabalhando, continua produzindo. Na verdade, se não fosse trabalhar apenas com o raciocínio previdenciário, mas com o raciocínio da economia e da sociedade, diríamos o seguinte: ele é o cidadão que gera a moeda verde do chão, que roda toda a máquina da indústria e do comércio que vem daí. Logo, ele tem que ter um tratamento diferenciado, e não tenha dúvida disso. Mas eu não sei se ele tem que ser tratado no capítulo da Previdência. A cidadania, o nosso modelo social certamente gerou nele uma figura que merece de nós o mais profundo respeito, que é absolutamente necessário ao sistema econômico de um país rural como o nosso. E não fazer isso é não sustentá-lo na agricultura.

Eu concordo, por exemplo — e advogo isso, não apenas advogo, mas assinei a emenda —, com a redução da idade para 60 anos. E aí alguém me diz o seguinte:



“Mas esse privilégio é ruim, porque com isso não se arrecada”. Então, se não há outra forma de suportar os 60 anos — e eu acho que é possível —, vamos buscar outros recursos da Seguridade Social, o campo no qual fica a previdência, para fazer a compensação desse processo, já que o fundo da previdência estabelece que quem não deposita não saca. E, se alguém saca sem ter depositado, alguém vai ter que pagar por ele. É assim o processo. Quem não deposita não saca; e, se alguém saca sem ter depositado, alguém vai ter que pagar por ele. Com certeza, vai ter que ser feito assim. Então, terão que buscar da Seguridade Social, para fazer a compensação desse déficit previdenciário, recurso que é possível ser apurado por outros mecanismos.

Mas, nas negociações com o projeto do Governo, nós não conseguimos ajustar que a idade fosse para 60 anos. Então, eu faço a seguinte proposta, para negociação: acrescente-se 1 ano para a aposentadoria a cada 5 anos; daqui a 5 anos, aposenta-se com 61 anos; daqui a 10 anos, com 62 anos; daqui a 15 anos, com 63 anos; daqui a 20 anos, com 64 anos; daqui a 25 anos, com 65 anos. Nós colocamos 1 ano a cada 5 anos, e não temos um aumento de 60 anos para 65 anos do dia para a noite. Fazemos uma proposta negociada: a média dos 12 anos e meio. Como se sabe, o primeiro aposentado, com a regra de transição, por esse sistema, vai se aposentar, aos 60 anos, daqui a 10 anos ou daqui a 15 anos. Que diferença faz se a média for 12 anos e meio? Tenho a impressão de que, para a arrecadação, ele se assemelha à arrecadação. Eu queria deixar essa proposta.

Com relação à questão da contribuição, cito o exemplo de um cidadão, que saiu da colônia com 17, 18, 20 anos, foi para a cidade, trabalhou num açougue por um tempo, na ferraria por outro tempo, na loja de confecção outro tempo, fez biscate durante um tempo e ficou desempregado. Quando chegou na hora de se aposentar, não tinha tempo. Então, ele pegou uma carta do sindicato e se aposentou como rural. Isso é justo? Claro que não! Se for para acertar, então, é preciso ter o cadastro dele. Mas, se o cadastro é para identificá-lo pela contribuição, nós vamos ter uma questão que precisa ser debatida, ou nós não teremos tecnologia para tirar da produção a contribuição correspondente. E só isso justificaria, porque, de outra sorte, na contribuição específica, mesmo que seja 5% do salário mínimo — e acho que não dá, porque tinha que ser em torno de 3% —, essa arrecadação será



infinitamente menor em relação ao que se arrecada hoje pelo FUNRURAL. Por quê? Porque entre o cidadão dar comida para o filho e pagar a Previdência, ele paga a Previdência. É uma escolha lógica: ele não paga!

Então, certamente, o contingente de trabalhadores que irão se aposentar aos 70 anos será infinitamente maior do que o que temos hoje, porque não há a disciplina da contribuição. Ele não tem salário mensal e tem que escolher, aos 6 meses ou na anuidade, se compra ou não aquilo de que o filho precisa.

No interior do Rio Grande do Sul, ou de outra parte do Brasil, grande parte desse pessoal tem hoje os filhos na universidade, porque tudo o que o trabalhador sonhou na vida era deixar o filho em melhores condições. E, se o filho está nessas condições, esse trabalhador está extremamente apertado, pois está pagando a faculdade do filho e arcando com uma série de despesas da colônia. E quem tem o primeiro filho, no dia em que ele nasce, ou antes de ele nascer, pensa que tudo o que produzir a partir de então será para o filho. E, certamente, o trabalhador vai privilegiar o filho em detrimento da contribuição da Previdência.

Do ponto de vista fático, o resultado é pior do que o que temos hoje. Logo, precisamos encontrar uma forma de identificar o contribuinte pela escala de produção e não pela contribuição específica. Eu tenho a impressão de que ela rende muito mais, ela se agrega ao interesse do Município — e, se todo mundo tirar nota de produtor, o Município terá a arrecadação de ICMS muito maior do que tem hoje — e se agrega também à arrecadação dos Estados, mudando completamente os números da produção, que são tão importantes para todos nós.

Portanto, como Vice-Líder do Governo, sugiro que se busque uma alternativa de conciliar a arrecadação da produção que será superior, caso não haja sonegação, identificando quem produz e não deixando a unidade familiar sem nome, sem sobrenome e sem CPF, para que o trabalhador fique o tempo inteiro na cidade e se aposente como agricultor, que é a causa do rombo na Previdência que temos hoje.

Depois, temos outras questões. Aliás, disseram que a Previdência gera desigualdade social. Ouvi aqui alguns discursos que nos deixaram absolutamente surpresos! Mas, qual é a surpresa, meu irmão? Cito o exemplo de um cidadão que trabalhou no balcão de uma loja, durante 20 anos, foi para a faculdade e fez Direito.



Depois de muito tempo, 35 a 40 anos, ele passou num concurso para juiz de direito. Quando ele se aposentar, vai se aposentar como juiz de Direito, com salário integral. E, no primeiro ano de arrecadação, ele vai buscar de volta tudo que ele contribuiu durante todo o período. E quem vai pagar a conta do salário dele nos outros 30 anos? É a população. É ou não injusta a distribuição?

Se alguém se aposenta com salário integral, e alguém tem que se aposentar pela regra do Regime Geral de Previdência, como não tem privilégio? Claro que tem. Se há alguma coisa nessa PEC a ser comemorado é exatamente isto: todo cidadão brasileiro terá que ser regido pela mesma lei para aposentadoria. Alguém quer receber salário de 30 mil? Pague a contribuição previdenciária suplementar, senão não receberá.

Isso significa melhorar a distribuição de renda. É muito mais justo, é muito mais merecido do que o pagamento hoje de salários polpudos a quem não contribuiu. E, cá para nós, não venham com a conversa de que fulano se aposentou com cerca de 50 anos. Um dia antes de ser promulgada essa PEC, se o trabalhador se aposentar com a legislação atual, ele faz isso de maneira absolutamente legítima. Não dá para estabelecer uma rua que tenha mão nos dois sentidos. No dia seguinte, muda-se a mão da rua para uma mão só. Em função disso, todo mundo que passou na outra mão vai ser multado, porque era contramão anteriormente? Não. A lei vale a partir de sua vigência e não pode criminalizar ninguém por ter se aposentado com ou sem privilégio, quando a lei permitia.

De qualquer sorte, tenho a impressão de que a PEC da Previdência, corrigindo essas questões da aposentadoria rural, vai melhorar muito a vida dos brasileiros e, principalmente, vai transformar esse dado irresponsável de achar que tudo pode com dinheiro dos outros, sem ver o rombo e o fundo que, ao final e ao cabo, terão que ser pagos por todos.

A receita total do Orçamento Geral da União é de todos nós. Se a Previdência aumenta seu percentual e invade os outros, faltará para a segurança. Temos que fazer uma escolha: ou deixamos os nossos semelhantes morrerem em tratamento nos corredores dos hospitais ou pagamos aposentadoria. Quem sabe, enterramos um inocente para não fazer justiça com a Previdência Social.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos ouvir o próximo orador inscrito, voltando ao critério das inscrições.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Ivan Valente, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, quero começar com a fala final do orador. Ele disse o seguinte: *“Alguém tem que pagar a conta”*. Então, se se pagar a Previdência, não vai ter dinheiro para a saúde nem para a educação nem para a segurança pública. E eu digo: se se pagar os juros de 508 bilhões por ano, também não vai ter dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança, para a infraestrutura, para a agricultura, para nada. Portanto, esse tipo de raciocínio não vale.

Eu quero começar pela discussão rural. Qual é o fator positivo do trabalhador rural que está fixado no campo? Evitar o êxodo rural, por exemplo, que agricultores se mudem para as cidades. Isso não é tido como benefício.

A agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimento real que vai para a mesa, não para exportação nem para a Europa, para onde é enviada soja para os porcos. Há desenvolvimento regional, distribuição de renda, justiça social, mas não vemos os 8 milhões de benefícios rurais. Chama-se cidadania. Quando a Constituição de 1988 determinou essa questão, nós demos um salto civilizacional. Mas aqui é assim: quanto entra e quanto sai?

Eu quero me referir ao depoimento do nosso dirigente do IPEA, porque ele fez duas comparações com as quais eu não posso concordar em hipótese nenhuma.

A primeira coisa foi a seguinte: o trabalhador da construção civil, que é um dos mais penalizados dos trabalhadores da área urbana, trabalha até 65 anos. Eles ficam em uma obra, no pó e assim por diante. É como se dissesse: *“Do que vocês estão reclamando, aí, trabalhadores rurais?”*

Vejam, nós não queremos que o trabalhador rural ou qualquer trabalhador seja pior do que o outro que trabalha na cidade, porque na cidade há uma desigualdade enorme. Por exemplo, na cidade de São Paulo, um cidadão que mora em Pinheiros vive 78 anos, em média; na cidade de Tiradentes, 54 anos, em média. Essa é a desigualdade, assim como a trabalhadora rural vive menos do que a trabalhadora urbana, como foi ventilado aqui.



Não dá para comparar o gasto do Bolsa Família com o gasto da Previdência. Aí é uma sacanagem. Desculpem-me, eu não tenho outro termo, porque isso é distribuição de renda. Isso é atingir os de baixo, é dar alguma coisa, pequena que seja, para os de baixo. É uma sociedade desigual de 500 anos.

O senhor, que representa o IPEA, deve ser economista ou coisa parecida, mas não se referiu aos 450 bilhões de calote da Previdência, aos empresários devedores da Previdência nem à sonegação fiscal em nosso País de mais de 500 bilhões por ano, nem tampouco às isenções fiscais que foram dadas no Governo anterior e neste. Foram 382 bilhões, para não se gerar nem emprego nem renda. O senhor não se referiu a esse montante enorme, nem se referiu ao trilhão que há na Conta Única do Tesouro Nacional ou aos 400 bilhões que existem de reservas de dólares, de reservas internacionais do Brasil para comprar a confiança do mercado.

Alguém pode dizer: *“Mas essa é uma opção econômica”*. Essa é a opção errada, e não a existência de Previdência pública, de saúde pública de qualidade, de educação pública de qualidade no Brasil. Como assim, gente?

Eu não quero tirar só o trabalhador rural da Previdência. Eu sou contra a reforma da Previdência, contra esta reforma da Previdência, nas condições que são dadas, com o cálculo atuarial que está sendo projetado enganosamente, porque não leva em consideração uma série de fatores, por exemplo, o aumento da produtividade dentro da sociedade. Só leva em conta o que entra e o que sai.

É como se dissessem assim: *“Alguém vai pagar a conta, mas o agronegócio é que não quer pagar”*. Aliás, era a única coisa que havia nessa reforma, porque o agronegócio não paga o exportador — e não é do pequeno que eu estou falando. E mais: esse mesmo agronegócio também não paga imposto territorial rural neste País.

Nós não queremos mais escravidão no nosso País. É isso o que está errado. Por isso, eu acho que o debate sobre a questão rural tem uma especificidade muito grande. Nós devíamos levá-la em consideração assim como o Benefício de Prestação Continuada. Alguém colocou com muita razão à Mesa o seguinte: *“Então, nós tiramos os trabalhadores rurais da cidadania e os colocamos no BPC. Então, eles vão ser assistência social, vão voltar para lá”*.



Eu também quero lembrar que, antes de 1988, quando um trabalhador rural ia se identificar como tal, não havia cadastro, nem contribuição. Como era feita a sua definição? Pelas mãos calejadas da enxada. Quero dizer que isso é um avanço civilizacional. Aqui nós não estamos lidando com números — nem até 2060 —, mas com pessoas de carne e osso, que amam e que sofrem. Nós estamos lidando com o povo brasileiro!

Por isso, não dá para fazer essas continhas de quem paga bilhões e bilhões de juros para o capital estrangeiro, cinicamente. Há um Ministro da Fazenda que eliminou o Ministério do Planejamento e é banqueiro. Como é que eu posso confiar num banqueiro, ou no pato da FIESP — que eu não sei quem trouxe aqui, o “devorador de direitos”? (*Risos.*) Ou ainda aquele pato da FIESP que agora está enrolado na Operação Lava-Jato, Sr. Paulo Skaf, também do PMDB.

Então, eu queria finalizar dizendo isto, Sr. Presidente: este debate precisa avançar mais. Cada vez que vem alguém da Casa Civil aqui, sinceramente, eu quero discutir sobre dívida pública, porque sou autor da CPI da Dívida Pública e, no Ministério Público, estão todas as ilegalidades e irregularidades para se fazer uma auditoria. Por que o Governo não faz? Por que não há coragem política para fazer? É para não mexer com o mercado financeiro.

A razão última desta reforma é privatizar a Previdência, mostrar serviço para o mercado financeiro, atrair investidores. Quem vai pagar a conta? Os de baixo, os vulneráveis, os pobres, as mulheres, os educadores e os trabalhadores rurais também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Rubens Otoni. (*Pausa.*) S.Exa. não se encontra presente.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Lopes. (*Pausa.*) S.Exa. não se encontra presente.

Concedo a palavra à Deputada Luizianne Lins. (*Pausa.*) S.Exa. não se encontra presente.

A SRA. DEPUTADA LUIZIANNE LINS - Estou aqui, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Desculpe-me, Deputada. Eu não a vi. S.Exa. tem 5 minutos para usar da palavra.



Eu preciso me ausentar por alguns instantes. Por isso, na ausência do Vice-Presidente, convido o Deputado Bilac Pinto para assumir a Presidência. Algum dos eminentes colegas, Deputados e Deputadas, tem alguma objeção? *(Pausa.)*

Deputado Bilac Pinto, por favor, V.Exa. pode assumir a cadeira.

A SRA. DEPUTADA LUIZIANNE LINS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas da Mesa, quero saudar todos os presentes.

Primeiro, eu gostaria de dizer que recebi uma informação, em primeira mão, que me deixou extremamente satisfeita. Nossa Assessoria do PT nos informou que foi mantida a liminar que suspende a propaganda governamental sobre a reforma da Previdência. Por que isso é motivo de alegria para nós? Como sou jornalista, posso dizer que, além do caráter mentiroso, a propaganda governamental também era criminosa porque mais escondia do que mostrava. E se viu que eles chegaram a ponto de dizer que, se não fizessem a reforma da Previdência, acabariam com o Bolsa Família, o que é uma crueldade, é uma maldade contra o povo impressionante.

Eu já tenho falado aqui, e vou repetir, que desde a incorporação do Ministério da Previdência ao Ministério da Fazenda, nós já percebemos o caráter fiscalista dessa reforma. E eu digo isso porque, quando estamos falando da Previdência no Brasil, nós estamos falando aqui de uma política pública que essencialmente articula diversas dimensões diferentes da vida dos seres humanos, porque trata de direito social, trata de condição de vida. Ou seja, nós queremos um País...

Nós como Parlamentares Federais temos a obrigação de lutar por um país onde as pessoas tenham boas condições de vida e não uma vida precária, principalmente na velhice. Ao colocar em xeque os direitos da população rural, essa reforma compromete uma parte considerada estratégica para o nosso País. E por quê? Porque nós estamos falando aqui de trabalhadores e trabalhadoras que produzem alimento para 85% da população brasileira, que são os moradores da cidade. Ou seja, essas pessoas não só fazem coisas para o seu autoconsumo, mas elas têm um papel social.

E o que nós vemos — e eu tenho falado isso quando percorro o interior do meu Estado do Ceará — é que os Vereadores e Prefeitos das pequenas cidades já sabem que essa reforma vai quebrar muitos Municípios. Hoje, em muitos Municípios,



uma das principais fontes de renda que faz girar o comércio local é exatamente o pagamento da chamada aposentadoria rural. Boa parte dos pequenos Municípios tem a Previdência como a sua primeira ou a sua segunda renda. Ou seja, isso significa que nós estamos saindo de uma situação de garantia, depois da Constituição Federal de 1988 e do benefício da Previdência para os trabalhadores rurais, para o fim da política de aposentadoria rural.

A exigência de comprovação de 15 anos de exercício da atividade rural como critério de acesso à aposentadoria vai ser substituída pela obrigatoriedade de recolhimento de uma contribuição previdenciária individual e periódica por um prazo mínimo de 25 anos. E, aí, gente, vamos imaginar esse percentual.

Eu vou fazer aqui os cálculos. Além do recolhimento de 2%, que anteriormente pregava a lei, imagine-se um boleto mensal equivalente a 5% do salário mínimo, que daria em torno de 47 reais. Pensando em uma família de quatro pessoas, ela teria que dispor mensalmente de aproximadamente 200 reais só para pagar essa exigência, para que cada pessoa tivesse direito à aposentadoria, após a comprovação desse pagamento. Só que nós sabemos que no campo o documento é uma coisa muito rara, é outra vida.

O Palácio do Planalto demonstra total desconhecimento da vida do nosso trabalhador e trabalhadora rural. As coisas ocorrem muito mais na confiança. Muitas vezes, não existe o documento comprobatório das relações estabelecidas no campo. Então, imaginem que alguns integrantes dessa mesma família, que não vão poder pagar esse valor, não vão ter direito à aposentadoria.

E, agora, por fim, eu gostaria de destacar a questão das mulheres, em especial. Primeiro, já é um crime estabelecer que o trabalhador urbano e o rural vão ter o mesmo tempo de serviço e de contribuição. As condições de trabalho no campo... O Deputado Assis do Couto fez um trabalho muito bom, através de uma cartilha, que diz de forma muito clara que, por conta dos efeitos do sol, do contato com os agrotóxicos e, dependendo das atividades no horário de trabalho, essas condições são muito mais penosas do que as condições enfrentadas por pessoas que vivem no meio urbano.

Em se tratando das mulheres, essa situação piora ainda mais. Até haver o reconhecimento dessas mulheres como seres que trabalhavam na roça... Muitas



vezes, era comum o marido dizer assim: “*Não, ela me ajuda na roça*”. Ela era considerada do lar. Quando, na verdade, as mulheres urbanas têm a chamada dupla jornada de trabalho, ou seja, trabalham fora e trabalham quando chegam em casa, as do campo têm tripla jornada de trabalho. Elas cuidam dos afazeres domésticos, de toda a função reprodutiva e ajudam o marido na roça. Ou seja, elas se submetem a uma situação muito mais grave e muito mais dura.

E essa luta pela visibilidade da mulher do campo é muito antiga. Nós estamos retrocedendo décadas de lutas de mulheres que lutaram para terem seus direitos reconhecidos. Ou seja, segundo o IBGE, mais de 70% das mulheres do campo começam a trabalhar antes de 14 anos. Na cidade, esse número cai: 34% das mulheres do meio urbano começam a trabalhar antes de 14 anos de idade.

Então, gente, sob todos os aspectos, a questão da aposentadoria rural está sendo destruída em uma velocidade impressionante. O Governo deve chamar para si novamente o que nós chamamos não só de pobreza no campo, mas a fome no campo. Nós estamos falando aqui de uma política pública que distribui renda, que é hoje a Previdência e a aposentadoria.

Portanto, eu finalizo dizendo que é lamentável que os nossos trabalhadores rurais, que têm a vida tão sofrida, ainda tenham que passar no final da vida por um vexame desses.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sr. Presidente, só uma observação rápida. Estamos em votação nominal. O plenário esvaziou, e eu tenho que sair também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Está certo.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Eu estou percebendo que ou fica um só aqui falando...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Podemos suspender...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Nós vamos verificar se realmente está havendo votação nominal lá no plenário e, nesse caso, nós vamos suspender aqui por 5 minutos e retomaremos logo em seguida.

Com a palavra o Deputado Julio Lopes, que vai falar pela Liderança no tempo que lhe resta. *(Pausa.)* Ausente.



Passo agora a palavra ao Deputado Alessandro Molon, que também vai falar pela Liderança.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Perfeito, Sr. Presidente. Salvo engano, está mesmo havendo votação nominal. Eu posso falar no retorno do intervalo de 5 minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Uma vez que a Assessoria confirmou que está havendo votação nominal, nós vamos tomar a liberdade de suspender a reunião por 5 minutos para que os Parlamentares possam votar. Retornaremos logo em seguida.

Está suspensa a nossa reunião.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Sr. Presidente.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Dando reinício à reunião da Comissão Especial, Reforma da Previdência, volto a passar a palavra ao Deputado Alessandro Molon, que falará como Parlamentar e também com o tempo de Liderança.

Com a palavra o ilustre Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, antes de mais nada, obrigado pela interrupção que nos permitiu ir ao plenário. Acho que foi uma decisão acertada para que pudéssemos não faltar com a obrigação de estarmos presentes no plenário. Eu acabei de encaminhar uma votação lá, e, portanto, tive que participar do tema, mas agora volto para cá.

Sr. Presidente, este tema do trabalhador rural é um dos aspectos que, a meu ver, mais injustiça tende a produzir.

Eu digo isso com base na premissa equivocada do Ministro Henrique Meirelles na justificção da PEC. Para os colegas que eventualmente não tenham tido tempo de ler, eu gostaria de sugerir que lessem a justificativa do Ministro Henrique Meirelles, quando S.Exa. fala da mulher, por exemplo — o que ainda vai ser tema de debate nosso aqui —, e quando S.Exa. fala dos trabalhadores rurais. O Ministro Meirelles, quando tenta justificar a mudança de regras para os trabalhadores rurais, S.Exa. diz que a diferença fazia sentido na época em que os trabalhadores rurais eram submetidos a condições penosas de trabalho.



Eu acho que o Ministro Meirelles não conhece o campo brasileiro.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Só o campo de golfe!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Pois é, talvez, só conheça campo de golfe e não campo de trabalho. Eu digo isso, Sr. Presidente, porque em nosso País, em todos os anos, são libertados de trabalho escravo milhares de pessoas, pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho. Libertados de trabalho escravo! Em geral, em lavouras de cana, por exemplo, mas em outras atividades também. Em lavouras de cana, por exemplo, há muitos casos de trabalho escravo. E eu não sei se o Ministro Meirelles sabe como é uma lavoura de cana, o que ela significa, ou se S.Exa. já viu ao menos uma foto do Sebastião Salgado, para saber como vivem os cortadores de cana no Brasil.

Então, a ideia que o Ministro Meirelles tem de que as condições de trabalho no campo, hoje em dia, são tranquilas, não são penosas, é uma ideia inteiramente equivocada, de quem não conhece o Brasil. Talvez, seja pelas propagandas, que, às vezes, passam na televisão, quando se vê grandes máquinas colhendo ou semeando. Na verdade, isso existe também, mas não é a regra no Brasil. Esse não é o campo brasileiro.

No campo brasileiro, as pessoas chegam aos 60 anos estouradas, com sua saúde estourada, arreventada; ou ainda com 55 anos também. Às vezes, a gente vê um trabalhador rural nessa idade e se tem a impressão que ele tem 20 ou 30 anos a mais. Essa não é uma coincidência, isso não é casual, mas tem uma razão de ser. É que as condições de trabalho no campo são ainda extremamente penosas.

Eu também gostaria de viver em um país onde o trabalhador rural tivesse condições leves de trabalho, que não fosse ainda submetido à tortura, como é por muitas vezes. Mas esse não é o Brasil.

Eu ouvi também aqui na Comissão — não no dia de hoje, mas em outros dias — o argumento de que não faz sentido que a Previdência dos urbanos ou a contribuição dos urbanos sustente a Previdência dos rurais. Esse argumento é tão pobre, Sr. Presidente, porque honestamente eu fico imaginando se os rurais dissessem: *“Bom, da mesma forma, não faz sentido nós produzirmos alimentos para eles”*. A quem interessa que as pessoas estejam no campo? Não só às pessoas que estão no campo, mas interessa a nós. Eu, por exemplo, moro numa cidade. E é



fundamental que tenha gente se dedicando à agricultura familiar, para produzir o que vem para nossa mesa.

Então, a Previdência dos rurais é, portanto, um incentivo a que os rurais permaneçam no campo, o que é um problema de todos nós. Criar regras injustas com os rurais, que estimulem o êxodo rural, não é um mau negócio para os rurais, é um mau negócio para o Brasil, é ruim para todos. Como todo o mundo tem que comer, como na mesa de todos a cada dia tem que ter alimento, a quem interessa estimular o êxodo rural, desincentivar as pessoas a permanecerem no campo?

Então, é uma medida que não faz sentido, quer dizer, ela faz sentido na lógica do Ministério da Fazenda, que é qual? Números. Onde está se gastando muito? Onde custa dinheiro, é aqui? Aqui tem que acabar. É no campo? Mude-se a regra do campo. *“Bom, aí, não vai mais ter gente no campo produzindo comida?” “Não importa, vamos reduzir o gasto”*. Esse é outro problema, é problema de outro Ministério. Mas como se pode pensar uma coisa dessas?

Eu queria voltar, Sr. Presidente, para mencionar a contribuição que o representante do Chile nos apresentou aqui no seminário internacional. O representante do Chile disse: *“Olhem, quando se faz uma reforma da previdência olhando-se apenas a sustentabilidade financeira dela, essa é a receita para que fracasse. Quando se quer fazer uma reforma da previdência para durar para o país, tem que se considerar três coisas: primeiro, a cobertura, a quantidade de benefícios, quantas pessoas, quantos por cento da população economicamente ativa vão estar cobertas por essas regras; segunda dimensão, a qualidade dos benefícios, ou seja, os benefícios são suficientes para que as pessoas vivam com eles?” “Não, nós vamos pagar um benefício que não vai onerar os cofres públicos, cada um vai ganhar muito pouco por mês.”* Bom, mas isso não resolve o problema, resolve a conta do Ministro, mas não resolve o problema da Previdência, que é garantir a existência digna para as pessoas na velhice, por exemplo.

E a terceira dimensão é a sustentabilidade financeira. Então, não é apenas uma, mas são três condições para que se faça uma reforma da Previdência pensando-se a médio e longo prazos.

Mas não é o caso, Sr. Presidente. Aqui, a pressa é para acalmar o mercado. É dizer ao mercado: *“Olhem, vocês precisam continuar nos bancando, nos*



mantendo no poder, porque nós vamos fazer o serviço que vocês querem. Nós vamos retirar as regras trabalhistas que protegem os trabalhadores; nós vamos precarizar o trabalho; vamos aprovar a terceirização; nós vamos acabar com medidas que oneram os empresários, mas garantem a existência digna do trabalhador; nós vamos fazer a reforma da Previdência, as pessoas vão ter que trabalhar até morrer; vocês vão ter uma larga fatia de pessoas esperando, implorando para trabalhar. E, enquanto isso, vocês nos mantêm no Governo”.

Por isso, a pressa. Mas, Sr. Presidente, é só conversar com os colegas da base. Essa reforma não vai passar. Quem diz isso para a gente são Deputados de partidos que estão no coração da base do Governo, no centro da base do Governo. Hoje, três me disseram isso. E não foi porque perguntei. Eles me disseram: “*Olhe, fique tranquilo porque nós vamos derrotar essa proposta*”. Por quê? Eles me disseram: “*O Presidente Temer pode não estar preocupado com a popularidade dele, mas nós estamos preocupados com a nossa, porque nós precisamos voltar para cá, nós queremos voltar para cá*”.

O Presidente Temer, não! S.Exa. já chegou muito além do que imaginava. Primeiro, garantiu a sua aposentadoria aos 55 anos. S.Exa. aposentou-se aos 55 anos, os trabalhadores rurais devem se aposentar aos 65 anos. Vai ver a vida dele foi muito mais dura do que a de um trabalhador rural. Vai ver que é por isso que o Presidente imagina que um trabalhador rural tem que trabalhar 10 anos a mais do que S.Exa. A vida de S.Exa. deve ter sido muito difícil, e a vida de um trabalhador rural deve ser muito fácil, muito leve e, por isso, deve trabalhar por 12 anos a mais do que o Ministro Padilha.

Não vai passar essa reforma, felizmente, porque já fracassou. A demonstração ontem do Governo foi de que está começando a jogar a toalha. Ontem, jogou um pedacinho da toalha, mas vai jogar os outros pedaços, e vai fingir que fez uma reforma, mas não fará. Uma reforma se faz, primeiro, com transparência. Os dados aqui estão escondidos.

Sr. Presidente, não estou fazendo perguntas, porque, ontem, eu queria terminar meu último minuto dizendo isto: o Ministro Dyogo de Oliveira veio aqui e disse que a reforma atinge os privilegiados. Eu citei quatro pontos da reforma e perguntei ao Ministro se aqueles pontos atingiam mais os privilegiados ou os mais



pobres. S.Exa. não respondeu pergunta alguma, nos seus últimos 10 minutos, pergunta alguma. Então, honestamente, Sr. Presidente, de que adianta perguntar? O Ministro foi embora, muito gentil: “*Quero me colocar à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas*”. As perguntas que foram feitas na audiência, S.Exa. não respondeu.

Eu perguntei se o BPC — Benefício de Prestação Continuada, se elevado de 65 para 70, pegaria os mais pobres ou os mais ricos. O Ministro Dyogo não respondeu. Indaguei ainda se se aumentar a contribuição de 15 para 25 anos do mínimo, pegaria os mais pobres ou os mais ricos. S.Exa. não respondeu. Se se tirar o piso do salário mínimo para pensão e BPC atingiria os mais pobres ou os mais ricos? S.Exa. não respondeu. Então, de que adianta?

Honestamente — Sr. Presidente, peço mais 30 segundos à sua tolerância —, dá para fazer uma reforma da Previdência assim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Deferido.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Sr. Presidente.

Não é honesto, intelectualmente falando. Honestamente, não é assim que se faz.

Então, a gente vê o Chile fazendo uma reforma da previdência, aprovada por unanimidade no Congresso, mas aqui o Ministro comparece, a gente faz as perguntas, mas S.Exa. não responde. Como se vai fazer uma reforma assim? Não, não é sério isso, não é sério.

O próprio método de trabalho da gente está errado, porque se permite que alguém venha, fale o que quer, não responda e vá embora. Esse é um diálogo de surdos.

Lamento profundamente o encaminhamento que está sendo dado. Tenho certeza de que não apenas esse ponto será alterado, mas outros também. Na verdade, a reforma vai ser derrotada, porque é uma reforma cruel, injusta e desumana.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Eu passo a palavra, somando-se o tempo de Liderança com o tempo de Parlamentar, ao ex-Ministro e Deputado Federal Reinhold Stephanes. (*Pausa.*) Está presente?



Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, ainda tem o tempo de Líder, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - O Deputado Major Olimpio também vai falar pelo tempo de Líder. Então, V.Exa. tem 4 minutos como Líder e mais o seu tempo regimental.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados desta Comissão, nosso agradecimento aos convidados, em primeiro lugar, quero agradecer aos 9 Deputados que estiveram aqui, pela manhã, e deram sua manifestação de presença numa reunião desta Comissão, para deliberar exatamente sobre requerimentos. O meu requerimento encabeçava a lista, mas nós tínhamos mais de 60 requerimentos para deliberação.

Eu preciso agradecer àqueles Deputados que estavam presentes. E lamento por aqueles que não compareceram, que foram instados ou não pela Liderança do Governo para que não comparecessem. O próprio Presidente da Comissão, Deputado Carlos Marun, esteve presente, mas não marcou sua presença. *“Quer dizer, estou aqui, presidido a reunião, mas não estou”*.

É uma série de audiências públicas, que são mais do que necessárias. A cada audiência pública, a população brasileira sai mais convencida, como foi este painel. E houve o equívoco da PEC 287.

Primeiro, já ficou mais do que claro que o Governo, o Tribunal de Contas da União e o Ministério do Planejamento não têm uma base sólida. Não conseguem dizer o que tem de fato na Previdência. O Ministro Dyogo Henrique veio ontem aqui. Realmente, como disse o Deputado Molon, S.Exa. não respondeu absolutamente nada, nem mesmo os meus questionamentos.

Como S.Exa. defende tanto essas reduções, os cortes? S.Exa. que é um servidor público. Recebeu, em janeiro, 84 mil reais de salário; em dezembro, recebeu 69 mil reais. E estou falando sem incluir as férias ou qualquer outra coisa. Quarenta e três mil reais de jeton do BNDES. É isso mesmo, Deputado Perondi, V.Exa. que fala do juiz, fala do promotor, fala do coronel. Quarenta e três mil reais



de jeton! E o Ministro veio aqui para falar nada com nada. Assim dá vergonha na gente!

Oitenta e quatro mil reais S.Exa. ganhou de salário; 43 mil reais S.Exa. recebe de jeton, do BNDES e do SENAC, mais gratificações e 33 mil reais de salário. Todo mês, todo mês! E S.Exa. vem aqui dizer que quem está quebrando a Previdência são os arranha-tocos, que eram meus avós e são meus tios trabalhando na roça. Eu fico com vergonha disto: 84 mil reais!

Então, eu vou dizer uma coisa para vocês: é desmoralizante essa situação. O Governo, ontem, jogou a toalha, se jogou no rio, exatamente. Tirou os servidores estaduais e municipais. E o Presidente Maia disse: “*Vão tirar 70% da pressão para que se vote a reforma*”. Não vão tirar pressão alguma. Nós sabemos da manobra e da enganação, porque, ao mesmo tempo, tramita na Casa o PLP 343, que dispõe exatamente sobre a renegociação da dívida dos Estados. E é um complemento da 257, que nós já votamos aqui, que vai arrebentar os Estados e impor todas essas medidas.

Parem com isso! O mais bobinho aqui matou o pai e a mãe para jogar no time dos órfãos! Parem com isso! Não venham encher o nosso saco e nos tachar de idiotas! E não há argumentação para isso. Isso vai arrebentar lá pelos Estados.

Mas eu quero dizer que a mobilização dos servidores estaduais e municipais não se alterou de forma nenhuma. Nós estaremos de mãos dados neste momento — e não só com os servidores federais, não. Não se trata de corporativismo, não.

Eu ouvi o Deputado Alceu Moreira dizer uma besteira, que o juiz contribui 1 ano e recebe a vida toda. Está certo que ele também — como V.Exa., Deputado Darcísio Perondi — recebeu de Temer 50 mil reais de contribuição pessoal de campanha. Temer foi condenado por isso e não recorreu. Isso é verdade!

Vá ter amizade assim no inferno! Eu não consigo ter um amigo que me doe 50 mil reais para uma campanha. Aí eu vejo o Deputado Alceu e V.Exa. com essa defesa e penso: “*Realmente, merece! Aí, sim!*” V.Exa. ainda recebeu de empresas de plano de saúde privado e laboratórios 1 milhão e 700 de doação para a sua campanha. V.Exa. ri, mas isso é verdade. Nós estamos chegando à hora da verdade aqui.



Quero dizer que hoje a audiência que nós queríamos em relação às entidades filantrópicas... Há até uma carta de Porto Alegre que ia ser recomendada. E a Constituição fala das instituições filantrópicas de saúde, assistência social e educação. Nós temos 600 mil alunos de entidades de assistência social, como, por exemplo, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAEs.

Eu ouvi o Relator se manifestar aqui. Será que todo o mundo é “pilantrópico”? Ou nós vamos matar a vaca para acabar com o carrapato? Vamos tirar o carrapato! Não matem a vaca, não! Nós vamos tirar da rede de ensino brasileira 600 mil alunos? Vejam o trabalho realizado pelas Santas Casas na área da saúde! E era justamente isto que nós queríamos: uma audiência pública em que as entidades filantrópicas pudessem falar do seu caráter.

Podem perguntar: “*Mas há corporativismo seu?*” Há, sim. A Cruz Azul Saúde, de São Paulo, que ampara a família policial militar, é uma entidade beneficente de saúde. Ela literalmente quebra e deixa ao desamparo 90 mil policiais e seus familiares. A família polícia militar de São Paulo tem 300 mil pessoas.

Então, quero deixar muito claro que ninguém faz defesa de “pilantrópica”. Nós temos mecanismos de fiscalização. Talvez não estejamos executando a fiscalização.

Aqui na Comissão há gente que é devedor de INSS, que foi sonegador a vida toda, que foi condenado, que tem que fazer acordo com a Justiça, e assim por diante, mas que vem aqui e diz: “*Olhe, é o arranca-toco do trabalhador rural que está quebrando a Previdência do País. A culpa é do policial, do professor. A culpa é da mulher, porque ela não se aposenta com 65 anos*”. É exatamente isso que dizem. Vamos lá, peguemos a relação de devedores do INSS. “*Ah, mas isso está judicializado!*”

Nós temos mecanismos de controle para o Estado utilizar se quiser, se ele não estiver conivente com os crimes praticados. Porém, cobrar de novo, tentar arrebentar o que resta de dignidade, com o discurso de que é para prover dignidade, para gerar 13 milhões de empregos... A população não acredita mais nessas Histórias da Carochinha.

Então, eu estou pedindo, como pedi a todos os sindicatos e associações, servidores públicos estaduais e municipais desde ontem. Dividir para vencer, essa é a manobra. Estão dividindo e vão perder. Para a Proposta de Emenda à



Constituição nº 287, da forma como está, não há emenda, não há carguinho, não há nada! Os senhores ficam vendo o constrangimento aqui. Se não houvesse essa escala do Governo para vir aqui debater, não viria ninguém. E mais, a cada momento eu tenho mais convicção de que nós vamos derrotar isso aqui na Comissão.

Eleição de 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente e 3º Vice-Presidente é coisa para cumprir o Regimento. Aqui nós já empatamos, o que foi uma grande derrota. O Governo teve que ficar mais 2 horas com o painel aberto, fazer outra votação, para buscar o Deputado, para vir aqui votar no óbvio, o que não alterou absolutamente nada em relação à própria Comissão.

Só para concluir, Sr. Presidente, observo o seguinte: então, nós continuamos sem as respostas em relação a exatamente o que nós temos sobre a Previdência no Brasil. Se estivéssemos na situação que o Governo apregoou ontem, como é que, num gesto mágico, o Presidente da República chama os Líderes, os Presidentes da Câmara e do Senado e diz: *"Oh, acordei de bom humor, vou tirar todos os servidores estaduais e municipais da reforma"*. E não altera nada, continua o mesmo buraco. Parem com isso!

Então, servidores, a mobilização continua. Isso foi simplesmente para nós não irmos às ruas no domingo, mas nós estaremos mais fortes e dizendo: *"Basta de mensalão! Basta de corrupção! Basta de tentar acabar com a Operação Lava-Jato! Basta de querer cobrar duas vezes do trabalhador brasileiro público e privado!"* O buraco é produto de desmandos e produto de crime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Dando sequência à nossa reunião, eu passo agora a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Sr. Presidente. Colegas Deputados e Deputadas; representantes do Governo, e, de forma muito especial hoje, nossa CONTAG, na pessoa do Albertinho, nosso Presidente, que está aqui, eu vivi nos últimos dias dois diálogos que quero trazer para todos aqui.

O primeiro: eu encontrei, no último final de semana, uma trabalhadora rural muito preocupada. Perguntei a ela qual era a sua idade. Ela disse que tinha 44 anos de idade e que trabalhava desde cedo na roça, com a família, produzindo comida.



Aí, juntos, fizemos um cálculo. Se ela hoje tem 44 anos de idade, iria se aposentar aos 55 anos de idade, pela regra atual, portanto, daqui a 11 anos.

Uma observação: no dia 8 de março, o Presidente pronunciou aquela fala esdrúxula de que mulher só serve para economia doméstica.

Voltando à trabalhadora rural, eu lhe disse que ela iria se aposentar daqui a 11 anos, mas que o Presidente Temer estava querendo lhe dar um presente. Segundo o Presidente Temer, ela vai se aposentar daqui a 21 anos! Daqui a 21 anos! E ela tem 44 anos, Alberto. Trabalhou a vida inteira, produziu comida, alimento desde cedo. De onde um homem pode tirar tanta crueldade, se ele se aposentou com mais de 20 mil reais, aos 55 anos de idade?

A mulher trabalhadora rural vai ser a grande prejudicada, a grande vítima dessa crueldade.

O segundo diálogo que eu quero apresentar aqui é de um pai que, com lágrimas nos olhos, falou da tristeza em ouvir do seu jovem filho: *“Olhe, pai, o senhor sempre me pediu que ficasse na roça. O senhor quer que eu fique na roça para fazer sucessão familiar?”* Hoje, é muito difícil que um jovem fique na roça trabalhando. E ele continuou: *“Pai, eu estou triste, mas tenho que dizer que o senhor não vai conseguir se aposentar e, do jeito que o Temer quer, nem minha mãe vai se aposentar mais. Então, qual é a esperança de que eu, jovem, possa me aposentar no futuro na área rural?”* Albertinho, o jovem não vai mais se aposentar. Ele dizia isso ao pai dele com lágrimas correndo no rosto. E eu preciso contar que ele dizia: *“Pai, eu decidi, eu vou sair de casa”*.

Então, o Governo vem aqui e quer dizer que o problema da Previdência é o agricultor familiar, que recebe salário mínimo, sendo que os Governantes se aposentam com enormes salários, não mexem em privilégios, não mexem nas exonerações nem nas desvinculações dos recursos da União. E o Governo culpa o agricultor familiar e o aposentado.

Eu ouvi hoje à tarde aqui o Relator dizer que interessava ao Governo individualizar o pagamento. Se quer individualizar o pagamento e não reconhecer mais o desconto, pela família, por produção no tema de agricultura familiar, isso é uma forma de dizer que agricultor jamais vai se aposentar.



O homem, quando coloca uma semente na terra, não tem certeza de que vai colher, porque depende do sol, depende da chuva, dependo do granizo, depende das intempéries que acontecem, e muitas vezes ele não colhe nada. Se o agricultor não colher, como ele vai pagar por mês? Porém, o Governo quer que ele, ela e o dependente paguem. Portanto, rompe-se o contrato social da grande conquista do segurado especial, que é o agricultor. Temer acaba com o segurado especial. Eu não consigo entender essa crueldade...

Por isso, confio que os Deputados não vão ser cruéis com seu povo lá no interior, com a mulher da roça, com o homem, com o jovem que perde a esperança de ficar na terra.

Nós precisamos manter 55 anos de idade para as mulheres, nós precisamos manter 60 anos de idade para os homens, nós precisamos manter o sistema de contribuição produtiva, como é hoje. Nós precisamos manter a pensão.

Querem tirar a pensão! A pensão é de marajá, que nem o salário do Temer? Não! Não é de 20 mil reais a pensão de uma trabalhadora rural. A pensão é de um salário mínimo, que nem a da minha mãe, Dona Olga, aos 92 anos de idade. Agora é que ela precisa! Com o pai já falecido, depois dos 80 anos de idade, ela precisa de mais médicos, de mais remédios, de mais atendimento. Essa não terá mais a pensão, senhores.

É isso o que os senhores vão fazer? Não vão fazer nada com os militares, nada com os marajás, nada com os altos salários? Só vão mexer com quem trabalha e produz comida? De onde vem tanta crueldade, Temer? Eu não consigo acreditar.

O Governo diz que há o problema de haver muita gente aposentada na cidade. Porém, quando vão se aposentar, os agricultores vão para a cidade, para junto de seu neto, de seu filho, para perto do hospital. Essa não é a vida? Os Deputados sabem sabe disso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Conclua, Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu vou encerrar. É correto dizer que há fraude nisso? Vão atrás das fraudes! É correto dizer que pratica fraude o agricultor aposentado que, depois de ter passado a vida inteira na atividade rural, vai para a cidade ficar perto do filho, do neto, do hospital? Desculpem-me, desculpem-me!



Eu quero encerrar para ficar dentro do tempo, Sr. Presidente, respeitando as atividades.

O Governo Temer faz a pior crueldade. Por isso, eu confio que não vai passar. Eu duvido que um Deputado assine embaixo dessa crueldade. Ninguém mais vai se aposentar. E, se for se aposentar, vai se aposentar mal, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Agradeço ao ilustre Deputado Bohn Gass as palavras.

Dando sequência a nossa reunião, eu passo a palavra ao Deputado Julio Lopes, que disporá da metade do tempo da Liderança do Governo: 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, o Deputado Darcísio Perondi me sucede na lista, não é verdade? Ele está me pedindo aqui para conceder a vez para ele. V.Exa. se incomodaria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - De maneira alguma, de maneira alguma.

Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quero agradecer aos palestrantes a vinda aqui. Os senhores estão contribuindo para que nós possamos formar uma opinião e para que o Sr. Relator tenha material suficiente para fazer o seu relatório.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Só um minutinho, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Pela ordem. Gostaria que houvesse um procedimento no sentido de recuperar o tempo de quem foi chamado e não estava presente, porque eu já fui barrado na festa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Ele está falando como Líder.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu estou presente.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Refiro-me à ordem. V.Exa., inclusive, é um que já foi chamado aqui e não estava. Só quero deixar claro que todos sabem que eu já fui barrado, estando em atividade Parlamentar. Eu não estava vagabundando. Eu posso comprovar, como V.Exa. também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. é o 20º na ordem de Parlamentares inscritos. V.Exa. vai falar.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Pois não?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - V.Exa. vai falar, mas é o 20º inscrito.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sou o 20º inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - E o 9º para falar como Líder.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não é isso. Só quero saber qual é o procedimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - O procedimento é este: estão falando dois Parlamentares aqui, e um fala com o tempo de Líder. Então, agora, eu passei a palavra ao Deputado Julio Lopes. Ele cedeu a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, que, coincidentemente, vem na sequência. Inverteu-se a ordem, tanto faz. Logo depois do Deputado Julio Lopes, seria o Deputado Darcísio Perondi. Uma vez que o Deputado Julio Lopes cedeu a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, a ordem dos fatores não vai alterar o total, literalmente.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente e companheiros, se há alguém que é amigo do Deputado Julio Lopes, sou eu. Tenho carinho e amizade por ele há muito tempo aqui dentro. Porém justiça é justiça. Ele foi chamado há 40 minutos ou 50 minutos. Não estava presente. E nada de querer (*ininteligível*), pois ele é meu amigo, companheiro e irmão. Porém reparem bem, nós estamos aqui, eu sou o 23º, fiquei até o último minuto. Foram chamados uns oito Deputados que não estavam presentes. Vou dar os nomes aqui: o ex-Ministro não estava presente. Vou dar os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Foram chamados e não estavam presentes.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Não estavam. O companheiro Julio Lopes também não estava e foram chamados uns cinco lá atrás depois dele. Eu não tenho nenhum problema, não, e olhe que sou muito amigo e companheiro dele, mas quero ser justo. Não é justo que, de repente, chegue todo o mundo aqui... Então, vamos parar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - A assessoria está esclarecendo aqui que, quando o Parlamentar está inscrito, eu o chamo pela ordem. Se ele não está presente, eu vou chamando os seguintes na sequência. Quando o Deputado



fala pelo tempo de Liderança, ele tem prioridade. Então, é o que eu estou fazendo aqui.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - ...como tempo de Liderança para o qual foi inscrito naquele momento, naquela hora. Se passou, passou. Não tenho nenhum problema, não, mas acho que daqui para frente...

Não é justo isso. Eu, ontem, fiquei aqui até às 10 horas da noite — até às 10 horas — e não falei. Eu quero só um procedimento.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu fui barrado como Líder do PSOL. Estou aqui com um documento com todas as cessões do meu Líder Glauber Braga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - V.Exa. vai falar, Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu sei que V.Exa. assumiu aqui e não tem responsabilidade pelo procedimento do Deputado Carlos Marun, mas só estou dizendo que eu fui barrado de falar — a assessoria sabe disso e deve ter orientado e justificado regimentalmente. Eu fiquei na minha, porque não vou...

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Ontem, o avião atrasou, eu cheguei aqui e não falei mais. Fiquei até as 10 horas da noite. Ficamos aqui nós, juntos. Então, é o seguinte: se a pessoa não está, até que vá para o final... Não é justo que fiquemos aqui sentados o dia todinho e, de repente, quando chega lá, vai votar. Não é justo isso. E olhem que o Deputado Julio Lopes é meu amigo, irmão, companheiro e merece tudo. Não tenho nenhum problema, não.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Deputado, com toda a tranquilidade, o que existe é o seguinte: existe uma inscrição de Deputado e uma inscrição de Líder. Ele me chamou como Deputado, eu não estava, então, passou a vez para outro. Na condição de Líder, ele acabou de me chamar e eu, por gentileza, perguntei se o Deputado Darcísio Perondi estava na sequência. Se ele estivesse, eu passaria a palavra para ele. Foi só o que aconteceu. Ele me passou a palavra como Líder, mas, se está incomodando, eu falo. Agora, a única coisa que eu quis foi fazer uma deferência ao Deputado Darcísio Perondi, que precisa se ausentar. Se for assim, eu falo.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Não incomoda, de jeito nenhum.



O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Então, pronto. Foi isso o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Só quero dizer o seguinte, repare bem: o companheiro que cedeu o tempo para o Deputado Julio Lopes — está lembrado? —, na hora, não estava. Seja justo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - O Deputado Alceu Moreira falou a metade do tempo para que S.Exa. pudesse também utilizar a metade do tempo.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Esse critério tem sido utilizado usualmente aqui.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Ele não estava aqui. Então, não é justo. Eu queria que daqui para frente fosse diferente. Isso não é justo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Aliás, o Deputado Alceu Moreira falou o tempo todo, durante 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Não, o Deputado Alceu Moreira não falou os 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Ele deixou tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Ele deixou tempo.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu falo agora ou o Deputado Darcísio Perondi pode falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - O Deputado Darcísio Perondi tem a palavra. Vamos dar sequência aqui.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Parabéns à Mesa pela escolha. Nós vamos aprender mais com os senhores aqui.

Eu pedi para falar agora, porque também estou na linha de frente da terceirização no plenário.

Por que fazer a reforma? A primeira razão é que as pessoas estão vivendo bem mais. Esses não são números escondidos e inventados. Constam da pesquisa do IBGE. Técnicos de carreira que servem todos os Governos afirmam que está aumentando cada vez mais a expectativa de sobrevida das pessoas. Isso está claro. No Nordeste e também no Sul e no Brasil inteiro, a mortalidade infantil é alta, mas é maior no Nordeste e no Norte. E há também a violência no Brasil inteiro, mas ocorre



mais no Norte e Nordeste, que pega a juventude. Então, os brasileiros que não morrem de 0 ano a 5 anos morrem por outras causas.

A partir de 65 anos de idade, a sobrevivência é de 18 anos a 20 anos. Isso já existe agora. O Brasil ainda não fechou a janela demográfica e vai ficar mais 5 anos ou 6 anos ainda com mais jovens do que velhos para alimentar o mercado de trabalho. Daqui a 20 anos, vamos ter 40 milhões de idosos e, daqui a 40 anos, 73 milhões de idosos. Vamos envelhecer rapidamente. A Europa e a Ásia envelheceram em 50 anos.

Então, toda essa caminhada demográfica é uma ciência, como é a Medicina, como há ciência na agricultura, há ciência na Matemática. Isso é ciência. Nós vamos fazer isso em 25 anos — já vamos. E não haverá recurso, mesmo que pague.

Ouvi um representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra dizer e ouço o pessoal da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil — ANFIP e a Oposição dizerem: “*Não, vamos vender os prédios do INSS que estão fechados, vamos acabar com a corrupção na Previdência, vamos acabar com a desoneração, que cresceu — e foi no Governo do PT, que foi um desastre*”. Acabando tudo isso, vai continuar um buraco de 227 bilhões de reais. Vai continuar.

Nós temos o seguinte problema: as pessoas vão viver cada vez mais. E viva a longevidade! Viva a longevidade! O sistema de saúde melhorou. Há dificuldades, mas melhorou. O (*ininteligível*) era um horror 40 anos atrás. Houve avanço com a Constituinte e depois dela. Houve avanço.

O primeiro ponto é este: não haverá recurso. O aposentado não vai ter dinheiro para receber, talvez, daqui a 20 anos. Se eu pudesse mostrar aqui... Está aqui: em 10 anos, se não fizermos uma reforma na Previdência pública urbana e rural, vamos praticamente expulsar do orçamento o dinheiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF, o dinheiro da saúde, o dinheiro da educação, o dinheiro da ciência, o dinheiro da segurança, o dinheiro para construir mais pontes e mais estradas. Essa é a realidade, e a Oposição a esquece.

Eu ouvi também o discurso de um dos Deputados segundo o qual toda essa crise vem ocorrendo de 9 meses para cá. Parece que a Oposição estava ausente do



Brasil nos últimos 13 anos e chegou no ano passado. Esqueceram completamente todos os erros e estão dizendo uma coisa incrível. O eleitor já respondeu na eleição municipal, já respondeu a eles.

Há um buraco de 227 bilhões de reais na Previdência. No Regime Geral, o buraco é de 50 bilhões de reais; no rural, de 113 bilhões de reais. Não adianta, é isso. A culpa não é do agricultor, é da lei. É da lei. Houve fraude, sonegação existe, e tudo o mais, mas, mesmo se consertando tudo isso, recuperam-se, talvez, uns 30 bilhões de reais. Isso é impressionante e vai aumentar se não fizermos a reforma. É impressionante! Vão tirar dinheiro da segurança, que já é pouco, do PRONAF e da saúde. Um horror!

Na previdência urbana, o buraco é de 46 bilhões de reais — eu disse 50 bilhões de reais —; na Previdência pública, de 77 bilhões de reais. Aqui está o buraco. Isso tem que ser enfrentado. O total são 258 bilhões de reais, porque entram as contribuições.

Isso tudo está na Lei Orçamentária que a própria Oposição votou no ano passado, no ano retrasado. O déficit já era dos outros Governos. Isso é uma realidade. É como em casa, quando falta dinheiro: vai faltar. Vai faltar. E entra o rural.

O Brasil fez opção para não fazer uma reforma duríssima, como a que a Grécia fez. A Grécia, como o Ministro disse ontem, reduziu até 15% das aposentadorias, taxou os aposentados, congelou as aposentadorias de 2011 a 2015 — congelou as aposentadorias — e aumentou a idade de 60 anos para 65 anos entre 2011 e 2013, sem regra de transição. Incendiou lá, mas foi preciso. Portugal também fez isso. E o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, no Brasil? Eu tenho certeza de que o agricultor não quer isso, quer receber. Os aposentados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul não estão recebendo. Isso vai acontecer. Esse é um dado real.

Temos as leis, que nós melhoramos cada vez mais, e não vimos a questão demográfica, que é a pior de todas. É isso, está aí o Sr. Luís Henrique, está aí o Sr. Arnaldo. Isso a Dilma disse ano passado. Em 2016, ela disse que tinha que fazer a reforma para a pensão, para o benefício continuado, porque a lei demográfica era



um imperativo a que nós tínhamos que obedecer. Essa é a verdade. Essa é a verdade.

Quanto às condições do agricultor, eu respeito o Sr. Alberto, os meus companheiros de partido que estão aqui, os presidentes de sindicatos. Eu os respeito, mas as condições de trabalho, comparando-as com as de 30 anos ou 40 anos atrás, quando se definiu a idade de 55 anos e 60 anos, melhoraram muito no interior. Melhoraram! Melhorou a tecnologia, melhoraram as sementes e a biotecnologia, melhoraram as estradas. Os telefones, os carros, os tratores, a ordenha melhoraram muito. E o homem rural de 55 anos?

Se eu ler aqui o que sofre o trabalhador da construção civil, que, às vezes, depois de parar às 6 horas, tem que pegar dois ou três ônibus... Ele também sofre. Acho que foi o Luís Henrique que disse isso sobre a construção civil. Ele também sofre.

Eu ando muito pelo interior também, eu vou lá nos fins de semana. Os meus tios, os meus avós, que fizeram muitos filhos — agora estamos fazendo menos — não tinham escola, iam cedo. Agora, com o fechamento das escolas no interior, devido à nucleação, não vai ser mais com 12 anos de idade. Ele ajuda, mas não vai ser mais com 12 anos de idade ou 13 anos de idade. E continuam batendo nessa tecla.

Melhoraram as condições. As mulheres estão vivendo 7 anos a mais. A do interior vive 1 ano a menos do que os 7 anos, não está muito claro, não há estudo bem claro, ninguém tem ainda. Está para sair um estudo do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS, talvez daqui a 30 dias. Vai ficar por aí.

É isso. Eu vou também a festas do interior nos finais de semana. É uma atividade em que se trabalha toda a semana, é claro, mas pode-se revezar também.

Muitas condições mudaram na lavoura nos últimos 30 anos ou 40 anos, meu querido Alberto Broch, mas uma preocupação faz apelo ao meu coração toda hora, e eu tenho de acompanhá-la.

Estudando-se a demografia, como eu a estudei nos últimos 6 meses, aprende-se muito. Fui o Relator da PEC e vi a assustadora dramaticidade do quadro fiscal brasileiro.



Todos vão ter que contribuir. Os militares vão contribuir, os marajás vão contribuir também.

Idade transparente? Aí nós temos que duvidar da Igreja, do Exército. Há técnicos que trabalharam no outro Governo: o Sr. Arnaldo trabalhava no outro Governo, como profissional, o Sr. Dyogo também. O Deputado Alessandro Molon disse que não é transparente. O Deputado Molon está numa campanha extraordinária para desconstruir o Brasil! Ele é meu amigo particular. Desconstruir o Brasil! Como não é transparente?

Ontem desmontamos os argumentos do representante da ANFIP, que estava com os dados errados, porque eles não colocaram a aposentadoria dos servidores públicos e dos militares. Desmontamos! Ele ficou constrangido e quase quis ir embora antes.

Então, o Michel está olhando o Brasil. Essa é uma reforma de Estado, essa reforma não visa urna, não visa interesse corporativo. Ela está despertando uma nova esperança no Brasil. E todos vão ter que participar.

O caso do produtor, estamos trabalhando. Eu ajudei em duas reuniões, uma com a FETAG e outra com CONTAG, que contou com muitos Líderes — o Deputado Alceu participou delas. Queremos ver se é possível melhorar a questão do produtor. Mas a idade mínima é o eixo da reforma.

Para encerrar, estou também pensando nas crianças e nos jovens. Temos que assegurar a aposentadoria para os atuais aposentados, o que estamos fazendo. E olhem que não é fácil! A economia está começando a melhorar. Mas, se botarmos todo o dinheiro na Previdência — daqui a 6 anos já vai começar a diminuir mais, e daqui a 20 anos, vai ser quase tudo —, que futuro terão os nossos jovens e os nossos netos? Que futuro terá a juventude?

Com a reforma trabalhista, com a terceirização e com a reforma da Previdência, teremos um Brasil melhor. Vamos demorar a nos recuperar, mas começamos. Querendo ou não a Oposição, começamos a nos recuperar. E o povo vai aplaudir isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Muito bem.

Dando sequência, vou dar a palavra ao Deputado Julio Lopes.



Antes, porém, quero esclarecer ao Plenário que está ocorrendo outra votação. Então, indago aos nobres Parlamentares se suspendemos ou damos continuidade à reunião, enquanto os Deputados vão votando. *(Pausa.)*

Muito bem. Vamos dar continuidade à reunião. Os Parlamentares que quiserem votar têm liberdade para se ausentar.

Deputado Julio Lopes, a palavra é sua.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito boa noite. Estamos aqui em mais uma audiência desta Comissão.

Queria lembrar que, agora há pouco, estava lá tratando da questão da terceirização. Gosto sempre de lembrar que, quando estamos tratando da Previdência Social aqui, estamos falando de mais ou menos 54% da população trabalhadora, já que 47% não estão nessa conversa, porque são trabalhadores informais.

O Brasil tem um grau de informalidade de 47% da sua força trabalhadora. São pessoas que não têm a proteção da Previdência Social, são pessoas que não têm a proteção das leis trabalhistas, porque elas estão todos os dias nas ruas, estão todos os dias empreendendo a sua própria vida, tentando sobreviver de uma maneira ou de outra.

Isso ocorre basicamente porque há uma oneração direta dos postos de trabalho no Brasil. Nossas leis trabalhistas, nossas condições de trabalho oneram diretamente o trabalhador, o posto de trabalho. Por isso, empresas e trabalhadores fogem desse tipo de custo e vão para a informalidade. Tanto é verdade que eles representam 16,5% do PIB — aliás, isso era em 2016, pois houve um crescimento em 2017 —, num montante do tamanho do PIB da Argentina. É um dinheiro que circula à margem da tributação. É um país do tamanho da Argentina que não sabe se o Presidente é Temer ou não, porque a ele pouco importa. Lamentavelmente, para essas pessoas, todos nós — os Deputados e Senadores, os senhores conferencistas, o Dr. Arnaldo, Diretor do Departamento de Assuntos Fiscais e Sociais — não estamos fazendo nada aqui.

Precisamos, sim, reformar a Previdência. Precisamos, sim, reformar o Brasil. Temos que fazer a reforma não só da Previdência, mas a reforma trabalhista e a reforma tributária, para convidar esses brasileiros a contribuir. Na realidade, essas



peessoas hoje não contribuem com nada. Elas precisam se aposentar, elas têm que ter direitos. Elas são brasileiros iguais a nós, cujo futuro estará condenado se não reformarmos as instituições brasileiras como precisam ser reformadas.

É inaceitável que não tenhamos o conhecimento de quem são os brasileiros aos quais pagamos aposentadoria.

Tenho estudado muito a questão dos subsídios. O Brasil, independentemente da Previdência, paga a 110 milhões de pessoas alguma forma de subsídio. É uma loucura completa, uma falta de administração absurda! O Bolsa Família e vários programas sociais não tinham nem um número indexador. Agora o Governo Temer, responsabilmente — e também depois de muita ação parlamentar nossa —, começa a incluir, no Bolsa Família, aquilo que jamais deveria ter deixado de ser incluído, que é o número do CPF. Ora, se nós, que pagamos o tributo, somos tributados através desse número e somos inspecionados a partir dele, por que não verificarmos aqueles que recebem em nosso nome, para sabermos se de fato aquela alocação de recursos está feita com propriedade?

Isso é assim também na aposentadoria rural do Brasil. Não sabemos quem são os beneficiários da aposentadoria rural. Esse número cresce exponencialmente sem que tenhamos conhecimento de quem são essas pessoas, quais as suas verdadeiras necessidades e quais as suas realidades.

Por isso, não estamos só reformando a Previdência. Também estamos agindo, Deputado Carimbão, com projetos de desburocratização que vão mudar o Brasil. Tive a honra e o prazer de ser Relator do projeto de identidade civil nacional nesta Casa, que está agora no Senado Federal, com a relatoria do Senador Anastasia. Isso vai mudar a realidade da identidade civil do Brasil e vai permitir que nós brasileiros conheçamos a identidade de cada um que recebe benefício da Previdência Social, de cada um que recebe e vai receber aposentadoria rural no Brasil.

Estive conversando com o Dr. Arnaldo de que, na minha concepção, é absolutamente fundamental que conheçamos não só aqueles que já estão gozando do benefício, mas, sobretudo, quantificar aqueles que virão a receber o benefício, para que, como bons planejadores, possamos conhecer qual é o comprometimento futuro das nossas ações.



Quero chamar a atenção da população brasileira para o seguinte: o Presidente Temer é um homem de convicção, e não estamos aqui para fazer maldade com a população. Vamos reformar a Previdência da forma como ela precisa ser reformada, sem maltratar a população e fazendo ajustes reformistas, que vão dar uma condição de sobriedade, de continuidade e de prosperidade ao Brasil.

Essa é a reforma que fazemos. Vamos reajustar as regras de transição, vamos eventualmente acertar e calibrar aqui e ali. Estamos aqui por isto: porque acreditamos fortemente que vamos, sim, avançar e aprovar essa reforma.

Mas não é só ela. Precisamos fazer a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a reforma da tributação brasileira, para oferecer ao Brasil a prosperidade que lhe falta há tanto tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Agradeço as palavras do ilustre Deputado Julio Lopes.

Na sequência, seria eu o próximo a falar. Mas vou ceder a minha vez ao Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Boa noite, Sr. Presidente — obrigado pela concessão da palavra —, Sras. e Srs. Deputados, servidores e pessoas que nos acompanham neste momento.

Agradeço aos palestrantes pelas manifestações. Temos ficado sentados aqui até por 9 horas, mas ficamos ansiosos para falar por 5 minutos, porque sabemos da importância dessa reforma da Previdência, dessas mudanças que estão caminhando.

Dr. Arnaldo, há uma grave crise no Brasil, que talvez não seja sentida aqui em Brasília. Mas quem está nos Estados e Municípios enfrenta a insegurança pública, a precariedade da saúde e da educação. E, num momento como este, vemos a Casa tentar avançar na reforma da Previdência. Penso que este não seria o melhor momento. Sabemos que é necessário fazer mudanças, mas penso que o momento é inadequado. O brasileiro hoje vive numa crise tremenda, com mais de 23 milhões de desempregados e o empobrecimento das pessoas.

Vejo que o Governo tenta tocar essa reforma da Previdência, em que já recuou com relação aos policiais e professores. E deixo meu recado aos



funcionários estaduais: fiquem atentos, porque conseguimos apenas uma batalha, mas a luta continua.

O Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, goiano, acabou de anunciar, agora à noite, que haverá um rombo no Orçamento de mais 58 bilhões de reais. Mas lembro que, se hoje ele anuncia esse rombo e a possibilidade de cortes, no ano passado eles fizeram o parcelamento da dívida dos Estados de mais de 50 bilhões de reais em 20 anos. Ou seja, eles dão com uma mão e tiram com a outra? Vão tirar dos mais pobres? Isso me surpreende.

Também queria trazer outra preocupação. Ao longo deste evento aqui hoje, em que tratamos especificamente do déficit rural, que se fala ser de mais de 100 bilhões de reais, surpreendeu-me saber que 98% das contribuições sejam das pessoas da área urbana e 2% sejam das pessoas da área rural.

Na verdade, surpreende-me o fato de que, nesses dias em que tenho estado aqui — e não são poucos —, não tenho visto o Governo sugerir providências ou medidas nesse sentido. Se existe um déficit de 100 bilhões de reais na aposentadoria rural, qual é a solução? Vamos tributar mais o agronegócio? Temos que ter uma saída para isso.

O déficit referente aos militares é de 32 bilhões de reais. Mas não se fala nada disso! Você vai aumentar de 65 anos para 70 anos a idade para se receber o benefício assistencial, mas vai deixar os militares da mesma forma? Ou se coloca todo o mundo na mesma panela ou não se coloca ninguém.

Gostaria de ver soluções específicas para isso. Sabemos que a reforma da Previdência é um todo, mas é preciso ter solução para cada gargalo.

Dizem que o déficit dos servidores civis é de 40 bilhões de reais. Cadê uma solução específica para essa área?

O Temer fez isso agora ao dizer: *“Olha, Estados, vocês estão fora. Não vou mexer mais com vocês”*.

Tragam a solução! De que forma vamos conseguir mais contribuição para cada uma dessas áreas que têm déficit? Acho que deve haver algo específico. Acho que deve haver uma solução.

Assustou-me também quando ouvi o Meirelles falar hoje que, considerando esse rombo, pode vir uma alta de impostos.



Sr. Presidente, a Câmara aqui fica como um para-raios. Enquanto o Senado está fazendo uma agenda positiva, aprovando a CPI da Previdência e discutindo o fim do foro privilegiado, a Câmara fica com a reforma trabalhista, precarizando o trabalho de terceirizados. Então, a parte ruim fica para a Câmara e a parte boa fica para o Senado. Isso me assusta realmente.

Quero fazer uma cobrança ao Presidente Temer. Nessa reforma da Previdência, Dr. Arnaldo, vi cobrarem de idosos, mulheres, professores, policiais. Mas o que está sendo cobrado dos empresários e dos banqueiros? Olhem que não sou do PT, não sou do PSOL, não sou da Rede. Mas chega um momento em que vou ter que fazer esse tipo de...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Peço um minutinho, Sr. Presidente, para encerrar o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Então, só queria deixar essas observações e pedir para o Governo avançar na questão das desonerações fiscais, no fim do CARF, na cobrança do passivo e no combate à corrupção.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Muito bem, Deputado Delegado Waldir.

Passo a palavra ao Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, quando fui Secretário de Saúde do Estado do Piauí, tinha um grande amigo, que era do meu partido, na Fazenda. Nós conflitávamos permanentemente, porque eu sempre precisava de dinheiro para a área da saúde.

Parece que quem assume a área de economia num governo deixa, às vezes, o coração fora do corpo e tem uma insensibilidade tamanha. Digo isso porque sei que, quando chega aqui uma pessoa da área da economia do Governo Federal — de todos os Governos, inclusive do meu, que foi eleito democraticamente pelo povo —, ela sempre é muito fria quando olha a área social.



Acho que deveria ser obrigatório que toda pessoa que fosse para a Fazenda ou para o Planejamento passasse antes pelas áreas da Previdência e da saúde, para compreender a realidade das pessoas, seus sentimentos, seus problemas.

Não vou discutir aqui a capacidade técnica do Henrique Meirelles. O grande problema é que, muitas vezes, quem está à frente dessa missão só vê a letra fria do papel, não vê paixão, sentimento, ser humano.

Henrique Meirelles foi Ministro do Governo Lula e não foi tão ruim, porque havia exatamente o Lula, com a sensibilidade de ser humano, que dizia: *“Eu quero que a economia funcione, mas não posso deixar que o meu povo caia no sofrimento”*. Aí o Ministro tinha que seguir a posição do Governo Lula.

Infelizmente agora, o mesmo Henrique, olhando a frieza do papel, tem um governo que também não vê gente e só vê número. Eu digo isso, meu querido Alberto, porque também sou filho de um lavrador lá do Nordeste, plantando arroz e feijão, com enxadas de 3 libras e de 5 libras — não era nem com a tecnologia que temos hoje. E, vendo hoje as pessoas que estão lá no dia a dia, arrancando toco, tenho certeza de que este Governo, com seu Ministério, não tem a noção mínima de qual é a realidade de um cidadão comum que vivencia a luta da agricultura familiar. Se eles tivessem passado lá 1 dia, certamente não teriam tido a coragem de apresentar uma proposta absurda como a que está aqui nesta Casa.

Mas aí o Governo agora faz o chamado “samba do crioulo doido”, como dito por um próprio membro da base do Governo na mídia, o Governo não sabe mais o que faz. E ouvindo, aqui há pouco, o Deputado Major Olimpio, achei interessante porque disse: *“Eles agora acham que podem nos dividir”*. Ninguém é bobo. Não se explica tecnicamente como um governo faz uma proposta que diz o seguinte: *“Para todos os trabalhadores rurais do Brasil a lei é essa; para os funcionários públicos federais, a lei é essa; agora, para vocês lá do Estado, a lei não é essa”*. Vão enganar a quem? Quem foi que disse que vai poder haver uma lei lá no Estado que possa confrontar uma lei federal? Eles dizem exatamente achando que as pessoas são um monte de bobos e não pensam. O Governo não poderia vender uma mentira absurda destas, porque isso não existe.

Portanto, não tenho dúvida de que essa proposta vai ser derrotada aqui, porque ela não tem nenhuma consistência. Essa é uma proposta do invencionismo,



uma proposta do “joga pra ver se o barro pega na parede”. Ela não vai passar aqui não, Alberto. Somos dessa caminhada.

E digo mais: se esse absurdo passasse, não tenho dúvida nenhuma de que voltaria aquela cena triste e cruel que conhecemos e que começamos a eliminar a partir da Constituição Cidadã de 1988, mas também pela grande sensibilidade do Presidente Lula, em que a gente do Nordeste, quando saía da igreja, via aquela frente de pessoas com a mão estendida, pedindo esmola pelo amor de Deus. Você colocou muito bem: se morria o pai de família, havia meio salário para a pobre mãe de família, através do tal do chamado FUNRURAL.

Queremos voltar a ver a cena daquelas pessoas com a mão estendida, nos semáforos, pedindo uma esmolinha pelo amor de Deus? Não é possível!

A Previdência é responsável pela maior distribuição de renda do País. Se você tira essa Previdência do trabalhador lá do campo, ele vai para a cidade com a esperança, a perspectiva de poder se aposentar. Isso vai gerar mais violência, porque, ao chegar à cidade, ele vai ter a frustração de não conseguir, talvez, o seu sonho e é colocado, lamentavelmente, no caminho da violência pelo pessoal da droga. Esse, sim, é um custo social muito mais elevado. O Governo já parou para fazer a continha de quanto isso custa no futuro?

Então, Sr. Presidente, acredito que a base do Governo, fazendo umas continhas, não vai poder colocar sua digital nesse absurdo.

E quero encerrar perguntando seguinte: vamos fazer um acordo? Aceitam fazer um acordo com as urnas? Em 2018, vão lá no campo e digam: *“Eu defendo essa reforma. Votem em mim!”* Aí, se o povo votar e se eu tiver oportunidade de voltar para cá — porque sou contra a reforma da Previdência —, possivelmente terei outra forma de discussão. Mas quero ver o Parlamentar olhar nos olhos do nordestino, dizer que vai lhe roubar a Previdência e pedir-lhe um voto para ser Deputado Federal ou para ser Presidente da República. Aí isso muda!

Agora, é muito fácil defender isso aqui, Alberto. Inclusive, há Parlamentar que nem sequer votou neste Presidente. A maioria dos Líderes do Governo aqui dizem que não votaram neste Presidente e não votaram na Dilma. Então, que credibilidade eles têm para dizer que essa reforma vem a favor do povo brasileiro?



Por favor, vamos respeitar o povo do nosso País. Eles não merecem isso. Peçam um voto deles dizendo qual é a proposta. Se eles votarem em V.Exas., aí V.Exas. terão a autoridade de chegar a este Parlamento e dizer que estão ajudando o Brasil, porque o povo lhes confiou um voto em 2018. Aí seria diferente. Mas dessa forma, nesse formato, não, senhor, isso não tem possibilidade de acontecer.

Sr. Presidente, essa era a minha intervenção. Tenho certeza de que esse absurdo não passará aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Dando sequência à relação que está aqui, passo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, que falará como Parlamentar e também utilizará o tempo de Líder.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria agradecer a presença dos convidados, a contribuição de todos, particularmente a do Alberto, por representar uma categoria que resiste, apesar da violência sistêmica que se abate contra os trabalhadores no campo e que tende a se aprofundar se a perversidade representada nesse projeto de reforma da Previdência conseguir ser aprovada aqui. Creio que ela não o será.

No dia 30, vamos ter um sinal. O Brasil deve parar. Mas as centrais sindicais como um todo já anunciaram que, na primeira quinzena de abril, o País para.

E quero deixar algo claro a todos os trabalhadores, não só aos meus colegas professores do meu sindicato, o SINTEPP, do qual tive a honra de ser fundador e Presidente, e da CNTE, dos trabalhadores da educação de todo o País, mas a todos os trabalhadores: não há outro caminho.

A pressão popular e aquela movimentação do dia 15 já fez com que o Governo se rearticulasse, porque percebeu a força dos movimentos sociais.

Nosso povo pode ser tudo, mas não é suicida. O Governo, no entanto, é genocida.

Com muita tristeza, vejo profissionais de carreira bem formados — isso é inquestionável — e bem pagos defenderem uma proposta e fazerem cálculos atinentes a contribuições que já seriam esdrúxulas até para um camponês. As pessoas falam em 50 reais. Até um dia desses, o Bolsa Família era de 70 reais, e havia gente se matando para receber isso.



Quem toma uísque importado, quem ganha 100 mil reais de diária realmente não consegue perceber a dor de alguém que vive com um salário mínimo.

Em síntese, ainda que isso não agrade muito ao Dr. Luís Henrique — que, até recebendo pelo IPEA, se dispôs a escrever um texto para contra-argumentar o que seriam os argumentos desfavoráveis à proposta de reforma —, essa proposta é a favor, sim, dos banqueiros e dos endinheirados.

Aliás, se for verdade que 1% dos mais ricos, como argumenta o Dr. Henrique num dos seus artigos... Já havia alguns do campo progressista, então, vamos pegar agora o 0,1%, que passou a ser o discurso dos críticos. Mas quero dizer que esse 0,1% é exatamente fruto de pesquisas do IPEA, que mostram que os muito ricos, por não terem tributados lucros e dividendos, pagam muito menos do que qualquer profissional.

Basta ver que, segundo estudo do IPEA, eles chegam a pagar em torno de 7% ou 7,5%, enquanto que um profissional liberal ou um professor que ganham menos de 20 mil reais estão pagando 27,5%.

Então, há caminhos para se recuperar o equilíbrio fiscal. Mas as pessoas só veem um caminho: destruir a dignidade dos pobres usando os próprios pobres como argumento, o que é mais cruel.

Essa proposta é injusta. E ela é injusta porque atinge os trabalhadores de menor renda; atinge drasticamente os operários; atinge, de forma mais profunda, os trabalhadores rurais; e atinge, mais ainda, as trabalhadoras rurais. É bom que se diga isso às mulheres deste Brasil.

Aqui fala um Deputado que tem honra de ser arquiteto e professor, que hoje exerce um mandato popular, um mandato eletivo, mas que amanhã não necessariamente precisa ter um mandato para sobreviver. Sou um dos poucos brasileiros que têm a honra de ter dois cargos públicos: como professor universitário e professor do ensino técnico no Estado do Pará.

Milhões de brasileiros, em torno de 70%, nunca terão carteira assinada nem cargo público. E os economistas não conseguem entender aquilo que, em 1986, o gênio brasileiro Milton Santos já classificava como a dualidade dialética de circuito superior e circuito inferior da economia. Eles não conseguem entender por que



vivemos numa sociedade que chegou a certos níveis de violência, mas, mesmo assim, não explodiu em violência.

Mesmo falando que apenas 40 milhões de pessoas têm acesso ao trabalho formal, a sociedade não explode porque as pessoas têm formas alternativas de sobrevivência e contribuem, no circuito inferior, para a dinâmica econômica. Mas eles não conseguem entender isso e vão destruir exatamente o direito dos que mais se esforçam para manter esta sociedade com o mínimo de igualdade social. Então, a proposta é injusta.

Olhem o exemplo das mulheres. Quando se estabelecem 65 anos, a mulher urbana vai trabalhar mais 5 anos e a mulher rural vai trabalhar mais 10 anos. Então, não é injusto, companheiro Alberto, aumentar 5 anos ou 10 anos? *“Não, mas isso é a favor das mulheres, é para salvar as mulheres trabalhadoras.”*

Aqui não estamos falando da mulher do Presidente, que é muito bonita, bela realmente e, segundo ele, recatada, do lar. Ela merece todo o meu respeito como mulher. Mas não são todas que têm o privilégio de casar com um milionário que consegue milhões de reais em propina das empreiteiras.

Aliás, um terço do Ministério do Temer está totalmente comprometido, segundo o *Valor Econômico* de hoje — não o jornal bolivariano, como brinquei ontem, um jornal esquerdista e comunista, mas o *Valor*, que pertence aos Marinhos. Ele falou em um terço do Ministério, afora o Osmar Serraglio e outros. O Osmar Serraglio está envolvido na Operação Carne Fraca ou carne podre, mas até agora está sendo poupado pela grande imprensa. E a Polícia Federal e a UOL já mostraram que ele chamava de grande chefe o cara que está preso!

Então, que moral um presidente que não foi sequer eleito tem para mandar essas propostas tão violentas, destrutivas da dignidade do nosso povo? Olhem aqui: a pensão por morte não vai poder ser acumulada. Não é verdade? Mais de 50% das pessoas que recebem essa pensão são mulheres. *“Mas é um salário mínimo!”* Só que, ao mesmo tempo, no cálculo que até hoje não foi explicado — e não o será, porque não é um cálculo atuarial sério — eles calculam um juro fixo de 6% ao ano para o salário mínimo. Isso significa que abandonaram a fórmula anterior? O salário mínimo não terá mais crescimento real?



Eu sou do PSOL e fiz oposição ao Governo Lula, mas não posso mentir. O salário mínimo, durante esta mais de 1 década, cresceu 75%. O IPEA sabe, o IBGE sabe, qualquer empregador sabe disso. Às vezes, o trabalhador não fez o cálculo, porém o salário mínimo cresceu em termos reais.

Então, eu poderia enumerar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Deputado Edmilson Rodrigues, peço que V.Exa. conclua, por gentileza.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Passou rápido o meu tempo, Sr. Presidente. *(Risos.)*

Vejam só, não se fala aqui no déficit que a dívida provoca. Este ano de 2017, o Orçamento prevê um déficit primário de 50,02 bilhões de reais. Qual é o déficit da dívida? Esse 1,7 trilhão de reais não são nada?

Querem ver uma coisa? Por que não se avança, então, contra os super-ricos, tributando lucros e dividendos?

Já que se fala muito em justiça social, por que não se cumpre a Constituição e não se agiliza aqui, com essa força que o Governo demonstra — 88% de votos —, a aprovação do projeto que cria o imposto sobre grandes fortunas, o que geraria pelo menos 50 bilhões de reais ou, segundo o cálculo de alguns economistas, até 100 bilhões de reais anuais?

Por que a desoneração da folha foi retraída naquele esforço para combater a crise, comandado pelo Levy?

Enfim, por que a Desvinculação de Receitas da União — DRU tira 100 bilhões de reais ao ano, com aquela Emenda Constitucional nº 93, de 2016?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Sr. Deputado Edmilson Rodrigues, esta Presidência tem sido tolerante com V.Exa. Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Vou concluir, Sr. Presidente.

Então, os caminhos são só para prejudicar os pobres e assalariados, e em nome dos pobres. Então, vamos aceitar a reforma que tira o nosso direito, diminui a nossa vida e inviabiliza a nossa aposentadoria, porque essa reforma, em tese, seria a favor dos pobres? Mas quando? Ninguém vai engolir essa mentira, desculpem-me, com todo o respeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Agradeço as palavras do ilustre Deputado Edmilson Rodrigues.

Dando sequência, passo a palavra ao Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os Srs. Parlamentares e os membros da Mesa, na figura do Alberto Broch, líder da CONTAG, que acho que traz aqui, mais do que outros expositores, o sentimento do cotidiano, de um espaço de trabalho, de luta e da cultura do mundo do campo, da nossa população, dos agricultores, dos camponeses, que é tema central desta audiência e deste debate.

Não posso deixar de fazer algumas ponderações e considerações gerais, para chegar especificamente à questão das propostas em relação ao campo.

Hoje estamos vivendo um momento histórico. Lá no plenário, estamos assistindo à destruição dos direitos trabalhistas, da legislação trabalhista fruto de 1 século de luta da classe trabalhadora, com a aprovação da precarização, do trabalho temporário, da terceirização, do negociado sobre o legislado, da quarteirização.

Tudo isso se dá com o discurso de que vai ser melhor haver três patrões pagando um salário do que um patrão contratar um trabalhador diretamente. Isso é falácia, é conversa, é querer escamotear o verdadeiro interesse, qual seja: ampliar a acumulação de capital e de lucro dos grandes capitalistas brasileiros.

Em relação à reforma da Previdência, essa discussão de superávit e déficit é falsa. Primeiro se diz que caiu a arrecadação da Previdência. Sim, caiu. Mas o problema não é a Previdência. O problema é a política econômica suicida e geradora de desemprego, que diminuiu a contribuição.

Segundo, a Previdência é um instrumento estratégico de desenvolvimento do País e de distribuição de renda, é inclusive um instrumento econômico nos pequenos Municípios e no interior deste País. Se assim é, o Governo deveria reorientar a política econômica, a política pública e inclusive a receita da Previdência. É preciso ampliar a receita da Previdência, e não tirar os benefícios de quem está aposentado com um salário mínimo.

A proposta visa desmontar a previdência pública para fortalecer a previdência privada, visa desmontar a possibilidade de milhões se aposentarem. Na área rural,



com um mínimo de 25 anos de contribuição mensal, quantos ficarão de fora? No espaço urbano, hoje o trabalho já é informal.

O que está sendo votado no plenário vai, efetivamente, trazer a informalidade e a precarização, vai favorecer o desmonte da possibilidade de milhões de pessoas se aposentarem, ou vai retardar a aposentadoria para outros milhões, ou vai fazer com que outros milhões se aposentem com menos do que vinham recebendo no cotidiano.

Quando se fala de novas receitas, é preciso saber qual País queremos, qual campo queremos. Que País queremos, se não vamos mexer no andar de cima? Até os Deputados da base do Governo entendem que o andar de cima está intocável na questão previdenciária. O andar de cima vai se beneficiar da questão previdenciária, porque os bancos quase não pagam imposto neste País, os bancos vão receber a previdência privada e os bancos vão receber os juros e serviços da dívida.

A PEC 241 ou 55, que virou a Emenda Constitucional nº 95, é uma falácia, porque diz que se congelaram os gastos públicos por 20 anos. Isso é uma mentira! Isso é uma falácia! O que se congelaram foram os gastos discricionários e gastos primários: Previdência, saúde, educação, segurança, infraestrutura. Mas ficaram liberados os gastos financeiros. É essa a estratégia que se está construindo para definir um rumo para o País. Portanto, é uma perspectiva de desmonte dos direitos historicamente construídos.

Então, esse debate de déficit e superávit previdenciário é falso! Tem que se discutir estrategicamente se a Previdência é um instrumento importante para o País. E aí há a questão rural, da agricultura familiar, da sucessão da juventude. Como se pode imaginar que uma mulher, aos 55 anos, não se aposenta mais e vai trabalhar por mais 10 anos?

O problema da mulher não é só a renda, é a questão de poder. A libertação das mulheres no mundo rural acontece, em grande parte, aos 55 anos, quando ela conquista mais autonomia financeira, mais autonomia no seu cotidiano, a partir da sua própria aposentadoria, e vive da sua família, do seu próprio espaço, do cotidiano da cultura do campo.

Portanto, botar 10 anos a mais para as mulheres é querer resolver, por números matemáticos, a desigualdade e querer tratar igualmente a questão dos



homens e das mulheres. Do mesmo modo, há a questão do campo e da cidade e a questão do andar de cima, na qual não se toca. Mas se toca nos pequenos.

Eu também sou professor de uma universidade e lutei muito para se ampliar a universidade pública e a universidade federal. Além do PROUNI e do FIES, ajudei a fazer a Lei do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior — PROIES. Aí você diz para o moleque: *“Vá para o mundo do trabalho, porque você vai contribuir por 49 anos, ou vá estudar”*.

Não há conciliação entre o tempo de contribuição e a idade: são 65 anos de idade no mínimo, com 49 anos de contribuição. Então, qual País vamos incentivar? Se o brasileiro tiver que ir para o mundo do trabalho aos 16 anos, qual será o seu salário? O servidor público concursado, muitas vezes da classe média, teve oportunidade de se formar e fazer um concurso depois. Aí o moleque, aos 16 anos, vai começar a contribuir ou vai para a universidade? Que Nação estamos construindo?

Portanto, aqui não se trata de um debate isolado de Previdência ou questões trabalhistas. Estamos discutindo que Nação vamos construir com esse projeto político de poder em curso no País. Isso só é possível para este Governo porque ele não teve a legitimidade do voto popular e vai destruindo não só a soberania democrática, mas também os direitos, a cultura e a solidariedade brasileira.

Por isso, fiz questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concluo falando que, sobre a contribuição do campo, acho que devemos fundamentar e mostrar e demonstrar que a produção é central, assim como a questão da idade.

Foram 206 Deputados que assinaram a emenda aqui. Se subtrairmos esse número dos 513, o resultado dá 307, ou seja, falta 1 Deputado para ganharmos na questão da idade na área rural. Para manter a aposentadoria das mulheres aos 55 anos e dos homens aos 60 anos, há uma emenda aqui com 206 assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Deputado Pedro Uczai, peço que V.Exa. conclua.



O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Então, quem sabe derrotamos essa questão da área do campo? Mas temos que derrotar o conjunto do desmonte da Previdência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Dando sequência, passo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)*

Na ausência de S.Exa., passo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, que falará como Parlamentar e também utilizará o tempo da Liderança.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, o tempo da Liderança está dividido entre mim e o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Deputada Jandira Feghali, estou verificando aqui.

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Sr. Presidente, quero apenas dar uma informação. Estou inscrito para falar depois da Deputada Jandira Feghali.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Pois não, Deputado.

Deputado Davidson Magalhães, V.Exa. tem indicação do partido para falar no tempo de Liderança também?

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sim, Sr. Presidente, vamos dividir o tempo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Deputado, aqui há apenas a indicação da Minoria para a Deputada Jandira Feghali.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, por que fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Então, vamos dividir o tempo e vamos iniciar, Deputado.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, não vou entrar no mérito deste debate do déficit da Previdência, que já foi muito bem tratado por alguns e maltratados por outros. Acho que já ficaram muito claras todas as artimanhas contábeis que foram utilizadas, apesar de alguns elevarem a contabilidade à categoria de ciência.

O primeiro aspecto é que já ficou muito esclarecido aqui o conceito da Constituição. O debate de ontem foi esclarecedor sobre esse tema.



O segundo aspecto é novamente em relação ao envelhecimento da população. O tema demográfico também ficou esclarecido, principalmente pela deficiência do Governo na apresentação de um cálculo atuarial que embasasse a sua argumentação da urgência da reforma da Previdência, considerada como um problema estrutural, que seria apresentado ali na esquina do amanhã, bem perto, em relação à nossa população.

Então, esses dois temas já foram bem tratados.

Agora, de novo, essa reforma da Previdência aparece aqui como se não tirasse direitos. Evidentemente, ela tira direitos e atinge principalmente os mais necessitados. Como o debate já foi feito em outras áreas, hoje vou me deter exatamente à questão do homem do campo.

Em primeiro lugar, quero destacar que um dos principais desafios da nossa agricultura familiar — aliás, este é um problema que atinge não só a agricultura familiar, mas também as cidades — é a produção de alimentos e a questão do êxodo rural. É a agricultura familiar que efetivamente produz os alimentos necessários à sobrevivência do povo brasileiro, enquanto o agronegócio é o grande instrumento de exportação e de produção de *commodities* neste País.

Um dos grandes desafios que temos é exatamente a sucessão no campo. Esse é um desafio importantíssimo. Aliás, as últimas políticas sociais ampliaram a permanência do homem no campo. Essa proposta de reforma do sistema de Seguridade Social — porque aí atinge não só a Previdência, mas também a Seguridade — vai atacar um dos principais instrumentos de distribuição de renda e da agricultura familiar, incentivando, portanto, o êxodo rural e criando um problema gravíssimo na sucessão do campo.

Um dos grandes temas tratados na agricultura familiar — o Alberto Broch pode muito bem relatar isto — é exatamente a preparação da sucessão da agricultura familiar. Nesse sentido, o desafio vai inverter essa curva positiva que foi criada, da ampliação da sucessão dentro da área da agricultura familiar, em função dos últimos incentivos que houve.

Estou vendo aqui, no documento apresentado pela CONTAG, que o tempo médio de benefícios, tudo isso terminou tendo uma importância muito grande no contexto da preservação da agricultura familiar.



Em segundo lugar, em relação à agricultura familiar, não é verdade que o agricultor familiar não contribui. Ele contribui dentro das reais condições de contribuição, porque a comercialização da produção não ocorre mensalmente. Então, querer ajustar uma política desajustada para enquadrar a realidade à regra é muito mais complicado. Ele dá parte da sua contribuição.

Os mecanismos e a argumentação do Relator, sinceramente, formaram uma discussão de brincadeira! Se quiserem fazer um cadastramento do campo, é muito fácil fazer, pois há muitos instrumentos. Na hora do pagamento, na hora da compra, na hora da comercialização, levanta-se o CPF. Existem vários outros instrumentos para fazer um processo de cadastramento, para identificar quem está no campo.

Vejam que possíveis distorções de um ou outro agricultor familiar, ou dos pequenos, são tratadas de uma forma, com determinado comportamento. Porém, grandes sonegadores da Previdência Social são tratados com carência de 5 anos. A partir de 5 anos, já não podem mais cobrar, com a lentidão do Governo Federal para fazer as cobranças, para impedir a cobrança. Até no debate de ontem mostrei que, dentro da Constituição, existem instrumentos para, inclusive, inviabilizar os benefícios tributários concedidos a devedores da Previdência.

Para a agricultura familiar, essa medida traz a contribuição individual, que é impeditiva para a aposentadoria. Além disso, essa contribuição tem que ser mensal, devendo-se estabelecer o critério de 65 anos com 25 anos de contribuição. “*Além da queda, há o coice*”, como dizem no interior. Nisso aqui, além da queda, há o coice e, além do coice, o enterro prematuro.

Com esses três elementos, já hoje nós não aposentávamos 60% dos brasileiros que foram aposentados. No caso do Nordeste, especificamente da Bahia, 86% foram aposentados exatamente por idade e não por tempo de contribuição. Desses, 79% não poderiam se aposentar. Portanto, em cada dez baianos que se aposentariam, oito não se aposentariam nessas condições. Então, esse projeto que aí está é impeditivo para o homem do campo se aposentar na agricultura familiar.

Aí vem o Relator, que parece estar em outro país, e fala sobre outro segmento do campo, além da agricultura familiar, cuja impossibilidade de fazer contribuições mensais nós já vimos. Nessas regras não se incorpora a agricultura



familiar, que foi uma grande distribuição de renda que aconteceu no País e que fortaleceu as receitas dos Municípios.

Há também o problema do homem do campo assalariado. Nesse caso a brincadeira é maior ainda. Nós temos 4 milhões de assalariados no campo no Brasil, sendo que 60% estão na informalidade, e a maior parte é contratada no período de safra. Como essa turma vai contribuir ininterruptamente durante 25 anos para se aposentar? Isso é uma loucura! Isso é uma irresponsabilidade! Isso é não conhecer a realidade do campo brasileiro, não só da agricultura familiar como das relações assalariadas no campo. Grande parte dos trabalhadores do café e de outras culturas são contratados no período de safra. Eles, os assalariados, não ficam empregados durante o ano inteiro. Na região do cacau — eu sou dessa região —, em virtude da crise, grande parte desse pessoal hoje é meeiro. E durante o período de maior colheita se tornam assalariados. Como essa turma vai entrar no sistema previdenciário?

Sabem o que querem fazer? Empurrar essas duas categorias para os benefícios, para que elas deixem de ser encaradas como unidades produtivas, como produtores, trabalhadores, força de trabalho e passem a ser encaradas como beneficiários do sistema de benefício social. Nesse caso, vai para 70 anos, e realmente vamos começar a nos aposentar mortos.

Aqueles dados que foram apresentados dizem respeito à expectativa de vida. Mas se trata de vida saudável? E no campo?! Não. Nesse caso, a história é outra — ela muda.

Essas são as dificuldades! Essa é a demonstração clara da irresponsabilidade que esse projeto representa para o homem do campo e para a mulher do campo. E a mulher do campo se encontra em situação pior ainda, porque tem a jornada dupla, com todas as dificuldades da sociedade em que vivemos. Como ela vai conseguir enfrentar essa realidade?

Portanto, Sr. Presidente, meus companheiros da CONTAG que estão aqui representados, essa é uma política perversa. Essa política, meus companheiros e companheiras da CONTAG, objetiva impedir o processo da aposentadoria no Brasil. E nós vamos lutar aqui para que esse absurdo, essa monstruosidade não passe, porque não é de interesse, não satisfaz.



Por mais que se façam medidas e manobras, não conseguirão remendar isso, que é um Frankenstein, que não será remendado, não será resolvido, porque é contra os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Pois não, Deputada Jandira Feghali.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Abriram a votação nominal de novo. Nós estamos indo e voltando frequentemente.

Eu proporia suspender esta reunião por pelo menos 10 minutos, senão não haverá Deputado para falar, uma vez que os inscritos têm que votar.

Eu proporia uma suspensão de 5 a 10 minutos, só para votarmos e voltarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Vamos fazer uma suspensão por 5 minutos? Assim todos nós votamos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Isso! Nós votamos e voltamos.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sou eu o próximo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - A próxima oradora é a Deputada Jandira Feghali, depois falará V.Exa.

Então, esta reunião está suspensa por 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Dando reinício à nossa reunião, passo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, hoje, depois de um dia inteiro de cansaço muito grande para nós, do PCdoB, que fizemos a Sessão Solene em comemoração aos 95 anos do partido, e no Plenário estava ocorrendo o drama da votação da terceirização, que é um drama mesmo.

Na verdade, nós estamos jogando de 3 meses para 9 meses o contrato temporário; vamos fazer o trabalhador rodar de empresa para empresa, sem direito a férias, sem direito a verba indenizatória, sem direito a nada; além de estarmos ampliando a terceirização para a atividade-fim, pública ou privada. Essa é a precarização completa. De fato, a República está com uma cara muito feia — muito feia!



Eu fiz questão de falar, Sr. Presidente, principalmente a respeito do esforço da CONTAG. Os convidados que ficaram até agora merecem o nosso respeito porque estão aqui direto, mas eu quero particularmente falar do trabalho da CONTAG, que tem sido muito organizado, muito representativo e com muita capilaridade no Brasil inteiro. Eu fiz questão de falar, Alberto, porque acho importante que vocês tenham a opinião deste conjunto de Parlamentares.

Eu ouvi algumas pessoas aqui — não pude ouvir todas exatamente por causa desse deslocamento permanente, para lá e para cá. Mas eu queria dar duas informações rápidas à Comissão.

A primeira é sobre aquele anúncio ontem do Governo de que retiraria da reforma as polícias estaduais. Quero dizer que isso me pareceu muito mais um discurso e uma coisa pirotécnica do que, de fato, algo concreto. Ou então haverá um efeito inverso: provocar os Governadores a pressionar as bancadas para aprovar a reforma como está. Acho que é mais um efeito tático do que, de fato, concreto. O *caput* do art. 40 trata do conjunto dos servidores, e modificar esse artigo é muito complicado. Então, eu acho que o anúncio foi um grande espetáculo pirotécnico para fazer os Governadores virem pressionar as bancadas no Congresso a votar a reforma como ela está.

A segunda informação é que hoje nós fomos — eu, o Deputado André Figueiredo, o Deputado Alessandro Molon, os Deputados do PSOL Ivan Valente e Chico Alencar e o Deputado Pepe Vargas — à Procuradoria-Geral da República a fim de dar entrada a uma representação pedindo investigação criminal sobre o Governo, em virtude do dinheiro utilizado na propaganda de televisão, que foi mantida suspensa por uma liminar da Justiça gaúcha.

No entanto, é importante que recorramos a isso, porque o dinheiro que está sendo utilizado partidariamente, não como política de Estado de Governo, pelos meios de comunicação — nós não sabemos ainda o total do valor, mas há um requerimento de informação meu lá — é do Ministério do Esporte, ocorrendo desvio de finalidade, sem licitação. Isso é crime de responsabilidade. Então, nós pedimos uma investigação criminal na Procuradoria-Geral da República.

Entrando mais especificamente no debate, na verdade nós não temos hoje nenhum sinal de recuperação da economia. Todos os gráficos que fomos buscar, Dr.



Arnaldo, da indústria, do comércio, de serviços, estão sem sinal de vida. A indústria de agora não é maior do que a de julho de 2016, com quase 1 ano de *impeachment*.

Eu fiquei olhando a tabela e verifiquei que o que cresceu foram 35 mil empregos de professores, no início do ano, um trabalho sazonal. Foram demitidos 59 mil no final do ano e foram admitidos 35 mil agora.

Com uma economia desse tipo, não há que se debater regra de Previdência. O nosso problema está na economia.

Há o teto de gastos em custeio e investimentos. E o Governo tentou passar para as teles privadas 108 bilhões de reais, foi impedido pelo Senado Federal — e se fala em déficit da Previdência —, sem usar a Constituição como critério de análise, o que é um absurdo.

O Deputado Alceu Moreira falou da necessidade de se fazer uma projeção gradual. Ela existe. A fórmula 85/95 hoje vai para 90/100 na progressão do tempo. Ela já é uma escala gradual.

Quando nós trazemos isso para o trabalhador rural — eu não sei se estou acertando o número; pergunto ao representante da CONTAG, a Alberto —, até onde eu sei, 88% dos trabalhadores rurais e mais de 90% das mulheres rurais se aposentam por idade. E nenhum deles tem como contabilizar 25 anos de contribuição. Aliás, 79% dos trabalhadores do Brasil não conseguem contabilizar hoje 25 anos de contribuição. São 29% dos trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição e, entre esses, uma parte é por insalubridade, por aposentadoria de risco. Como se aposenta por idade, e a maioria não chega a 18 anos de contribuição, de que forma 25 anos de contribuição é para atingir os privilegiados? Vai atingir o povo pobre. E, na área rural, eu tenho a impressão de que, com essas regras, 100% das mulheres estão fora do sistema previdenciário, e talvez 80%, 90% dos homens também, porque é um trabalho sazonal. A contribuição tem que ser sobre a produção.

Mesmo o Deputado Alceu Moreira, polarizando conosco, porque somos da Oposição, ao final disse: “*Não há condição. Tem que ser pela produção*”. Ele mesmo afirma isso, e com razão, porque a produção é o critério de renda. Eu ouvi alguém aqui dizer que o trabalhador rural iria funcionar como meio, como um microempreendedor individual. Impossível! Vejam o grau de adimplência dos MEIs.



É baixo! Nem 50 reais por mês às vezes conseguem pagar, porque é a rotatividade, é a sazonalidade, não é renda mensal. Com 5 anos sem chuva no Nordeste, como se vai exigir uma contribuição mensal mesmo de 50 reais? Não vai fazer.

Quando o Deputado Alceu Moreira disse que ele prefere cuidar do filho a pagar a Previdência, é verdade. Vai fazer isso mesmo. Na opção, vai fazer isso.

Eu não consigo compreender como não há sensibilidade para questões desse tipo. A Seguridade Social, quando incorporou, em 1988, o trabalhador rural, ampliou as fontes exatamente para isso, para haver a cobertura. E trabalho rural não é assistência social — é trabalho, é uma relação de trabalho. Não está na assistência social e não deve ser encarado assim.

Quando nós olhamos para o trabalhador rural, que foi uma imensa conquista do pacto da Constituição de 1988, nem temos que nos deslocar para a assistência, nem desconhecer como trabalho, mas temos que manter uma regra coerente com a especificidade da função e da realidade dele do campo, que na grande maioria — isso já foi dito pelo Deputado Pepe Vargas e outros — é formado por agricultura familiar e pobres.

Nós estamos querendo excluir quem? O rico? O privilegiado? Estamos excluindo o trabalhador rural pobre do acesso ao sistema de previdência. E as mulheres, então, na minha opinião, 100%. Elas acumulam 97% do trabalho doméstico no campo. Eles começam a trabalhar não é com 20 anos, não, Dr. Arnaldo; é com 12 anos, com 11 anos, com 10 anos, com 13 anos. É esse o trabalhador que nós queremos tirar do sistema previdenciário. Ou inventaremos um modelo que eles não vão conseguir cumprir e vão ficar de fora. É exclusão! Nessa reforma é a exclusão que vai predominar para a cidade e, particularmente, para o campo.

Neste 1 minuto e meio que me resta, eu queria falar do problema da relação de dependência. Toda hora é colocado aqui o problema do envelhecimento da população. O próprio Deputado Alceu Moreira, que eu ouvi integralmente, disse: *“Hoje somos seis irmãos. A minha filha já não tem dois”*. Mas esse é um dado a favor, no sentido de que o mesmo trabalhador da ativa não vai mais sustentar sete filhos e dois idosos. Ele vai ajudar a contribuir para a aposentadoria de dois idosos e duas crianças. Na proporção, a relação de dependência melhora. Então não há que



se argumentar exclusivamente a idade como um critério absoluto. O que vale é a relação população economicamente ativa, os idosos e as crianças. Nesse sentido, na curva que nós conhecemos, a população economicamente ativa vai crescer, diferentemente do dado enganador do Governo, que chegou aqui dizendo qual será o PIB em 2060. Imagine! Nenhum capitalista consegue prevê algo em 2060 hoje. Colocou um PIB de 0,74, só para justificar que vai haver déficit.

Vamos parar de manipular os dados. Vamos ter sensibilidade política e social para a realidade brasileira. Não é possível que um Governo desconheça desta forma a realidade do País. Ou então conhece e virou, de fato, de costas para ela.

Portanto, eu não tenho como admitir que seja modificada a regra para o trabalhador rural visto que ela será a exclusão de 100% das mulheres e pelo menos 80%, 90% dos homens.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Dando sequencia à nossa reunião, eu passo a palavra ao ilustre Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, companheiro Deputado Bilac Pinto, que desde cedo está nesta reunião; companheira Deputada Jandira Feghali; companheiro Pepe Vargas; e demais que ainda estão nos prestigiando neste momento; fiz questão de ficar — a sessão está quase encerrando, está na última votação —, em respeito, naturalmente, aos debatedores.

Nós estamos aqui há mais de 5 horas. Noventa e cinco por cento da conversa, dos debates é sobre o produtor rural, exatamente o pequeno.

Eu tenho 60 anos de idade e 30 anos de mandatos ininterruptos. Deputada Jandira Feghali, eu nunca vi na minha vida, em política, tirar-se de quem tem para se dar a quem não tem.

Eu estou há mais de 4 dias, 5 dias aqui e ouvi, talvez, mais de 20 palestras, discussões e tal. O produtor, dito aqui pelo Relator, pode pagar 50 reais, se for uma conta de chegada. O Relator disse 40 reais ou 50 reais. Se fossem 50 reais, seriam 600 reais ao ano — 50 reais vezes 12 meses vão dar 600 reais. Em 10 anos, serão 6 mil reais. Em 49 anos, 50 anos, serão 30 mil reais. Na proposta do Relator, o produtor rural contribui a vida toda, por 49 anos, 50 anos, com exatamente 30 mil reais.



Ele disse que, se for de 1.000 reais o salário do trabalhador — estou aqui numa conta de chegada —, em dois anos e pouco, já se comeu tudo que o outro contribuiu em 49 anos. Está claro ou não? Dá para entender a matemática?

Vou repetir claramente: 50 reais por mês vezes 12 meses, 600 reais; vezes 10 anos, 6 mil reais; vezes 50 anos vão dar 30 mil reais. É isso que vai salvar a Previdência?

Eu coloquei os *outdoors* na rua, pois sou contra a reforma da Previdência. “*Deputado, por que você é contra? Vai quebrar o Brasil e tal.*” Responda-me uma coisa, bem calmo. O Brasil está nos vendendo agora. Companheiro do IPEA, obviamente, tem estudos. O Governo tirou a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Vamos pegar um marinheiro: ele nunca foi ao morro, como vai um soldado. Nós o pagamos para estudar, para garantir uma possível guerra pelo mar. Está bom. O que acontece? Ele vai se aposentar aos 45 anos — 45 anos — e vai ter quanto de benefício até 75 anos de idade? São 30 anos. Ele é intocável. Agora, o produtor vai pagar por 49 anos? Meu Deus do Céu! Parem, pelo amor de Deus!

Em política, quem administra o Orçamento Geral da União — OGU sabe que não é dois mais dois é igual a quatro, a ponte e a estrada. O patrimônio que um país tem é o seu povo. Não tem sentido ficar discutindo aqui economicamente, porque as contas não fecham. Gente, há um custo humano nesse processo! Eu não posso ser frio e simplesmente administrar: dois mais dois é quatro, acabou-se. Não é assim! Se assim o fosse, então não haveria SUS.

Nos Estados Unidos, país capitalista, Barack Obama trabalhou para dar saúde a todo o mundo. Nesse caso, não haveria por que, pois as contas não batem, não há receita para a saúde.

O que é isso? Tirou a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Mandou a mensagem, pediu de volta e enviou novamente. Por quê?

Ô, Deputada Jandira, aqui não há nenhuma criança! Estes cabelos brancos não foram pintados. Para se ter a garantia bélica, se houvesse uma revolução...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Peço que conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Vou concluir. Se o Exército, a Marinha e a Aeronáutica estivessem no bolo... Meu Deus do céu! Não haveria o apoio das Forças Armadas.

Encerro com minha frase de convicção: entre defender o bélico e defender a enxada, eu defendo a enxada.

O Governo não teve coragem de enfrentar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, mas teve coragem de enfrentar o trabalhador rural. Nós aqui ficamos com o trabalhador rural, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Dando sequência à reunião, eu passo a palavra ao Deputado Maia Filho.

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Sr. Presidente, Deputado Bilac Pinto, foi com prazer que discutimos durante tanto tempo um tema de tamanha relevância, principalmente para mim, que sou da região do Semiárido brasileiro.

Fui Prefeito de uma cidade de 11 mil habitantes por duas vezes. E a renda principal de lá é a aposentadoria rural, somada à renda dos funcionários públicos do Estado e do Município e à dos programas sociais. Trata-se de uma cidade do Sertão, onde chove 600 milímetros por ano, de forma irregular, e onde, cotidianamente, ano após ano, os produtores são vítimas da seca.

Nós temos de olhar não pelo lado da política, não pelo lado de defender o Governo, nem pelo lado de agradar o eleitorado. Nós temos que ver que todos os Governos, sem exceção, foram a favor da reforma da Previdência. Tanto o PSDB, lá atrás, quanto o PT como agora o PMDB são a favor de regularizar essa situação. E os dados por si só já mostram o problema.

Existem 9,5 milhões de aposentados rurais, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE constata que há apenas 6,2 milhões de habitantes da zona rural com mais de 55 anos ou de 60 anos de idade. O que acontece? Quem mora nas cidades pequenas acaba entrando na informalidade — ele não quer o emprego formal. Depois, esse indivíduo obtém o registro de uma propriedade rural com algum parente e, através de um sindicato, consegue uma declaração de que é trabalhador rural. Isso gera 30% de demanda na Justiça Federal por aposentadorias.



É evidente que nós não podemos cobrar dessas pessoas que mal têm como se sustentar uma contribuição, principalmente no Semiárido, onde a produção rural não existe. Ali as pessoas mal sobrevivem com uma economia de subsistência, quanto mais pagar a Previdência! O Governo cede mais a essas pessoas.

No entanto, há de existir um controle, Sr. Presidente, no sentido de que quem for trabalhador rural possa pagar uma taxa simbólica. Com essa taxa simbólica vai haver o controle de quem é trabalhador rural e de quem não é trabalhador rural.

Qual a consequência disso? Haverá uma diminuição de aposentados rurais, porque só vai se aposentar quem de fato for trabalhador rural. Isso vai permitir também que nós possamos reivindicar que o Benefício de Prestação Continuada — BPC não seja menor do que um salário mínimo, porque quem não for trabalhador rural vai receber o BPC, e tem que haver dinheiro para pagar um salário mínimo. Vamos poder reivindicar que a pensão não seja menor do que um salário mínimo. Nós temos que fazer, na equação, o que é correto.

Ao somarmos os dados que a Receita nos manda, vemos que o déficit foi de 150 bilhões, mas só de aposentadoria rural foi de 103. Essa arrecadação que se está propondo, se for paga, vai chegar muito longe do produtor rural. Então, vai haver um controle por meio de uma taxa simbólica. E, com isso, vai-se fazer o que é certo.

Sabemos que muitas empresas têm déficit na Previdência. Há empresas quebradas, rombos de grandes empresas que estão em situação falimentar. Isso é um problema. Mas sabemos também que existem esses desajustes que precisam ser consertados.

Eu vi os dados de uma cidade do Pará em que há mais pescadores do que o total da população. Então, hoje, com todo o respeito ao Presidente da CONTAG e à importância do trabalho que os sindicatos de trabalhadores rurais realizam, há muitas vezes descontrole nas declarações. E percebemos isso de forma muito clara. Quem vive no interior, no dia a dia vê as reivindicações de aposentadorias rurais e sabe perfeitamente de onde vêm essas aposentadorias.

O que nós queremos realmente, e vou concluir, é que não se use aqui o discurso de benfeitor, o discurso político — sabemos da importância de se fazer o contraponto, a função de oposição. Por outro lado, não se deve jogar uma



dificuldade a fim de plantar alguma facilidade para o Governo. O fato é que a situação do Brasil é séria. E as declarações dos últimos Presidentes que o Brasil teve, não são minhas, são de que é necessária uma reforma na Previdência. É por isso que é jogada a nós, Parlamentares, essa responsabilidade. E nós não devemos fugir dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Muito bem.

Dando sequência à nossa reunião, eu chamo o Deputado Luiz Sérgio.
(Pausa.)

Não estando presente, eu passo a palavra ao Deputado Cabo Sabino, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Sr. Presidente, senhoras e senhores, boa noite.

Eu tive a felicidade de ainda acompanhar parte da exposição, se não estou enganado, de Arnaldo. Chamou-me a atenção o dado de que essa reforma da Previdência, em sua grande totalidade, fala a respeito da expectativa de vida das pessoas. Como se ganhou mais tempo para se viver, automaticamente, teria que se contribuir por mais tempo. No entanto, quando se trata do produtor rural, não se tem esse estudo, mas querem lhe impor a obrigatoriedade de contribuir por 65 anos.

Eu não sei como é a vida do homem do campo no Sul, mas no Nordeste eu sei. É de lá que eu venho.

Hoje o Relator disse que não havia tanta diferença entre o trabalhador urbano e o do campo. Perdoem-me, não tenho nada contra o trabalhador urbano, também já o fui, mas, no Nordeste, não temos carga horária. Lá, quando o sol nasce, já estamos acordados e no mato há muito tempo. Lá não temos gelagua para tomar água quando sentimos sede, não. Lá se leva uma cabaça com água para colocar debaixo de uma moita, onde faz sombra, para se poder tomar água pelo menos fria, quando se está trabalhando. Lá, na madrugada, cedo se levanta para pegar o gado e tirar o leite, porque não se aperta um botãozinho, onde sai o leite quente para tomar, não. Lá temos que alimentar o gado e temos que tirar o leite. Sabe para quê? Para o trabalhador urbano e todos nós que estamos aqui hoje tomarmos esse leite. No campo lá, trabalha-se com a enxada, diferentemente do trabalhador do Sul, que muitas vezes tem a colheita através de máquina. No Nordeste é manual.



Eu gostaria que o Secretário que instituiu a reforma da Previdência passasse 1 semana fazendo o mais fácil do trabalho do lavrador do Nordeste: colher o algodão, quando houver. Só queria que ele ficasse 1 semana lá e passasse 2 meses sem pegar numa caneta. Quando vamos tirar o capucho do algodão, como se chama no Nordeste, a ponta dos dedos é furada pela ponta do algodão. Chega a minar sangue dos nossos dedos, mas nós temos que colher o algodão, quando há, porque o bicudo-do-algodoeiro acabou com a plantação.

Aqui se sente uma dor na unha e se vai ao hospital. Lá limpamos com a enxada. Não usamos sandália havaiana, porque não temos condições de comprar. Usamos sandália feita de pneu de carro. Com a enxada puxa-se o mato para o pé e se corta a unha. Não se vê um homem lavrador do Nordeste que tenha uma unha inteira, como eu tenho as minhas. Todas são rachadas pelo golpe da enxada nos pés.

É a este que queremos impor a contribuição mensal, semestral ou anual? Tire o homem do campo e me diga como o alimento virá para a rua! Diga-me! O Nordeste está há 5 anos na seca e caminhando para o sexto ano. Nem sequer tem condições de pagar os empréstimos feitos, mas isso ainda é para aquele produtor rural que tem condições de possuir um pedaço de chão. No Nordeste sobrevive-se com diárias, chama-se de um dia de serviço. Quem tem condições paga 30 reais por um dia de enxada.

Eu nunca fui, mas fazenda é para quem mora no Goiás. No meu Nordeste só tem pedra. Muitas vezes para “limpar o legume”, como se diz lá, é com as mãos na serra. Hoje nem queimada pode se fazer mais, porque o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais — IBAMA não deixa.

Setembro e outubro era o tempo em que brocávamos a terra com foice, com machado, para botar fogo nela e em dezembro plantar. Não se limpa lá com a enxada um chão reto desses, não. É com toco, com pedra, com cobra. E no final do dia, senhores e senhoras — acreditem —, o que se chama aqui de lanche, lá é chamado de “quebrar o soim”, que é uma mão cheia de farinha d’água e um pedaço de rapadura. É assim o lanche do homem no Nordeste.

O Governo quer imputar a essa categoria a contribuição da Previdência, enquanto não tem coragem de cobrar a Friboi, que deve 1 milhão e 800 mil?



Enquanto não tem coragem de pagar a sua própria dívida, quando deixa a Caixa Econômica Federal dever 500 milhões à Previdência? Vocês estão brincando com o povo do Nordeste! Mas os últimos Presidentes foram eleitos por causa da fidelidade do eleitor do Nordeste, desse homem que eu acabei de retratar aqui.

A resposta nós vamos dar nas ruas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Agradeço as palavras do ilustre Deputado Cabo Sabino.

Vamos chamar aqui os próximos inscritos: o Deputado Marcelo Castro e o Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

Uma vez que eles não se encontram, vamos passar à fase final da nossa audiência pública. Concedo a palavra aos nossos expositores, por um tempo de 5 minutos. Se precisarem de mais para fazer as conclusões, está concedido desde já.

Passo a palavra ao Dr. Arnaldo Barbosa.

O SR. ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - É um prazer estar nesta Casa discutindo um assunto tão importante para a maior respeitabilidade em relação à reponsabilidade fiscal. A aprovação da reforma da Previdência permitirá que retornemos ao caminho do crescimento sustentável. Inclusive, vai permitir a redução dos juros de forma responsável, beneficiando especialmente a população mais jovem que sofre com o desemprego.

Eu escutei atentamente a todos os Deputados. Fui citado algumas vezes. Vou responder a algumas citações, respeitando especialmente as da Deputada Jandira Feghali, do Deputado Arlindo Chinaglia e do Deputado Pepe Vargas.

Eu fico muito preocupado com o debate, quando se diz que há manipulação de dados. Disseram que eu fui desonesto intelectualmente e que houve manipulação de dados por parte do Governo. Todos os números enviados para cá foram por nós servidores.

Deputada Jandira Feghali, a projeção do PIB até 2060 é um anexo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — PLDO. Foi enviado desde sempre a todos os servidores.

A questão da Seguridade Social é mais preocupante ainda, porque, quando negamos que há um déficit, estamos jogando essa responsabilidade para o futuro,



mais inflação, mais carga tributária, mais juros. Eu fico muito preocupado, porque tenho dois filhos: um de 1 ano e o outro de 3 anos.

Também fico preocupado quando ouço que a instituição é “cabeça de planilha” e não conhece a realidade. A minha mãe é do interior de Minas, de Carmo de Minas, passei muito tempo no campo. O meu pai é de Taperoá, na Paraíba. Conheço realidades diferentes também e respeito muito a realidade que os senhores conhecem. Mas nós não podemos negar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Em toda a questão em relação ao bônus demográfico nós temos uma janela de oportunidades; só que ela vai até 2024. A senhora citou especialmente a razão de dependência. Esse é o melhor número para se falar, só que isso acaba em 2024.

Nós estamos propondo essa reforma de forma gradual. Podemos discutir a direção. Agora, discutir que não há déficit? A Constituição diz que existe uma Lei Orçamentária Anual dividida em orçamento do investimento e em seguridade social e fiscal e que é crime de responsabilidade não cumprir a Lei Orçamentária Anual.

Achar que este Congresso realmente se furtou a dizer que todos os Presidentes descumpriram a Lei Orçamentária Anual por sempre ter existido dentro das leis orçamentárias... Eu fico muito preocupado com o nosso colega do dia anterior ao retirar os servidores públicos só por não estarem em um capítulo. Isso não existe! Eu citei justamente o abono salarial, que não está no art. 7º. Os direitos dos trabalhadores estão no art. 7º, e o abono é um direito do trabalhador.

Então, quando nós começamos a querer tirar o servidor público, sabendo da necessidade da reforma... E isso não é por causa de fraude. Eu fui citado aqui, mas nunca disse que houve fraude. Eu disse que existem inconsistências nos conceitos, subjetividades, o que gerou a judicialização. E eu posso responder ao Deputado Arlindo Chinaglia.

Toda a questão da perícia que V.Exa. citou — salário-maternidade e pensão por morte — não existe. Há a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados, especialmente os do INSS. Acho que nós temos que fazer isso sempre.

Quanto ao combate à fraude e à melhora da governança, trata-se de uma obrigação de todos, inclusive nossa, dos servidores. Agora, essa não é a principal



razão. A principal razão é que, simplesmente, ao não haver uma contribuição mínima, as pessoas não contribuem. Há o caso do segurado especial e do pescador artesanal. Nós discutimos isso na Medida Provisória nº 665, de 2014, bem como a importância da reforma na Previdência quando discutimos a Medida Provisória nº 664, de 2014, em relação às pensões por morte. Então, há todos esses números. E dizer que nós estamos fazendo de forma atropelada! Existe fórum de previdência desde 2004, e há o Conselho Nacional de Previdência Social — CNPS. Nós enviamos esses números para todo o mundo.

Eu acho que questionar número não é uma boa estratégia, mas respeito. Da mesma forma que os senhores têm que prestar esclarecimentos aos seus eleitores, nós temos que prestar esclarecimentos à sociedade. Agora, não se pode dizer que nós tivemos desonestidade intelectual e que manipulamos dados.

Cláudio Puty e Calixtre estiveram aqui debatendo o modelo de projeção e foram meus colegas. Eles também trabalharam com todos esses números.

Discutir os parâmetros macroeconômicos é outra questão. Eu acho que isso é extremamente louvável. Agora, quero deixar claro que a produtividade, como o senhor citou, está lá, inclusive em um valor maior do que a nossa média histórica.

O que nós projetamos ali são principalmente questões demográficas. Mas o que não pode é, realmente, empurrarmos esse problema para o futuro, para aí, sim, termos que fazer uma reforma dura como a que fez a Grécia. Realmente, eu acho que isso é uma falta de responsabilidade. Eu defendo o papel dos servidores de realmente alertarem, mas a maior das técnicas é a política.

Eu respeito os senhores, todos os que estiveram aqui nos ouvindo até agora e me coloco à disposição — inclusive o Ministro Dyogo se colocou à disposição — para tentar extrair dados da DATAPREV. E isso tem um custo, sim, mas realmente eu acho que nós temos que tomar decisões baseadas em dados, baseadas em informações. A partir do momento em que negamos a aritmética neste País, como foi negada ontem, quando o servidor não trouxe, inclusive, o dado atualizado de 2016 — com a contabilidade criativa que eles fazem, mesmo atualizada, dá déficit — , aí fica difícil.



Eu me coloco à disposição. Estarei servindo aos senhores. Nós não servimos ao partido; servimos ao Estado. Então, eu me coloco à disposição para atendê-los a qualquer momento e agradeço novamente o convite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Quero agradecer ao Dr. Arnaldo Barbosa de Lima Júnior a sua exposição e as suas conclusões nesta audiência pública relacionada à reforma previdenciária e, desde já...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Pois não, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Já que estamos aqui há tanto tempo, quero dizer que eu acho que ele não entendeu o que eu disse. Eu gostaria de esclarecer.

O que eu disse, Arnaldo, é que, no que diz respeito às aposentadorias rurais judicializadas, que correspondem a 30,2%, segundo sua informação, o que eu disse, e eu queria que o senhor confirmasse ou não...

O SR. ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - A média é 30%.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não é isso. É que, normalmente, o juiz pede a peritagem; o perito, quase invariavelmente, dá razão àquele que reivindica, até porque o advogado, digamos, para defender o seu cliente, de pronto, coloca que o seu cliente não poderá pagar. Se o perito, então, disser que o segurado não tem direito, ele não receberá pela peritagem.

Eu não estou dizendo que todos os peritos agem assim. Agora, essa informação veio de assessores altamente qualificados, que, em algum momento, vocês, inclusive, já citaram como referência — e que eu respeito também.

Então, não inventei. O que eu quero saber... O que me foi explicado é que, quando o INSS não manda um médico perito, dizendo que, naquela circunstância, o INSS tem razão por não conceder, a ausência do INSS, invariavelmente, faz com que o juiz dê razão ao perito, que deu razão ao cliente, representado pelo advogado. Foi isso que eu disse.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Deputado Arlindo Chinaglia, eu queria convidar V.Exa. para assumir a Presidência da Comissão, por gentileza, porque eu preciso ir ao Plenário.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois não. Está havendo votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Não. Apenas registro de presença no painel.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Está bem.

O SR. ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - Deputado, eu acho que essas informações não são contraditórias. É verdade que, na Justiça, quando não há perícia médica para auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, por certa demora, o juiz dá prosseguimento à ação. O que eu disse para V.Exa. é que, em relação a vários benefícios, como salário-maternidade, pensão por morte, no rural, não é preciso passar por uma perícia. E é tão judicializado quanto, justamente porque, infelizmente — eu sempre digo —, uma justiça tardia é uma injustiça.

Nós tentamos resolver todos os problemas de desigualdade do País na Previdência. Então, ao não conhecerem esses trabalhadores e não conhecerem seus dependentes, quando eles pleiteiam o benefício e não têm como comprovar — nosso colega da CONTAG pode dizer isso — que eles fazem parte do sistema, os colegas do INSS, por respeitarem a lei... Eles não têm uma contribuição, não têm a propriedade da terra, não têm vinculação ao sindicato, e, aí, vão à Justiça, até com provas testemunhais, e é isso que acontece.

Aqui nós não estamos dizendo que é fraude. Justamente essa contribuição mínima, que hoje, na comercialização, a base de contribuição, não existe... Nós não conseguimos saber quem é essa pessoa.

Então, com uma contribuição mínima, se levaria essa pessoa para dentro de um sistema protetivo, inclusive com acesso a crédito e outras coisas relacionadas ao mercado de trabalho. Essa contribuição permitiria um modelo mais inclusivo para o rural, sem que ele precisasse entrar na Justiça. Hoje, acho que, na prática, quem está ganhando é o advogado! O trabalhador só está tentando acessar um direito que é dele.



Então, deixo bem claro que essa contribuição... A Deputada citou um número muito importante: a inadimplência dos nossos microempreendedores individuais. Nós precisamos fazer uma terceira fase da reforma, que é a educação previdenciária. A pessoa precisa planejar o futuro. Não quero dizer que essa pessoa não tenha capacidade contributiva — e falo isso porque minha sogra é artesã, e se esquece de contribuir. Eu sei que no campo é mais difícil ainda. Por isso, a contribuição não tem que, necessariamente, ser mensal. Tem que ser periódica, com uma alíquota diferenciada.

Aí, Deputada, nós fazemos referência ao art. 201, que cita o segurado facultativo de baixa renda, que é a dona de casa e o microempreendedor individual. Aí nós incluímos o rural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu passo a palavra para o Alberto, representante da CONTAG.

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH - Em primeiro lugar, eu queria complementar uma frase que eu usei na abertura dos trabalhos, na minha exposição. Eu agradeço cordialmente ao Presidente da reunião, Deputado Carlos Marun, mas queria também agradecer a toda esta Comissão e, em especial, aos Deputados que aprovaram a nossa vinda para este debate.

Nós nos sentimos muito honrados com a oportunidade de uma instituição como a CONTAG estar aqui, representando os trabalhadores rurais, expressando a nossa convicção política e a nossa opinião sobre o tema dos segurados especiais.

Quero agradecer todas as manifestações que aqui foram feitas e reafirmar algo que, para nós, é fundamental. E tenho a certeza de que estarei falando por milhões de homens e mulheres do campo brasileiro que, neste momento, estão nos seus lugares de trabalho, a esta hora, ainda tirando leite, encarando uma terceira ou quarta jornada de trabalho, porque assim é a vida dos trabalhadores rurais.

Não me cabe, talvez, entrar nas questões mais técnicas neste momento. Com todo o respeito que eu tenho pela parte técnica, o que quero é expressar um sentimento verdadeiro a todos os Deputados e Deputadas, e especialmente a você, Arnaldo, que, creio, tem sensibilidade, e àqueles que disseram que acreditam na reforma da Previdência porque vai melhorar a vida dos trabalhadores.



Se isso é verdadeiro; se os trabalhadores rurais entrarem nesta reforma... E o Arnaldo Barbosa de Lima Jr. disse muito bem: o problema não é a resolução do déficit. Os trabalhadores rurais, nem no Brasil nem em qualquer parte do mundo, são autossustentáveis do ponto de vista da contribuição. A contribuição deles não é matemática. Ou é uma questão de solidariedade ou não existe. Como você mesmo disse, a reforma não irá resolver o problema do déficit.

Se é para identificar quem são os trabalhadores rurais, homens e mulheres, segurados especiais, nós temos mecanismos para isso e nós podemos contribuir com este debate. No nosso entendimento, é possível contribuir para identificar, realmente, quem são os trabalhadores homens e mulheres, segurados especiais, sem que eles tenham que contribuir mensalmente ou semestralmente.

Nós não conseguimos pagar. Podem dizer que é porque não produzimos. Nós produzimos! Os dados mostram que nós produzimos! A questão é de renda. Os senhores imaginem uma família do campo brasileiro, com 4, 5 pessoas. O máximo que pode acontecer é um deles pagar: o chefe da família. As mulheres ficarão fora. Os filhos ficarão fora.

Eu acho que a Constituição de 1988 foi muito sábia. Eu pediria que pensássemos 2 vezes antes de mexermos na Constituição. Acho que nós podemos melhorar uma série de coisas sem mexer na Constituição. Para mim, uma das maiores conquistas é o capítulo dos segurados especiais da Previdência Social.

Se nós mudarmos da contribuição pela produção para um pagamento, nós vamos excluir praticamente 80% dos agricultores familiares do Brasil, e as mais penalizadas serão as mulheres.

Então, eu acho que com a manutenção do mecanismo de contribuição pela produção, aliada à realização de um bom debate sobre a forma de se fazer, à instrumentalização do Estado brasileiro, para o qual nós podemos contribuir, assim como os técnicos também podem contribuir, nós poderemos assegurar esse sagrado direito de quem ganha um único salário mínimo e faz quase milagre com esse salário: cuida de neto, compra produtos para os animais, compra sementes para o plantio.

A realidade brasileira é muito diferenciada. Portanto, ao terminar a minha exposição, apelo a V.Exas. no sentido de que esta Comissão não tome nenhuma



decisão do ponto de vista dos segurados especiais, dos agricultores familiares, porque mexerá diretamente com a cultura do nosso País, com a produção dos alimentos. É uma questão de segurança nacional. É uma questão de soberania nacional. Não é uma questão corporativa só de nossa parte, mas é pensar na sociedade, pensar no futuro, pensar na agricultura, pensar nos alimentos. Não deve ser tomada nenhuma decisão que prejudique esta grande conquista da Constituição de 1988, que só tem 29 anos — 29 anos.

Esse é o meu apelo, em nome da CONTAG.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Obrigado, Alberto Broch.

Concedo a palavra ao Dr. Luís Henrique Paiva.

O SR. LUÍS HENRIQUE PAIVA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer à Comissão e ao Presidente Carlos Marun pelo convite. Agradeço a cada um dos Deputados. Creio que agora temos só o Deputado Arlindo Chinaglia e o Deputado Pepe Vargas na plateia. Todo mundo está muito cansado. Eu confesso aos senhores que estou extremamente cansado também. A hora está avançada.

Nesse estado de cansaço, talvez fosse arriscado para mim querer responder ponto a ponto. Provavelmente, eu cometeria alguma injustiça. Mas eu não posso deixar de comentar a fala do Deputado Assis do Couto, que me chamou de jovem. Ele disse o seguinte: *“Você não conhece isso porque você é jovem”*. Eu falei assim: *“Mas isso é o retrato do envelhecimento populacional brasileiro: ser chamado de jovem com a idade que tenho”*. Eu já tenho 46 anos. De fato, já estou longe de ser jovem.

Com isso, eu queria apenas enfatizar alguns pontos de que falei. O principal deles talvez seja o impacto demográfico.

Eu realmente acredito, ao olhar os dados demográficos brasileiros, que os impactos serão brutais em cima de várias políticas públicas, porque a demografia é uma coisa estrutural, que afeta várias políticas públicas. Nós discutimos muito Previdência aqui, mas vai afetar a saúde profundamente, vai afetar até educação, porque irá diminuir o número de jovens, e a educação terá que ser muito mais produtividade. Terá que ser dada aos jovens muito mais produtividade.



Eu acho que o impacto da demografia é brutal. Só por isso, nós temos que considerar a reforma da Previdência.

Eu estou acompanhando a reforma da Previdência desde que entrei no Governo. Quando eu entrei no Governo, por concurso público, em 1998, a primeira reforma havia sido concluída, com muito pouco sucesso, infelizmente. Em 2003, acompanhei, já como funcionário do Ministério da Previdência, a reforma da Previdência conduzida pelo Ministro Ricardo Berzoini, no Governo Lula. Acompanhei também os debates que ocorreram no Fórum Nacional de Previdência Social — foi um prazer rever o Evandro, da CONTAG, aqui. Lá nós tivemos inúmeros debates, e as posições que nós ocupávamos na época eram exatamente as mesmas. A única diferença é que hoje eu só estou no IPEA; não ocupo cargo nenhum no Governo; e naquela época eu estava dentro do Governo — eu era o Coordenador Geral da Previdência Social do então Secretário Helmut Schwarzer, que, em 2007, ocupava o cargo de Secretário Nacional de Previdência Social.

Infelizmente, essa parte estrutural não mudou. O diagnóstico que nós tínhamos em 1994 era o mesmo que nós tínhamos em 2003, era o mesmo que nós apresentamos no Fórum Nacional de Previdência Social, em 2007, e é o mesmo que aparece aqui hoje. É um diagnóstico fundamental da Previdência.

A única coisa que mudou foi o tempo. Nós temos cada vez menos tempo. A situação me parece ficar cada vez mais crítica, e nós estamos reagindo de forma muito lenta. Países como a Suécia agiram de forma mais rápida e tempestiva do que nós. Nós temos muito menos tempo. Então, eu acho que isso é fundamental.

Eu gostaria de reconhecer aqui a propriedade dos comentários do Deputado Arlindo Chinaglia e do Deputado Pepe Vargas a respeito da desigualdade. Obviamente, quando eu considerarei as despesas da Previdência Social, eu coloquei toda a Previdência Social. Mas eu acho que é importante nós colocarmos toda a Previdência Social. A Previdência Social inteira no Brasil não distribui renda. Há aspectos progressivos na Previdência Social? Há aspectos progressivos. E se nós queremos reformar a Previdência Social e achamos inadmissível mexer nos aspectos progressivos, então vamos enfatizar ainda mais a reforma no que diz respeito aos aspectos mais regressivos. Vamos, enfim, aprovar, sem dúvida nenhuma, tudo o que diz respeito aos funcionários públicos, porque, no meu



entender, isso é uma conclusão da reforma que foi proposta pelo próprio Governo Lula em 2003.

Então, eu acho que temos muita coisa a caminhar. Obviamente, eu não quis dizer que todos os setores, os aspectos da Previdência Social são regressivos. Há aspectos progressivos. Mas, quando nós pegamos até o RGPS, — e aí eu me endereço especificamente a uma das questões feitas pelo Ministro Pepe Vargas —, mesmo quando nós pegamos o Regime Geral como um todo, a capacidade dele de distribuir renda é muito limitada, especialmente na comparação internacional. É muito limitada!

E isso porque não conseguimos, ainda — mas vamos conseguir —, pegar as desigualdades longitudinais, as desigualdades que se acumulam ao longo do ciclo de vida toda. Porque, na verdade, quando medimos desigualdades hoje, nós medimos essas desigualdades que são declaradas em um específico mês na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, e computamos as desigualdades. Mas, na verdade, as pessoas que se aposentaram por tempo de contribuição, aos 52 anos, ou aos 55, mulheres e homens, têm benefícios maiores, se aposentaram mais cedo, e provavelmente, na margem, têm expectativa de vida um pouquinho maior. Então, se você pegar todo o acumulado de benefícios que elas receberam e pegar aquele senhor de que eu falei aqui — o pedreiro de 65 anos —, você vai ver que ele vai receber um valor menor, por um tempo muito menor. Então, a desigualdade está muito presente mesmo no RGPS, Deputado.

Eu queria fazer o meu último questionamento. Quando o Professor... Desculpem-me; eu estou cansado demais; vocês me desculpem.

Quando foram feitos questionamentos a respeito do modelo de projeção utilizado em 2007, pelo Governo Lula, eu, o Helmut Schwarzer e o Eduardo Pereira escrevemos uma resposta defendendo o modelo de projeção previdenciária feito pelo Governo, adotado pelo Governo até então.

O modelo de projeção das despesas previdenciárias continua fundamentalmente o mesmo. É aquele que é publicado todos os anos na LDO e funciona exatamente da mesma forma. Os questionamentos que foram feitos à época foram questionamentos que se mostraram muito frágeis. Nós fizemos uma resposta que depois nunca mais foi rebatida.



E eu estou esperando para ler o texto preparado pelo ex-Deputado Puty para ver. Mas, por conta de um comentário que ouvi — especificamente, o de que a produtividade não é levada em conta —, eu já vejo que houve um erro. Na verdade, o crescimento da produtividade que está embutida no modelo é de 2,5% ao ano. Este é o crescimento da produtividade: 2,5% ao ano. Nos últimos 30 anos, infelizmente, o crescimento médio de produtividade do trabalhador brasileiro foi 0,7% ao ano. Então, o modelo não só embute um crescimento de produtividade, como está otimista.

Eu peço desculpas por ter me estendido. Apesar de estar tão cansado, eu acabei me entusiasmando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu queria só, além de agradecer a presença dos quatro que aqui estiveram — no momento há três...

O SR. LUÍS HENRIQUE PAIVA - Posso fazer uma última intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Claro! À vontade.

O SR. LUÍS HENRIQUE PAIVA - Eu queria agradecer-lhes o tom absolutamente amistoso e cortês que eu recebi aqui, que todos nós recebemos. É ótimo quando podemos discordar, mas mantendo um tom respeitoso e cortês, como ocorreu nesta reunião. Eu agradeço-lhes muito isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Naturalmente, quando é um tema que mexe com emoções, uma vez ou outra se foge do tom. Mas aqui, eu diria, dentro da contenda, está razoável. Não é necessário agradecer.

Eu só queria, antes de encerrar, além de agradecer a presença dos senhores e a contribuição que deram, primeiro, quero fazer um registro.

Eu acho que os senhores precisam saber que nós percebemos quando os servidores públicos fazem a defesa de opiniões, de teses que, se fossem olhar para si próprios, não defenderiam. Quero que os senhores saibam que nós reconhecemos isso.

Onde é que começam as divergências, de um lado, ou os apoimentos de outro lado? Ontem eu comentei aqui — você estava aqui ontem junto com o Ministro? — que colocam o debate num cercadinho. Por isso, a proposta é



paramétrica. Ou seja, você vê o orçamento disponível para a seguridade ou para a Previdência e dali você não escapa. Digo isso para vocês refletirem, porque, hoje, também, eu não consegui mudar de opinião — eu não tenho nenhum problema em mudar de opinião, desde que eu seja convencido.

Acontece que se o Governo não aportar, num regime tripartite, aquilo que ele deveria aportar, não tem como não haver déficit. É nesse sentido que nós questionamos.

E os senhores não concordam, alguns, com essa história do aporte. Vejamos. A Contribuição Sobre o Lucro Líquido vai para o Tesouro; a COFINS vai para o Tesouro; e, naquele caderno que foi mencionado ontem pelo Romero, da ANFIP — até para os senhores refletirem —, ele conseguiu, tempestivamente, num caderno de perguntas e respostas — portanto, explicativo —, que o Ministério da Fazenda falasse que o regime próprio é financiado dessa maneira e o regime geral é financiado daquela outra maneira.

Esse é o centro do debate. Eu não entro no aspecto jurídico. Talvez haja alguém que tenha competência para fazê-lo. Agora, se a Constituição definiu aquelas fontes, para onde deve ir o dinheiro daquelas fontes? Por exemplo, um argumento que o Arnaldo usou “*Eu não posso imaginar que todos os Presidentes cometeram o crime de responsabilidade e o Congresso acompanhou*”. Agora, uma coisa é certa, e eu falo isso por experiência própria: quando cada Parlamentar chega aqui, raros entendem de Orçamento, raros entendem de Previdência. Das duas, uma: ou aquelas fontes vão ter que ser buscadas de outra maneira... Porque a seguridade, nos últimos vários anos, ela foi superavitária. Pode ser que agora, em 2017, não seja, mas é um momento que não pode ser (*ininteligível*).

Com referência à projeção, se se pegar o *Boletim Focus*, no qual o Banco Central se apoia — é só ler o *Boletim* do começo e o do final do ano —, verá que ele não acerta a inflação, não acerta o PIB. E não é porque são incompetentes. Daí é quando qualquer um de nós questiona a projeção é por causa das sucessivas evidências.

E, quanto a defender reforma, Arnaldo, você disse o seguinte — vocês podem comentar depois que eu parar de falar também; não tem nenhum problema; não tem pressa: Olha, hoje foi uma exceção só ter 4 palestrantes, mas houve dias em que



houve 6 ou mais — eu não vou dizer que havia mais, mas acho que já houve 7. Não cabia. Quando você pega outras experiências, por que você não monta um fórum? Monte um fórum! Vá você, chame outros técnicos, atuários, coloque à Mesa, também, representação de Governo com poder de decisão política, representação de empresários, representação de trabalhadores. Questionar números é maluquice; agora, divergir na interpretação é normal. É aquela história: há várias maneiras de mentir; uma é pela estatística.

Mas sejam todos bem-vindos!

Agradeço a todos mais uma vez.

Se os senhores quiserem comentar algo que eu disse, fiquem à vontade.

O SR. ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - Só quero deixar claro algo que realmente foi uma questão discutida aqui. Por não ter o trabalhador rural sustentabilidade financeira, que é um dos pontos importantes na Previdência Social — não é o único —, criaram-se contribuições sociais para financiá-lo. Daí nós temos que olhar o orçamento da seguridade social.

O que eu estou deixando bem claro é que todas as contribuições — CSLL, PIS, COFINS, loterias — sempre entraram para a definição do Orçamento da seguridade social, da mesma forma que entraram todas as despesas. Isso sempre ficou bem claro.

Agora, realmente, o Governo, seja ele de qual partido for, tem uma dificuldade imensa de comunicar e tornar essa linguagem simples. Então, os fóruns precisam existir sempre, e nós sempre nos colocamos à disposição.

Mas essa metodologia da Lei Orçamentária Anual é proveniente da Constituição, e ela nunca foi alterada ao longo do tempo. Então, desde 2002, há déficit na seguridade social, que aumentou dez vezes. Mas aumentou dez vezes por fraude? Não. Nós incluímos mais de 15 milhões de pessoas no sistema previdenciário, recebendo salário mínimo, cujo valor aumentou 77% em termos reais nos últimos 10 anos, e para uma população que vive cada vez mais. São questões positivas. Nós negarmos isso é negar a inclusão de 15 milhões de pessoas no sistema. Simplesmente, são questões positivas que fazem com que tenhamos que fazer ajustes para incluir cada vez mais pessoas.



Deixo isso bem claro, também para mostrar que a defesa de uma contabilidade diferenciada é para tentar defender classes e corporativismos, com o que não concordamos. Há vários outros servidores que realmente sempre trabalharam com essas projeções. O Luís citou muito bem aqui. Com o Cláudio Puty, tivemos várias reuniões, nas quais tentamos desenvolver modelos, inclusive para aperfeiçoar os já existentes, mas todos foram sempre auditados.

O que nós precisamos é tentar trazer esse conhecimento para o Congresso Nacional, como é feito nos Estados Unidos. Daí, sim, nós começamos a discutir sem essa divergência do dado observado. Agora, o ponto principal é o IBGE! E as projeções populacionais do IBGE inclusive são bem realistas. Na prática, nós acabamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Perdoe-me Arnaldo.

O Deputado Pepe pediu a palavra. Depois, se os senhores quiserem, poderão falar mais.

Mas, veja, fazer a projeção populacional é uma coisa. Agora, não tem uma mísera proposta para taxar lucro, para encontrar outras formas de arrecadação. E o mercado de trabalho está mudando. Daqui a 20 anos, será que haverá esse tipo de emprego? Será que esse vai ser o modelo de produção do País? Por isso eu disse que é um cercadinho. Eu acho que nós não estamos olhando o século XXI exatamente.

Deputado Pepe Vargas, por favor.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu queria só colocar o seguinte: o mais importante disso tudo é que, de fato, haja uma transparência máxima nos números do modelo de projeção de longo prazo. Ou seja, pela primeira vez, está havendo um debate público sobre tema. Isso nunca tinha acontecido. Eu não tenho conhecimento.

O SR. ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - No fórum de debates nós tivemos esse debate com o DIEESE.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não! No fórum de debates com o DIEESE. Estou me referindo ao Congresso Nacional. Aqui nunca houve um debate como o que estamos fazendo agora. Nunca houve setores da academia brasileira e técnicos qualificados que estivessem se debruçando sobre esse tema. Agora, tem.



Eu acho que isso é uma coisa positiva. Aliás, seria desejável, inclusive, que o Governo constituísse um fórum permanente de avaliação e reavaliação dessa metodologia de projeção de longo prazo. É evidente que ninguém tem que exigir aqui que essa projeção acerte na tampa, como se diz, porque é difícil. Trabalha-se com um conjunto de variáveis que torna difícil isso.

Agora, a grande divergência que há aqui, e essa é insanável, de fato, é a seguinte: nós temos uma Constituição, que não coloca as despesas com os regimes próprios dos servidores da União na seguridade. Isso quer dizer que não é uma despesa previdenciária? É uma despesa previdenciária, obviamente. É o Tesouro que tem que custear, junto com as contribuições dos servidores? O.k. Tem uma receita que vem dos servidores, e a parte que cabe ao empregador colocar — nesse caso o Governo. Para isso, há uma fonte de receita. Isso tem que estar no orçamento? Óbvio! Mas não pode ser colocado junto com a seguridade social, porque não é isso o que a Constituição diz.

Se a Lei Orçamentária vem colocando isso, é inclusive uma falha da Comissão Mista do Orçamento não corrigir isso. A Comissão deveria apresentar a contabilidade em separado, apresentar o número em separado, a projeção orçamentária em separado. Eu nunca fui membro da Comissão Mista do Orçamento. Confesso que nunca tive apetência para fazer parte da Comissão Mista de Orçamento, mas vejo que é uma falha da Comissão Mista de Orçamento. Isso tem que ser colocado em separado, porque, de fato, se nós formos ler a nossa Constituição, no capítulo *Da Ordem Social*, no título *Seguridade Social*, em que a Previdência está dentro da seguridade, fica muito claro que a seguridade está tratando do Regime Geral de Previdência Social e que o regime próprio dos servidores está em outro capítulo da Constituição.

Isso não quer dizer que não é uma despesa que não se realize. É óbvio que não. Agora, colocar junto, sob o ponto de vista constitucional, não está certo. A Lei Orçamentária é uma lei muito importante, mas é uma lei ordinária; não está acima da Constituição.

Essa é uma divergência que temos e que não há como resolver. Só que aí há uma régua para medir: a Constituição.



O SR. ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - Mas a Constituição remete à lei. É isso. Vamos ler o artigo.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sim, mas a lei não pode mudar o que está escrito no art. 194, no art. 185.

O SR. ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - Mas todos esses artigos remetem à lei.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Ela não pode fazer isso.

O SR. ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - Não! Ela remete à lei. E diz que Tudo quanto é questão vinculada ao Estado... Juridicamente, é incontestável isso, mas podemos discutir em outro momento.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Realmente, é incontestável; não tem como questionar; a Constituição não pode ser questionada.

O SR. ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR - Previdência e seguridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Bem, fizemos, aqui, ao final, com liberdade, outro ajuste, e não resolveu nada. Mas pelo menos nós dissemos o que pensamos.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião, antes convocando reunião de audiência pública para amanhã, dia 23 de março de 2017, às 9h30min, no Plenário 2, com o tema *A Seguridade Social e a condição da mulher*.

Está encerrada a presente reunião.